Diário Oficial

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

ANO I

Edição nº 134

MANAUS - AM, Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2008.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	1
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO	1
SETOR DE PUBLICAÇÕES/ACÓRDÃO	14
1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	20
2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	21
3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	21
5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	21
7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	21
8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	23
9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	24
15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	25
11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	26
13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS	26
1ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA	27

ACESSE A VERSÃO *ON LINE* DO DIÁRIO OFICIAL
NO PORTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

www.trt11.jus.br/diario

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 237/2008

Aprova o novo texto do Regimento Interno do TRT da 11ª Região

O Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, em sessão extraordinária hoje realizada, sob a Presidência da Exma. Desembargadora Federal FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE, Presidente do Tribunal, presentes os Exmos. Desembargadores ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA, EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO, VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO, SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS, LUIZA MARIA DE POMPEI FALABELA VEIGA, VALDENYRA FARIAS THOMÉ, DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, e a Exma. Procuradora do Trabalho da PRT-11ª Região Dra. EME CARLA PEREIRA CRUZ DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o seu Regimento Interno, RESOLVE:

APROVAR o novo texto do Regimento Interno do TRT da 11ª Região, que passa a vigorar com a seguinte redação:

TÍTULO I

DO TRIBUNAL

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL

Art. 1º São órgãos da Justiça do Trabalho da 11ª Região os Juizes do Trabalho e o Tribunal Regional do Trabalho.

Art. 2º O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, com sede na cidade de Manaus, tem jurisdição nos Estados do Amazonas e de Roraima.

Parágrafo único. A sede e a jurisdição das Varas do Trabalho poderão ser alteradas na forma da lei, visando a eficiência dos serviços judiciários.

Art. 3º São órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região:

I - Tribunal Pleno;
II - Turmas;

III - Presidência;

IV - Vice-Presidência;

V - Corregedoria Regional;

VI - Escola da Magistratura - ERMAT - AM/RR;

Parágrafo único. Para o exercício de suas funções, o Tribunal funcionará em sua composição plena e em Turmas, na forma da lei e das disposições deste Regimento.

Art. 4º O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região é composto por 8 (oito) desembargadores, vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, com atribuições, organização e competência definidas na Constituição Federal, na Legislação Ordinária e neste Regimento.

Art. 5º Dos desembargadores, 6 (seis) serão escolhidos por promoção dentre juizes titulares das Varas da Região, obedecido o critério alternado de antiguidade e merecimento, 1 (um) dentre advogados e 1 (um) dentre membros do Ministério Público, estes últimos na forma do art. 94 da Constituição Federal.

§ 1º Para efeito de promoção por merecimento, a indicação de nomes pelo Tribunal será feita, obrigatoriamente, por meio de lista triplíce organizada e votada por seus desembargadores, mediante votação pública e fundamentada; e no caso de antiguidade, a apuração far-se-á segundo lista para esse fim elaborada.

§ 2º O Tribunal poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto público e fundamentado de 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros.

Art. 6º O desembargador tomará posse perante o Tribunal e prestará o seguinte compromisso: "Prometo desempenhar bem e fielmente os deveres de cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as leis da República."

§ 1º O termo de posse será lido, no ato, pelo secretário, que o subscreverá, assinando-o o Presidente e o empossado.

§ 2º O ato de posse e o de entrada em exercício deverão ocorrer, dentro de 30 (trinta) dias, respectivamente, a contar da data da publicação do ato de nomeação, podendo o prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, à vista de motivo relevante, a critério do Tribunal.

§ 3º Não poderão integrar o Tribunal, nem atuar simultaneamente na mesma sessão magistrados que sejam cônjuges entre si, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, em linha reta e colateral.

§ 4º A incompatibilidade resolve-se:

a) antes da posse, contra o último nomeado, ou o menos idoso, se as nomeações forem da mesma data;

b) depois da posse, contra o que lhe deu causa;

c) e, se for imputável a ambos, contra o de nomeação mais recente.

Art. 7º Ao Tribunal, além da própria denominação, cabe o tratamento de "Egrégio" e aos seus membros, sob o título de Desembargador Federal do Trabalho, o de "Excelência", obrigados, nas sessões, ao uso de vestes talaras, de acordo com o modelo aprovado.

§ 1º Aos juizes titulares de Vara e juizes substitutos cabe igualmente o tratamento de "Excelência", ficando obrigados ao uso da toga nas audiências, conforme modelo aprovado pelo Tribunal.

§ 2º O secretário e quem mais funcionar nas sessões do Tribunal usarão capa.

§ 3º. O representante do Ministério Público que participar de sessões do Tribunal também usará veste talar.

Art. 8º Cada desembargador terá um assessor, bacharel em Direito, de sua livre indicação, nomeado pelo Presidente do Tribunal.

Parágrafo único. Os servidores dos gabinetes dos desembargadores serão livremente indicados por estes e nomeados pelo Presidente, cabendo ao desembargador a supervisão das frequências e aprovação do período de férias respectivas.

Art. 9º O desembargador aposentado voluntariamente, por implemento de idade, ou por invalidez conservará o título, o tratamento e as honras inerentes ao cargo, salvo se no exercício de atividade profissional.

Art. 10. O Tribunal é presidido por um de seus desembargadores, desempenhando outro a função de Vice-Presidente.

Art. 11. O Presidente do Tribunal terá assento ao centro da mesa, tendo a sua direita o representante da Procuradoria

Regional do Trabalho. O Vice-Presidente ocupará a primeira cadeira da ala direita e o desembargador mais antigo, a primeira da ala esquerda e, sucessivamente, respeitada sempre a ordem de antiguidade.

Art. 12. A antiguidade dos desembargadores, para colocação nas sessões do Tribunal, distribuição de serviços, revisão dos feitos, quando for o caso, substituições e outros quaisquer efeitos, conta-se a partir do efetivo exercício, prevalecendo, em igualdade de condições:

I - a data da posse;

II - a data da nomeação;

III - a antiguidade na classe imediatamente anterior, para os desembargadores oriundos da magistratura do trabalho;

IV - o tempo de serviço na magistratura;

V - o tempo de serviço público;

VI - a idade.

Art. 13. Para as deliberações do Tribunal Pleno, exigir-se-á o quorum mínimo de 5 (cinco) desembargadores, além do Presidente.

§ 1º Quando em julgamento matéria administrativa, o quorum mínimo necessário será de 5 (cinco) desembargadores, já incluído o Presidente, que vota com os demais, em primeiro lugar, tendo ainda o voto de qualidade.

§ 2º Em se tratando de recurso contra ato seu, não terá direito a voto, cabendo ao eventual Presidente que atuar no julgamento o voto de qualidade, se for o caso.

Art. 14. Nas Turmas, o quorum mínimo será de 3 (três) desembargadores, já incluído o Presidente.

Art. 15. As decisões tomar-se-ão pelo voto da maioria dos desembargadores presentes, salvo na hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, quando se exigirá o voto da maioria absoluta do Tribunal, obedecida a Constituição Federal.

§ 1º Em matéria jurisdicional, o Presidente somente terá voto de desempate, exceto nas hipóteses de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

§ 2º No julgamento de recursos contra decisões, despachos do Presidente, do Vice-Presidente ou do relator, ocorrendo empate, prevalecerá a decisão ou despacho recorrido.

CAPÍTULO II

DA DIREÇÃO DO TRIBUNAL

Art. 16. O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal serão eleitos em escrutínio secreto, na primeira quinzena do mês de novembro, pelo voto de seus membros, na forma estabelecida no art. 102 da Lei Complementar nº 35/79, sendo vedada a reeleição.

Art. 17. Por ocasião da eleição dos dirigentes do Tribunal, serão feitos os ajustes necessários nas Turmas, de acordo com a antiguidade.

Art. 18. A eleição obedecerá aos seguintes requisitos:

I - antes de iniciar-se a eleição, o Presidente designará 2 (dois) membros do Tribunal para escrutinadores;

II - a eleição será feita por meio de cédulas uniformemente impressas, com os nomes dos desembargadores elegíveis e o cargo para o qual concorrem, havendo, à margem de cada nome, espaço reservado à aposição, pelo votante, de uma cruz assinalando o escolhido;

III - o desembargador em férias será convocado para a eleição, dela podendo participar o desembargador licenciado, desde que não haja contra-indicação médica;

IV - a eleição do Presidente precederá a do Vice-Presidente;

V - considerar-se-á eleito o desembargador que obtiver mais da metade dos votos;

VI - no caso de empate, proceder-se-á a novo escrutínio entre os desembargadores cuja votação tenha empatada. Persistindo o empate, considera-se eleito o mais antigo (art. 12, deste Regimento).

Art. 19. Os eleitos tomarão posse no dia 15 de dezembro, prestarão os respectivos compromissos e assinarão os termos, na forma do art. 6º deste Regimento.

Art. 20. Na vaga do Presidente, sucede-lhe o Vice-Presidente, procedendo-se então a eleição exclusivamente para Vice-Presidente, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da vacância. Vagando apenas o cargo de Vice-Presidente, proceder-se-á à eleição no mesmo prazo.

Art. 21. Ocorrendo, porém, a vacância dentro do 1º semestre da investidura no cargo de Presidente, a eleição do sucessor realizar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Os casos dos arts. 20 e 21 serão para completar o biênio.

Art. 22. O desembargador que for eleito Presidente continuará como relator nos processos que já lhe tenham sido distribuídos e como revisor, nos casos previstos neste Regimento, nos processos que tenha apostado seu "visto".

Art. 23. A inelegibilidade prevista na legislação que regulamenta o exercício da magistratura não se aplicará ao Vice-Presidente que assumir a Presidência e ao Vice-Presidente

eleito para complementar o biênio, se o período restante do mandato for inferior a um ano.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL

Art. 24. Compete ao Tribunal Pleno, além da matéria expressamente prevista em lei ou em outro dispositivo deste Regimento:

I - julgar:

a) *habeas corpus* contra atos do Tribunal, das Turmas e dos juízes do Trabalho;

b) agravos regimentais interpostos contra ato do Presidente, do Corregedor ou contra as decisões monocráticas terminativas nos processos de competência originária do Tribunal Pleno;

c) mandados de segurança e *habeas data* contra atos do Tribunal, das Turmas, dos juízes do Trabalho, ou de quaisquer de seus desembargadores ou juízes convocados, inclusive aqueles provenientes das Comissões de Concursos para provimento de cargos do Quadro de juízes e servidores do Tribunal;

d) embargos de declaração opostos contra os seus acórdãos;

e) ações rescisórias;

f) conflitos de competência, os incidentes, as exceções de incompetência e as de suspeição ou de impedimento de seus membros, dos membros das Turmas e de juízes de primeiro grau, e as ações incidentais de qualquer natureza, em processos sujeitos a seu julgamento;

g) arguições de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público, em processos de sua competência, e as que lhe forem submetidas pelas Turmas;

h) ações anulatórias de cláusula de convenção ou acordo coletivo com abrangência territorial igual ou inferior à jurisdição do Tribunal;

II - processar, conciliar e julgar os dissídios coletivos no âmbito de sua jurisdição e suas revisões;

III - processar e julgar:

a) os recursos contra os atos administrativos praticados pelo Presidente;

b) a restauração de autos perdidos, quando se tratar de processo de sua competência;

c) os pedidos de extensão das decisões proferidas em dissídios coletivos;

IV - uniformizar a jurisprudência da Região;

V - conceder autorização aos juízes que pretenderem residir fora da sede da jurisdição;

VI - decidir sobre a transferência ou a permuta de integrante de uma Turma a outra;

VII - representar às autoridades competentes sempre que, nos papéis e atos sujeitos a seu exame, deles se induza crime de responsabilidade ou comum de ação pública;

VIII - determinar aos juízes do Trabalho a realização dos atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sob sua apreciação;

IX - requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos, representando contra aquelas que não atenderam a tais requisições;

X - fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões e exercer em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua competência;

XI - homologar os acordos e desistências nos processos de sua competência, apresentados após a publicação da pauta e até o julgamento do feito;

XII - homologar o acordo celebrado em dissídio coletivo;

XIII - elaborar e votar o Regimento Interno, bem como apreciar e votar o Regulamento Geral dos Serviços do Tribunal;

XIV - propor ao Tribunal Superior do Trabalho a criação ou extinção de cargos;

XV - eleger e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente do Tribunal;

XVI - eleger os desembargadores/juízes que comporão a Comissão de Revista, assim como os desembargadores/juiz titular do quinto mais antigo que comporão a Comissão de Regimento e os desembargadores que comporão a Comissão de Vitaliciamento;

XVII - escolher, pelo voto da maioria de seus membros efetivos, o Diretor-Geral e o Coordenador-Adjunto da Escola de Magistrados do Trabalho da 11ª Região e o Diretor e os membros do Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região;

XVIII - aprovar modelo de vestes talares;

XIX - estabelecer os dias das sessões, bem como convocar as sessões extraordinárias, quando necessárias, por iniciativa de seus membros;

XX - processar o pedido de aposentadoria de seus desembargadores, juízes do trabalho titulares de Vara e juízes do trabalho substitutos e concedê-las aos seus servidores;

XXI - indicar a Comissão de desembargadores e/ou juizes para funcionar em processos de verificação da invalidez de magistrado;

XXII - conceder férias e licenças a seus membros e decidir sobre pedido de acumulação de férias de magistrados;

XXIII - proceder à convocação de juizes titulares de Vara, nas hipóteses do art. 40 deste Regimento;

XXIV - deliberar sobre os pedidos de remoção dos juizes substitutos, na forma estabelecida por este Regional, mediante Resolução Administrativa;

XXV - determinar, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, o afastamento de magistrado denunciado, quando, pela natureza ou gravidade da infração penal, torne-se aconselhável o recebimento de denúncia ou de queixa contra o mesmo;

XXVI - determinar, após regular processo administrativo, a perda do cargo e a disponibilidade dos desembargadores e juizes de primeira instância, pelo voto público e fundamentado de 2/3 (dois terços) de seus membros;

XXVII - recusar a promoção por antiguidade dos juizes titulares de Vara e dos juizes substitutos, pelo voto público e fundamentado de 2/3 (dois terços) de seus membros;

XXVIII - deliberar sobre aposentadoria compulsória de seus membros e juizes titulares e substitutos, nos casos de doença, mediante competente exame de saúde;

XXIX - fixar a tabela de diárias dos membros do Tribunal, dos juizes titulares de Vara, dos juizes do trabalho substitutos e dos servidores do seu Quadro;

XXX - deliberar sobre a concessão de afastamento aos magistrados, priorizando aqueles que ainda não tenham afastamento anterior e respeitada a antiguidade, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, para frequência a cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos;

XXXI - resolver as reclamações contra a lista de antiguidade dos desembargadores e juizes de primeira instância, organizada anualmente pelo Presidente, as quais deverão ser oferecidas dentro de 15 (quinze) dias após sua publicação;

XXXII - julgar as reclamações dos magistrados contra a apuração do tempo de serviço, assim como qualquer pedido ou recurso de natureza administrativa;

XXXIII - indicar o juiz do trabalho substituto e o juiz titular de Vara que devam ser promovidos, por antiguidade, e organizar lista triplíce dos mesmos juizes quando se tratar de promoção por merecimento;

XXXIV - deliberar sobre a realização de concurso para provimento de cargo de juiz do trabalho substituto, designando a comissão respectiva; julgar as impugnações, ou recursos e homologar o resultado apresentado pela comissão;

XXXV - deliberar sobre o vitaliciamento de juizes substitutos;

XXXVI - estabelecer normas sobre transformação de cargos comissionados, promoção e progressão funcional do Quadro de Pessoal;

XXXVII - deliberar, por proposta do Presidente, sobre instruções de concurso para provimento das vagas de seu Quadro de Pessoal e constituição das respectivas comissões, bem como decidir, em última instância, os recursos contra atos destas e aprovar a classificação final dos candidatos, autorizando as nomeações a serem feitas pelo Presidente;

XXXVIII - advertir ou censurar, por deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros, os juizes de primeira instância, por faltas cometidas no cumprimento de seus deveres, assegurando-lhes o devido processo legal e a ampla defesa;

XXXIX - aplicar aos servidores do Tribunal as penas disciplinares que excederem a alçada das demais autoridades;

XL - julgar as reclamações dos servidores contra a apuração de tempo de serviço, as quais deverão ser manifestadas dentro de 15 (quinze) dias da respectiva classificação;

XLI - alterar, quando necessário, o horário de funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho da Região;

XLII - deliberar sobre assunto de ordem interna, quando especialmente convocado pelo Presidente ou a requerimento de qualquer desembargador do Tribunal;

XLIII - resolver as dúvidas que lhe forem submetidas pelo Presidente, por qualquer de seus magistrados ou pela Procuradoria Regional do Trabalho sobre a interpretação e a execução deste Regimento;

XLIV - deliberar sobre pedidos de remoção e permuta de magistrados e servidores para outras regiões;

XLV - resolver as questões de ordem que lhe forem submetidas ou outras de interesse da administração ou da magistratura.

Parágrafo único. Em se tratando de matéria administrativa, ou de mandado de segurança contra ato ou decisão do Presidente ou do próprio Tribunal, apenas terão voto os desembargadores, para o que deverão ser convocados com razoável antecedência, ainda que em férias ou licença, dando-lhes ciência prévia da matéria a ser tratada.

CAPÍTULO IV

DAS TURMAS

Art. 25. As Turmas do Tribunal, em número de duas, compor-se-ão de 3 (três) desembargadores cada, sendo Presidente da Turma o desembargador que for eleito, na forma regimental, excluindo-se o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal.

Parágrafo único. A composição inicial das Turmas dar-se-á segundo a antiguidade, de forma que o membro mais antigo ocupe a Primeira Turma e o próximo, na antiguidade, a Segunda, adotando-se o mesmo critério, sucessivamente, de forma alternada.

Art. 26. Compete às Turmas, além da matéria expressamente prevista em lei ou em outro dispositivo do Regimento Interno deste Tribunal:

I - julgar:

a) recursos ordinários previstos no art. 895, alínea "a" e § 1º, da CLT e as remessas *ex-officio*, com exceção das matérias de competência do Tribunal Pleno;

b) agravos de petição e de instrumento;

c) agravo regimental e o agravo previsto no § 1º do art. 557 do CPC, nos processos de sua competência;

d) embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;

II - processar e julgar:

a) as habilitações incidentes nos processos pendentes de sua decisão;

b) medidas cautelares nos processos de sua competência;

c) restauração de autos, quando se tratar de processo de sua competência;

d) ações incidentais de qualquer natureza em processos sujeitos a seu julgamento;

III - fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;

IV - declarar as nulidades decorrentes de atos praticados com infração de suas decisões;

V - impor multas e demais penalidades relativas a atos de sua competência;

VI - exercer, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua jurisdição;

VII - eleger seu Presidente, com mandato de dois anos e coincidente com o do Presidente do Tribunal, dentre os seus desembargadores, adotando-se o critério de rodízio, por antiguidade.

VIII - determinar a remessa de processos ao Tribunal Pleno, quando dele for a competência;

IX - deliberar acerca das ausências de seus membros às sessões;

X - resolver as questões de ordem que lhes forem submetidas.

Art. 27. Cada Turma funcionará, obrigatoriamente, com o *quorum* mínimo de 3 (três) membros.

§ 1º No caso de ausência temporária do Presidente, por qualquer motivo, será ele substituído na presidência dos trabalhos pelo desembargador mais antigo integrante da Turma que estiver presente à sessão.

§ 2º É vedado o funcionamento da Turma sem a presença de, pelo menos, um de seus membros efetivos.

Art. 28. Na ocorrência de vaga, o desembargador nomeado funcionará na Turma em que aquela se tiver verificado.

Art. 29. Nas sessões das Turmas, os trabalhos obedecerão, no que couber, a mesma ordem adotada pelo Tribunal Pleno.

Art. 30. A transferência do integrante de uma Turma à outra poderá ser pleiteada, admitindo-se também a permuta, desde que aprovada pelo Tribunal Pleno, por maioria simples, em ambas as hipóteses, ressalvada a vinculação aos processos já distribuídos na Turma de origem.

Art. 31. A eleição dos Presidentes das Turmas coincidirá com a sessão que eleger a direção do Tribunal, para mandato também de dois anos, adotando-se o critério de rodízio, por antiguidade. A posse deverá também ser coincidente com as dos membros da direção do Tribunal, prestando os eleitos o compromisso de praxe.

§ 1º No caso de vacância das Presidências das Turmas, aplicam-se, no que couber, os preceitos legais e regimentais referentes à Presidência e Vice-Presidência do Tribunal.

§ 2º O exercício da Presidência de Turma não implica na inelegibilidade para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal.

§ 3º Os desembargadores que vierem a ser eleitos para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Tribunal ficarão afastados de suas atribuições junto à Turma durante o tempo em que estiverem no exercício dos referidos cargos de direção da Corte, findos os quais, retornarão às suas atividades judicantes nas Turmas.

Art. 32. Não poderão integrar a mesma Turma, nem atuar simultaneamente na mesma sessão, magistrados que sejam cônjuges entre si, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral.

Art. 33. Compete ao Presidente de Turma:

I - aprovar as pautas de julgamento organizadas pelo secretário da Turma;

II - designar dia e hora das sessões ordinárias e convocar as sessões extraordinárias, quando entender necessárias;

III - dirigir os trabalhos, propondo e submetendo as questões a julgamento;

IV - manter a ordem e o decoro nas sessões, ordenando a retirada dos que as perturbarem, determinando a prisão dos infratores, com a lavratura do respectivo auto;

V - requisitar às autoridades competentes a força necessária, sempre que, nas sessões, houver perturbação da ordem ou fundado temor de sua ocorrência;

VI - relatar os processos que lhe forem distribuídos;

VII - proferir voto após os demais membros da Turma, salvo quando relator, apurar os votos emitidos e proclamar as decisões;

VIII - designar o desembargador que deva redigir o acórdão;

IX - despachar o expediente em geral, orientar, controlar e fiscalizar as tarefas administrativas da Turma, vinculadas às atribuições judiciárias respectivas;

X - encaminhar à chefia do Setor de Distribuição dos Feitos de 2ª Instância os processos que devam ser redistribuídos, nos casos de afastamento por período superior a 30 (trinta) dias e vaga de desembargador, bem como nos de declaração de impedimento ou suspeição;

XI - determinar a baixa dos autos à Instância de origem, quando for o caso;

XII - despachar as petições e os requerimentos que lhe forem apresentados;

XIII - convocar desembargador para integrar o órgão que preside, a fim de compor o *quorum*, iniciando pelo desembargador mais moderno da outra Turma, e, na impossibilidade de ser convocado desembargador, a convocação recairá sobre juiz de 1º grau, obedecendo-se a ordem de antiguidade;

XIV - homologar desistências, nos dissídios individuais, apresentados antes da distribuição e após o julgamento do feito;

XV - apresentar ao Presidente do Tribunal, em época própria, o relatório dos trabalhos realizados pela Turma no decurso do ano anterior;

XVI - cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Interno do Tribunal.

Art. 34. Compete ao relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante deste Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior do Trabalho, bem como nas hipóteses de intempestividade, deserção, falta de alçada e de adequação e ilegitimidade de representação, cabendo a interposição de agravo, no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 35. Compete ao Presidente do Tribunal:

I - dirigir os trabalhos do Tribunal, observando e fazendo cumprir a Constituição Federal, as leis da República e o Regimento Interno;

II - convocar as sessões do Tribunal Pleno, ordinárias e extraordinárias, presidi-las, colher os votos, votar nos casos e na forma previstos neste Regimento e proclamar os resultados dos julgamentos;

III - manter a ordem e o decoro nas sessões, ordenando a retirada dos que as perturbarem, determinando a prisão dos infratores, com a lavratura do respectivo auto;

IV - manter correspondência em nome do Tribunal e representá-lo em todas as solenidades e atos oficiais sem prejuízo da delegação dessas atribuições ao Vice-Presidente ou a outros desembargadores;

V - despachar os recursos de revista interpostos das decisões do Tribunal, encaminhando-os ou indeferindo-os, com a devida fundamentação;

VI - despachar os agravos de instrumento de seus despachos denegatórios de interposição de recursos, acolhendo-os ou encaminhando-os ao Tribunal *ad quem*;

VII - julgar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir de seu recebimento, os pedidos de revisão da decisão que houver fixado o valor da reclamação para determinação de alçada;

VIII - cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos superiores e as do próprio Tribunal;

IX - dar posse e exercício aos juizes de primeira instância e servidores, e conceder-lhes prorrogação de prazo;

X - determinar, de ofício, que se instaure o processo de aposentadoria compulsória do magistrado que não a requerer até 40 (quarenta) dias antes da data em que completar 70 (setenta) anos;

XI - propor ao Tribunal Pleno a abertura de processo de verificação da invalidez do magistrado para o fim de aposentadoria;

XII - velar pelo funcionamento regular da Justiça do Trabalho na Região, expedindo os Provimentos e recomendações que entender convenientes;

XIII - elaborar, para apreciação e votação do Tribunal, projeto do Regulamento Geral dos Serviços do Tribunal, bem como das modificações parciais que se façam necessárias;

XIV - velar pela regularidade e pela exatidão das publicações a que se refere o art. 37 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, nelas apondo seu visto;

XV - conceder licença e férias aos juizes de acordo com a ordem de apresentação dos seus requerimentos, observada a disponibilidade de substituto, bem como conceder férias e licenças aos servidores do Tribunal;

XVI - designar juiz de primeira instância para substituir juiz titular de Vara nos seus afastamentos legais, observado o disposto no art. 42;

XVII - prover os cargos do Quadro de Pessoal, nomeando, reintegrando, removendo, permutando ou promovendo servidor;

XVIII - impor penas disciplinares aos servidores da Região, salvo demissão, disponibilidade e cassação de aposentadoria;

XIX - exonerar os juizes de primeira instância e servidores do Quadro do Tribunal;

XX - conceder gratificação pela representação do gabinete, designando e dispensando livremente os que desempenharem os encargos previstos na respectiva tabela, organizada em conformidade com a legislação vigente;

XXI - conceder e autorizar o pagamento de diárias e ajudas de custo para magistrados e servidores;

XXII - organizar sua secretaria, inclusive o gabinete da presidência e demais serviços auxiliares, indispensáveis ao bom funcionamento da Justiça do Trabalho na forma do Regulamento;

XXIII - prover os cargos em comissão (CJ) e designar servidores para exercer funções comissionadas, preferencialmente entre os pertencentes ao quadro efetivo do Tribunal, observando-se que as nomeações destinadas às Varas do Trabalho serão mediante indicações dos respectivos titulares;

XXIV - propor ao Tribunal a designação das comissões de concurso para admissão de servidores, submetendo a sua aprovação às respectivas instruções e critérios a serem adotados;

XXV - antecipar, prorrogar e suspender o expediente dos servidores do Quadro de Pessoal da Região, *ad referendum* do Tribunal Pleno;

XXVI - organizar a escala de férias individuais dos juizes titulares de Vara e dos juizes substitutos;

XXVII - determinar desconto nos vencimentos dos magistrados e servidores, decorrentes de lei, de sentença, de decisão do Tribunal, de procedimento administrativo, de acórdão do Tribunal de Contas da União e a requerimento do interessado;

XXVIII - visar, com o ordenador da despesa, as folhas de pagamento dos magistrados e servidores do Tribunal;

XXIX - organizar a lista de antiguidade dos juizes titulares e dos juizes substitutos, no primeiro mês de cada ano;

XXX - decidir os pedidos e reclamações dos magistrados e servidores sobre assuntos de natureza administrativa, salvo se da competência expressa do Tribunal;

XXXI - processar as representações contra as autoridades sujeitas à jurisdição do Tribunal;

XXXII - aprovar a proposta orçamentária do Tribunal e supervisionar a execução da despesa;

XXXIII - designar os servidores que deverão compor a comissão de compras;

XXXIV - autorizar e aprovar as concorrências e as tomadas de preços;

XXXV - autorizar o pagamento de despesa referente ao fornecimento de material ou prestação de serviços, bem como assinar os contratos relativos à adjudicação desses encargos, podendo delegar tais poderes ao ordenador da despesa;

XXXVI - determinar o processamento dos precatórios de requisição de pagamento das somas a que forem condenados os órgãos da Administração Pública e ordenar o seu cumprimento;

XXXVII - sugerir ao Tribunal a elaboração de anteprojetos de lei e submeter os aprovados ao Órgão competente;

XXXVIII - conceder vista dos autos às partes ou a seus procuradores antes da distribuição;

XXXIX - homologar as desistências, nos dissídios coletivos, apresentadas antes da distribuição e após o julgamento do feito;

XL - apresentar ao Tribunal, na última quinzena de março, relatório circunstanciado das atividades da Justiça do Trabalho da 11ª Região, no ano anterior, deixando-o à disposição dos desembargadores pelo prazo de 8 (oito) dias antecedente ao da sessão em que for apresentado, e dele enviar cópia ao Egrégio Tribunal Superior do Trabalho;

XLI - exercer a Corregedoria Regional, podendo delegar essa atribuição ao Vice-Presidente;

XLII - solicitar ao Vice-Presidente o exercício de funções de inspeção, como ato preparatório de Corregedoria;

XLIII - expedir os atos de remoção e permuta de magistrados;

XLIV - exercer a Direção Geral do Foro Trabalhista, podendo delegá-la a juiz titular de Vara, nas localidades onde houver mais de uma, obedecida a ordem de antiguidade, mediante rodízio;

XLV - praticar todos os demais atos inerentes as suas funções, nos termos da Lei e deste Regimento;

XLVI - praticar atos reputados urgentes *ad referendum* do Pleno;

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO VICE-PRESIDENTE

Art. 36. Compete ao Vice-Presidente:

I - auxiliar ou substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;

II - exercer a Corregedoria, dentro da jurisdição do Tribunal, quando o Presidente delegar-lhe essa atribuição;

III - presidir a Comissão de Uniformização da Jurisprudência;

Parágrafo único. No caso de ausência ou afastamento do Vice-Presidente, as atribuições de que trata o *caput* deste artigo serão exercidas pelo desembargador mais antigo.

Art. 37. O Vice-Presidente será relator nato:

de todos os processos de competência originária do Tribunal;

de todos os recursos administrativos, excetuados os processos disciplinares que serão submetidos a regular distribuição;

§ 1º Assumindo o exercício da Presidência do Tribunal, o Vice-Presidente continuará vinculado aos processos que lhe tenham sido distribuídos, salvo na hipótese do art. 20 deste Regimento.

§ 2º Nos casos de impedimento e suspeição do Vice-Presidente, os processos deverão ser redistribuídos entre os desembargadores e/ou juizes convocados.

§ 3º Nos casos de afastamento do Vice-Presidente por período superior a 30 (trinta) dias, o desembargador que suceder será substituído na Turma por um juiz convocado, obedecida a ordem de antiguidade, ficando aquele vinculado aos processos em que já tenha apostado o seu visto.

§ 4º Em caso de afastamento do Vice-Presidente por período de até 30 (trinta) dias, o desembargador que o suceder continuará a atuar nas Turmas para fins de composição do *quorum* e julgamento de processos, sem participar da distribuição normal dos processos, recebendo, contudo, os de competência originária do Tribunal especificados no caput.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DO CORREGEDOR

Art. 38. Incumbe ao Presidente do Tribunal, na qualidade de Corregedor:

I - exercer correição sobre as Varas da Região, obrigatoriamente, uma vez por ano;

II - realizar, de ofício, sempre que se fizerem necessárias ou a requerimento, correições parciais ou inspeções nas Varas e nos serviços do Tribunal;

III - conhecer das representações e reclamações relativas aos serviços judiciários, determinando ou promovendo as diligências que se fizerem necessárias;

IV - decidir reclamações contra atos atentatórios à boa ordem processual ou funcional, apresentadas no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da ciência do ato impugnado, nos casos em que não houver recurso legal;

V - velar pelo funcionamento regular da Justiça do Trabalho na Região, expedindo os Provimentos e recomendações que entender convenientes sobre matéria de sua competência jurisdicional ou administrativa;

VI - prestar informações sobre os assentamentos funcionais dos juizes e servidores para fins de promoção por merecimento ou aplicação de penalidades;

VII - examinar, em correição, livros, autos, papéis, documentos digitalizados, determinando as providências cabíveis;

VIII - dar instruções aos juizes, respondendo consultas sobre matéria administrativa;

IX - exercer vigilância sobre o funcionamento do Tribunal, quanto à omissão de deveres e prática de abusos e, especialmente, no que se refere à residência dos juizes em suas respectivas sedes, salvo autorizações concedidas pelo Pleno, e aos prazos para prolação de sentenças;

X - apresentar ao Tribunal relatórios das correições ordinárias realizadas;

XI - indicar juiz para funcionar na Corregedoria em processos reservados, *ad referendum* do Tribunal;

XII - expedir normas para orientação dos juizes do trabalho substitutos;

XIII - determinar a realização de sindicâncias ou de processos administrativos, ordenando as medidas necessárias ao cumprimento de sua decisão;

XIV - remeter à autoridade ou ao Juízo competente os processos administrativos definitivamente julgados, quando houver prova de infração penal cometida pelos servidores;

XV - justificar as ausências dos juizes;

XVI - representar ao Corregedor Geral e ao Tribunal Superior do Trabalho para aplicação das penalidades que excedam de sua competência.

CAPÍTULO VIII

DAS CONVOCAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

Art. 39. O Presidente do Tribunal será substituído, em caso de vacância, licença, férias e em seus impedimentos ocasionais, pelo Vice-Presidente e este, pelo desembargador mais antigo com assento no Tribunal.

Art. 40. Em caso de vaga ou afastamento, por prazo superior a 30 (trinta) dias, de membro do Tribunal, poderá ser convocado juiz titular de Vara do Trabalho, em substituição, o qual será denominado "juiz convocado", escolhido por decisão da maioria absoluta dos seus membros, observada a ordem de antiguidade.

§ 1º Não poderão ser convocados juizes punidos com as penas previstas no art. 42, incisos I, II, III e IV, nem os que estejam respondendo ao procedimento previsto no art. 27, ambos da Lei Complementar nº. 35, de 14.03.79, bem assim os que tiverem com sentença em atraso.

§ 2º Não haverá redistribuição de processos aos juizes convocados, salvo quando o afastamento do desembargador for superior a 30 (trinta) dias, na vacância do cargo e nos casos de mandado de segurança, medida cautelar, *habeas corpus*, antecipação de tutela e outros de reconhecida urgência.

§ 3º Cessada a convocação, o juiz prosseguirá vinculado aos processos que lhe forem distribuídos, bem como nos casos de embargos de declaração, agravo regimental e agravo interno deles decorrentes, ressalvados os feitos em instrução e pendentes de diligência.

§ 4º Nos processos em que o juiz atuar como revisor, a vinculação perdurará até o julgamento do feito.

Art. 41. O desembargador afastado temporariamente do exercício de suas funções por férias ou licença poderá comparecer às sessões para tomar parte nas deliberações e votações, observado, nos casos de licença para tratamento de saúde, o § 2º do art. 71 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que este Regimento exigir *quorum* mínimo da maioria absoluta ou de 2/3 (dois terços) dos membros efetivos do Tribunal, ao desembargador afastado será feita comunicação escrita, com razoável antecedência, sobre a data e a finalidade da sessão convocada.

Art. 42. Os juizes titulares das Varas do Trabalho serão substituídos, por designação do Presidente do Tribunal, nos casos de férias, licença, impedimento ou quaisquer outros afastamentos legais.

§ 1º Para atender à necessidade do serviço e evitar o colapso da justiça, se não houver juizes substitutos disponíveis, poderá o Presidente do Tribunal designar juiz titular de Vara, com a concordância deste, para acumular outra Vara, ainda que fora dos limites da sua jurisdição.

§ 2º Em casos excepcionais, o Presidente do Tribunal poderá designar juiz titular de Vara, com a concordância deste, para acumular as atividades da justiça itinerante, ainda que fora dos limites da sua jurisdição.

CAPÍTULO IX

DAS FÉRIAS E LICENÇAS

Art. 43. Os desembargadores, juizes titulares de Varas e juizes substitutos terão férias individuais de 60 (sessenta) dias no ano e poderão gozá-las de uma só vez ou fracionadas em duas parcelas iguais.

§ 1º Os desembargadores deverão requerer as férias com 15 (quinze) dias de antecedência do início de seu gozo. Em caso de prorrogação, será obedecido o mesmo requisito.

§ 2º As férias somente podem acumular-se por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 2 (dois) meses, desde que autorizado o acúmulo pelo Tribunal.

Art. 44. Não poderão gozar férias, simultaneamente, o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal.

Art. 45. É vedado o afastamento de mais de 3 (três) desembargadores para gozo de férias, no mesmo período.

Art. 46. Os juizes de primeira instância terão suas férias sujeitas à escala, atendida, sempre que possível, a conveniência de cada um e observada, em qualquer caso, a antiguidade.

Parágrafo único. Com esse fim, o Presidente do Tribunal ouvirá os interessados e, até o mês de dezembro, organizará a escala para vigorar no ano seguinte.

Art. 47. As licenças para tratamento de saúde de seus magistrados serão concedidas pelo Tribunal, mediante laudo de seu Serviço Médico ou atestado por ele ratificado, observado o art. 70 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, quando for o caso.

CAPÍTULO X

DA PERDA DO CARGO, DA DISPONIBILIDADE E DA REMOÇÃO COMPULSÓRIA

Art. 48. O procedimento para a decretação da perda do cargo, da disponibilidade e da remoção do juiz obedecerá ao disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e regulamentação do Conselho Nacional de Justiça.

CAPÍTULO XI

DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 49. O processo de verificação da invalidez do magistrado para o fim de aposentadoria compulsória terá início a requerimento do magistrado, por determinação do Presidente, *ex-officio*, em cumprimento de deliberação do Tribunal ou por provocação da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, instruído com documentos ou justificação, salvo a impossibilidade de obtê-los, caso em que competirá ao Presidente do Tribunal remover o obstáculo.

Parágrafo único. Ao final do processo de verificação de invalidez, considerar-se-á incapaz o magistrado que, por qualquer causa física ou mental, achar-se permanentemente inabilitado para o exercício do cargo.

Art. 50. O paciente deverá ser afastado, desde logo, do exercício do cargo até final decisão, devendo-se concluir o processo no prazo de 60 (sessenta) dias, justificadas as faltas do magistrado no referido período.

Art. 51. Tratando-se de incapacidade mental, o Presidente do Tribunal nomeará curador ao paciente, sem prejuízo da defesa que este queira oferecer pessoalmente, ou por procurador que constituir.

Art. 52. Será assegurada ao magistrado ampla defesa, pessoalmente, ou por procurador legalmente habilitado, para o que lhe será concedido o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Com a defesa, o magistrado poderá oferecer documentos e arrolar testemunhas que serão ouvidas pela comissão de juizes indicados pelo Tribunal, no prazo de 20 (vinte) dias.

Art. 53. Caberá à comissão de juizes nomear uma junta de médicos especialistas que examinará o paciente.

§ 1º O paciente ou seu curador poderá impugnar, por motivo legítimo, os peritos, sendo a arguição decidida pela comissão de juizes.

§ 2º O exame será realizado na sede do Tribunal. Encontrando-se o paciente fora do Estado, o exame e as diligências poderão

ser deprecados ao Presidente do Tribunal em cuja jurisdição encontrar-se o paciente.

§ 3º Se o paciente não comparecer ou recusar-se a ser examinado, será designado novo dia pelo relator. Se o fato se repetir, proceder-se-á ao julgamento, com base em quaisquer outras provas.

Art. 54. Finda a instrução, o juiz apresentará suas razões finais, em 10 (dez) dias, indo os autos ao relator designado na forma regimental, que porá o processo em julgamento, em um decêndio.

§ 1º Incluído o processo em pauta, serão remetidas cópias aos desembargadores das peças indicadas pelo relator.

§ 2º O Presidente convocará o Tribunal, que julgará o caso, em sessão reservada, se assim requerer o interessado, com observância das seguintes regras:

a) do julgamento participarão o Presidente Corregedor, todos os desembargadores, inclusive os que estiverem em férias, em licença ou convocados no Tribunal Superior do Trabalho;

b) findo o relatório, o magistrado, por si ou por seu representante legal, poderá sustentar sua defesa pelo prazo de 30 (trinta) minutos;

c) havendo julgamentos conexos, o prazo de defesa, existindo mais de um advogado, será prorrogado para uma hora, divisível entre os interessados;

d) ultrapassada essa fase, o Presidente formulará os quesitos que entender necessários ao julgamento;

e) submetidos os quesitos ao Tribunal, os desembargadores darão seu voto, cujo resultado será proclamado pelo Presidente, lavrando-se acórdão que será assinado pelo relator e por todos os desembargadores presentes ao julgamento.

Art. 55. Concluindo o Tribunal pela incapacidade do magistrado, comunicará a decisão ao Poder Executivo, para os devidos fins.

Parágrafo único. Contra a decisão cabe recurso no prazo de 8 (oito) dias, a contar da ciência respectiva.

CAPÍTULO XII

DAS PENAS DE ADVERTÊNCIA E DE CENSURA

Art. 56. As penas de advertência e de censura somente são aplicáveis aos juizes de primeira instância e nos casos previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Art. 57. O processo respectivo terá início pelo Presidente do Tribunal, por provocação de qualquer de seus membros, seguida de deliberação do Pleno, pelo Ministério Público, ou ainda, mediante representação fundamentada, do Conselho Federal ou Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 58. No procedimento para apuração das faltas, deverão ser aplicadas as disposições constantes da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 59. O juiz punido com a pena de censura não poderá figurar em lista de promoção por merecimento pelo prazo de 1 (um) ano, contado da imposição da pena.

TÍTULO II

DA ORDEM DE SERVIÇO DO TRIBUNAL

CAPÍTULO I

DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

Art. 60. Os processos de competência do Tribunal Pleno e das Turmas serão classificados com designação própria, conforme nomenclatura disposta em normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Art. 61. Serão encaminhados ao Ministério Público do Trabalho somente os processos em que figurar como parte a Fazenda Pública, o próprio Órgão Ministerial ou, ainda, se versar sobre interesse de incapaz sem assistência ou representação.

Art. 62. A distribuição dos processos far-se-á diariamente, mediante sorteio informatizado, atendidos os seguintes critérios:

a) para cada distribuição, o distribuidor organizará, na ordem decedente de antiguidade, a lista dos desembargadores que a ela concorrerão;

b) se o número de processos não for igual ao de desembargadores nem múltiplo dele, a diferença a maior recebida pelo desembargador será compensada na distribuição seguinte;

c) na hipótese de substituição definitiva do relator, o processo será submetido à nova distribuição;

Art. 63. Com a distribuição, fica o relator vinculado ao processo, independentemente de seu "visto", salvo as hipóteses de impedimento ou suspeição, bem como as dos arts. 40, § 2º, e 69 deste Regimento, quando será procedida nova distribuição do feito.

Parágrafo único. Nos casos de impedimento ou suspeição do magistrado, a distribuição far-se-á mediante compensação.

Art. 64. Será distribuído, mediante compensação, ao relator do acórdão, o recurso mandado subir em agravo de instrumento.

Art. 65. Quando, no mesmo processo, houver interposição de mais um recurso e o não acolhimento de um deles acarretar agravo de instrumento, este deverá tramitar anexado ao recurso admitido e ser distribuído ao mesmo desembargador sorteado

como relator do processo principal, para serem julgados na mesma sessão, se for o caso, com acórdãos distintos.

Parágrafo único. Se o recurso, então admitido, não estiver devidamente processado, determinar-se-á a baixa dos autos, permanecendo, como seu relator, quando do retorno ao Tribunal, o desembargador ao qual anteriormente fora distribuído o feito, salvo em caso de afastamento.

Art. 66. O desembargador que entrar em gozo de férias, de licença especial ou a de que trata o art. 73, inciso I, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional não receberá processos da última distribuição anterior ao seu afastamento, participando, porém, da última distribuição que anteceder à reassunção.

Art. 67. Quando o processo já tenha sido apreciado pelo Tribunal, qualquer que seja sua classe, em caso de retorno, permanecerão como relator e revisor, se for o caso, mediante compensação, os desembargadores que, anteriormente, como tais, nele haviam funcionado, embora com voto vencido.

Art. 68. Não haverá revisor nos processos de competência recursal. Nas ações de competência originária do Tribunal Pleno, somente haverá revisor nas ações rescisórias, nos dissídios coletivos ou em outros previstos em lei, casos em que os processos deverão ser distribuídos, mediante sorteio, dentre todos os desembargadores, inclusive juizes convocados.

§ 1º A cada distribuição, excluídos o Presidente e o Vice, os desembargadores do Tribunal e juizes convocados receberão, equitativamente, a totalidade dos processos existentes no Setor de Distribuição, como relator.

§ 2º Os processos de competência originária terão como relator nato o Desembargador Vice-Presidente.

§ 3º O exercício do cargo de Presidente de Turma não exclui o desembargador da participação na distribuição de processos.

§ 4º Na hipótese de afastamento temporário do Vice-Presidente, os processos passarão à competência do desembargador mais antigo.

Art. 69. Em caso de afastamento do desembargador, a qualquer título, por período superior a 30 (trinta) dias, os feitos em seu poder serão redistribuídos ao magistrado que ocupar o seu lugar.

§ 1º Quando o afastamento do desembargador da Turma ocorrer para ocupar a Presidência ou Vice-Presidência do Tribunal, só serão redistribuídos os processos que não tenham recebido visto.

§ 2º A redistribuição será feita ao magistrado que o substituir na Turma.

Art. 70. Distribuídos, os autos serão remetidos em 48 (quarenta e oito) horas à conclusão do relator.

Art. 71. As partes, por seus advogados, poderão ter vista dos autos por 5 (cinco) dias improrrogáveis, antes da distribuição por despacho do Presidente do Tribunal.

Parágrafo único. Vencido o prazo fixado neste artigo, a Secretaria Judiciária tomará imediata providência para a cobrança dos autos. Não devolvidos no quinquídio, certificará o ocorrido, com conclusão à autoridade competente, que aplicará a sanção prevista no art. 195, do Código de Processo Civil.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO RELATOR E DO REVISOR

Art. 72. Compete ao relator:

I - ordenar, mediante simples despacho nos autos, a realização de diligências julgadas necessárias à perfeita instrução dos processos, fixando prazos para seu atendimento;

II - requisitar os autos originais dos processos que subirem a seu exame em traslado, cópias ou certidões, assim como os feitos que, com eles, tenham conexão ou dependência, desde que já findos;

III - apresentar ao Setor de Acórdãos, em 10 (dez) dias úteis, acórdão que lhe caiba redigir, salvo nos processos sujeitos ao rito sumaríssimo, caso em que os fundamentos do voto serão disponibilizados às Secretarias das Turmas em até 24 (vinte e quatro) horas;

IV - homologar as desistências e os acordos apresentados, nos dissídios individuais, após a distribuição e até a publicação da pauta, e determinar a baixa imediata do processo;

V - homologar as desistências de dissídios coletivos apresentadas no mesmo prazo do item anterior;

Art. 73. Aposto o "visto" do relator, os autos serão encaminhados ao revisor, quando for o caso.

Art. 74. Compete ao revisor fazer a revisão dos autos no prazo de 10 (dez) dias úteis, reduzidos a 5 (cinco) em caso de dissídio coletivo e, na sessão de julgamento, manifestar-se sobre o relatório, votando após o relator.

Art. 75. Salvo contra-indicação médica, o magistrado licenciado poderá proferir decisão em processos que, antes da licença, tenham-lhe sido conclusos para julgamento ou tenham recebido seu "visto", como relator ou revisor.

CAPÍTULO III

DAS PAUTAS DE JULGAMENTO

Art. 76. Devolvidos os autos com o "visto" do relator e/ou revisor, serão colocados em pauta para julgamento, obedecendo-se o prazo legal para a respectiva publicação.

Art. 77. As pautas de julgamento do Tribunal Pleno e das Turmas serão organizadas pelas respectivas Secretarias, com aprovação dos Presidentes dos órgãos.

§ 1º A pauta será publicada no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e sua cópia afixada no quadro de Editais do Tribunal.

§ 2º Organizar-se-á a pauta de julgamento observando-se a ordem cronológica de entrada do processo na Secretaria e, tanto quanto possível, a igualdade numérica entre os processos em que o desembargador funciona como relator e/ou revisor.

§ 3º O relator e/ou revisor poderão solicitar preferência para processos que entendam de manifesta urgência.

§ 4º Terão preferência, ainda, na seguinte ordem, os processos de *habeas corpus*, mandado de segurança, dissídio coletivo, agravo de instrumento e de petição, conflito de competência, embargos declaratórios e os processos cujo relator ou revisor devam afastar-se por motivo de férias ou licença.

§ 5º Dar-se-á preferência, a critério do Presidente, quanto à ordem, aos processos em que sejam interessadas empresas em liquidação judicial, recuperação judicial e extrajudicial e falência.

Art. 78. Incluído o processo em pauta, seu adiamento só poderá ocorrer por motivo relevante, devidamente comprovado, a critério do relator e/ou revisor, com o referendo do Tribunal ou da respectiva Turma.

Art. 79. O processo só será retirado de pauta, para diligência, mediante deliberação do Tribunal ou da respectiva Turma.

Art. 80. Independem de publicação e pauta:

I - *habeas corpus*;

II - homologação de acordo;

III - embargos de declaração;

IV - conflito de competência ou de atribuições;

V - agravo regimental, salvo no caso de despacho do relator que indeferir, liminarmente, pedido de mandado de segurança;

VI - restauração de autos;

VII - assuntos de natureza administrativa de interesse da Justiça do Trabalho;

VIII - dissídios coletivos em virtude de greve.

Parágrafo único. Far-se-á notificação postal, telegráfica, por mandado, ou outra qualquer espécie de pronta notificação, nos processos a que se refere o inciso I.

CAPÍTULO IV

DAS SESSÕES DO TRIBUNAL E DAS TURMAS

Art. 81. O Tribunal Pleno e as Turmas reunir-se-ão em sessões ordinárias e extraordinárias. As sessões ordinárias do Tribunal Pleno e das Turmas serão realizadas em dias da semana e hora estabelecidos por ato do Tribunal Pleno, sem necessidade de convocação formal de seus membros, alteráveis em qualquer época, quando conveniente ao bom andamento dos serviços.

§ 1º O Tribunal e as Turmas não funcionarão nos domingos e nos feriados nacionais e forenses, podendo deliberar o seu não funcionamento nos feriados municipais e em circunstâncias especiais.

§ 2º As sessões ordinárias terão início às 8h (oito horas), devendo encerrar-se, o mais tardar, às 18h (dezoito horas), salvo quando houver matéria urgente ou na hipótese do julgamento já haver sido iniciado.

§ 3º As sessões extraordinárias do Tribunal Pleno e/ou das Turmas realizar-se-ão quando necessárias, mediante convocação de seus Presidentes ou da maioria absoluta dos desembargadores, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 4º Em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das sessões, afixando-se edital na sede do Tribunal, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 5º As sessões administrativas poderão realizar-se, excepcionalmente, em dias não coincidentes com os das sessões ordinárias, para elas convocados todos os desembargadores, com a antecedência mínima de 3 (três) dias, ainda que em férias ou licença, dando-se-lhes ciência da matéria a ser tratada, remetendo-se cópia aos órgãos de classe e ao Ministério Público do Trabalho, com igual antecedência.

Art. 82. Na ausência ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, será o Tribunal presidido pelo desembargador mais antigo.

Art. 83. As sessões do Tribunal Pleno e/ou das Turmas somente realizar-se-ão com a presença do membro do Ministério Público do Trabalho.

Art. 84. Aberta a sessão, à hora regimental, e não havendo número para deliberar, aguardar-se-á por 15 (quinze) minutos a formação do *quorum*. Persistindo a falta de número, a sessão será encerrada.

Art. 85. Sendo necessário, poderá o Presidente do Tribunal e/ou das Turmas fazer as convocações indispensáveis para a formação do *quorum*.

Art. 86. Nas sessões do Tribunal e/ou das Turmas, os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

I - verificação do *quorum*;

II - leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

III - julgamento dos processos em pauta.

Art. 87. Anunciado o julgamento do processo e apregoado, nenhum desembargador poderá retirar-se do recinto sem a vênua do Presidente.

Art. 88. Uma vez iniciado, o julgamento ultimar-se-á na mesma sessão, salvo pedido de vista regimental ou motivo relevante.

Art. 89. Nenhum desembargador poderá se eximir de proferir seu voto, exceto quando não houver assistido ao relatório, ou for impedido de acordo com a lei.

Art. 90. Terão preferência para julgamento, de acordo com a ordem prevista no art. 77, § 4º, deste Regimento, os processos em que haja inscrição de advogado para sustentação oral de seus recursos.

§ 1º A inscrição dos advogados será admitida a partir da publicação da pauta no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho e até 15 (quinze) minutos antes da hora designada para o início da sessão de julgamento.

§ 2º Os advogados, quando forem requerer ou fazer sustentação oral, ocuparão a tribuna.

§ 3º É obrigatório o uso de beca pelos advogados quando ocuparem a tribuna.

Art. 91. Depois de anunciado o julgamento pelo Presidente, dará este a palavra ao relator, que lerá seu relatório contendo exposição circunstanciada da causa.

§ 1º Findo o relatório e após ouvido o revisor, quando for o caso, dará o Presidente a palavra às partes ou aos seus Procuradores inscritos pelo prazo de 10 (dez) minutos, prorrogáveis, para cada um, para a sustentação oral das respectivas alegações, inclusive quanto às preliminares ou prejudiciais.

§ 2º Falará em primeiro lugar o recorrente ou, se ambas as partes o forem, o autor.

§ 3º Havendo litisconsorte, representados por mais de um advogado, o tempo será dividido entre eles, proporcionalmente.

§ 4º Não será permitida sustentação oral em Agravo de Instrumento, Embargos Declaratórios, Conflitos de Competência e Agravo Regimental, ressalvada, quanto a este, a hipótese em que o despacho do relator indeferir, liminarmente, o pedido de Mandado de Segurança.

§ 5º Nas matérias administrativas de interesse de magistrados e servidores, seus respectivos órgãos de classe poderão manifestar-se nas sessões mediante inscrição prévia.

Art. 92. Após falarem as partes, será dada palavra ao membro do Ministério Público do Trabalho que officiar na sessão.

Art. 93. Iniciado o debate, cada desembargador poderá fazer uso da palavra, facultando-se-lhe o pedido de esclarecimento ao relator, dirigindo-se inicialmente ao Presidente.

Art. 94. Encerrado o debate pelo Presidente, passar-se-á à votação, que se iniciará com o voto do relator, seguido do voto do revisor, quando for o caso, e dos demais desembargadores, por ordem de antiguidade.

Parágrafo único. Cada desembargador terá o tempo necessário para fundamentar o seu voto, podendo ainda fazer uso da palavra, para ratificá-lo ou retificá-lo, depois de votar o último desembargador e antes de ser proclamado o resultado do julgamento.

Art. 95. As questões preliminares ou prejudiciais serão julgadas antes do mérito, deste não se conhecendo, se incompatível com a decisão adotada.

§ 1º A votação das preliminares será feita separadamente.

§ 2º Tratando-se de nulidade suprível, o julgamento será convertido em diligência, a fim de que a parte sane a nulidade, no prazo que lhe for determinado.

§ 3º Rejeitadas a preliminar ou a prejudicial, ou se com elas não for incompatível a apreciação do mérito, seguir-se-á o julgamento da matéria principal, sobre a qual deverão pronunciar-se os desembargadores vencidos em qualquer das preliminares.

§ 4º Quando o mérito desdobrar-se em questões distintas, a votação poderá realizar-se sobre cada uma, sucessivamente, devendo, entretanto, o relator mencioná-las, desde logo, em seu todo, após a votação das preliminares.

§ 5º Antes de proclamado o resultado, na preliminar ou no mérito, pode o desembargador reconsiderar seu voto.

§ 6º Caberá ao Presidente encaminhar a votação para a boa ordem dos trabalhos.

Art. 96. Iniciada a votação, não serão permitidos apartes ou intervenções enquanto estiver o desembargador proferindo seu voto, sendo, todavia, permitido a cada desembargador, na oportunidade em que votar, pedir esclarecimentos ao relator. Poderão, também, fazê-los aos advogados ou às próprias partes, mas, sempre, por intermédio da Presidência.

Parágrafo único. Entre a tomada de um voto e de outro, será permitido ao advogado que tenha feito sustentação na tribuna prestar esclarecimentos apenas sobre matéria de fato e

mediante prévia licença da Presidência, igual direito cabendo à Procuradoria.

Art. 97. Ao relator e ao revisor, quando for o caso, após proferir o voto, caberá o uso da palavra para esclarecimento de fatos que ainda forem considerados necessários.

Art. 98. Nenhum desembargador tomará a palavra sem que esta lhe seja dada, previamente, pelo Presidente.
Art. 99. Em caso de empate, caberá ao Presidente desempatar, adotando a solução de uma das correntes, sendo-lhe facultado adiar o julgamento para a sessão seguinte.

Art. 100. Quando as soluções divergirem, mas várias delas apresentarem ponto comum, deverão ser somados os votos dessas correntes no que tiverem de comum. Permanecendo a divergência, sem possibilidade de qualquer soma, serão as questões submetidas ao pronunciamento de todos os desembargadores, duas a duas, eliminando-se, sucessivamente, as que tiverem menor votação, prevalecendo a que reunir, por último, a maioria de votos.

Art. 101. Os desembargadores poderão pedir vista do processo após proferidos os votos pelo relator e pelo revisor, quando for o caso. Sendo o pedido de vista em mesa, o julgamento far-se-á na mesma sessão, logo que o desembargador que a requerer declare-se habilitado a votar.

Parágrafo único. O pedido de vista não impede que votem os desembargadores, desde que habilitados para fazê-lo, e o desembargador que o formular restituirá os autos ao Presidente dentro de 7 (sete) dias, no máximo, contados do dia do pedido, devendo prosseguir o julgamento do feito na primeira sessão subsequente a este prazo, observada, inicialmente, a preferência estabelecida no art. 90 deste Regimento.

Art. 102. O julgamento que tiver sido iniciado prosseguirá, computando-se os votos já proferidos, ainda que o desembargador afastado seja o relator.

Parágrafo único. Somente quando indispensável para decidir nova questão surgida no julgamento, será dado substituto ao ausente, cujo voto, então, não se computará.

Art. 103. Se dois ou mais desembargadores pedirem vista do mesmo processo, o julgamento será adiado, de forma que cada um possa fazer o estudo dos autos em igual prazo.

Parágrafo único. A passagem dos autos de um desembargador para o outro será feita em secretaria, devendo o último restituir o processo ao Presidente.

Art. 104. Findo o julgamento, o Presidente proclamará a decisão, designando para redigir o acórdão o relator, ou, se vencido este em questão de mérito ou considerada matéria principal, o desembargador que primeiro manifestou-se a favor da tese vencedora. Caberá ao Presidente fixar os termos da questão principal.

§ 1º Em qualquer caso, o relatório que não houver sido impugnado pelo Tribunal deverá integrar, obrigatoriamente, o acórdão.

§ 2º Os fundamentos do acórdão são os do voto vencedor, ressalvando-se aos desembargadores vencidos, no todo ou em parte, fazer transcrever, após as assinaturas regimentais, a justificação de seu voto.

Art. 105. Após a proclamação da decisão, sobre ela não poderão ser feitas apreciação ou crítica.

Art. 106. O Presidente do Tribunal, excetuada a hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, somente terá voto de desempate, salvo nas sessões administrativas, quando votará como os demais desembargadores, fazendo-o em primeiro lugar ou após o relator, quando for o caso.

Art. 107. No julgamento de recursos contra decisão ou despacho do Presidente, do Vice-Presidente ou do relator, ocorrendo empate, prevalecerá a decisão ou o despacho recorrido.

Art. 108. Iniciada a sessão de julgamento, os processos que não tiverem sido julgados permanecerão em pauta, independentemente de nova publicação, conservada a mesma ordem, com preferência sobre os demais para julgamento na sessão subsequente.

Parágrafo único. Sempre que, encerrada a sessão, restarem processos para julgamento, a critério das Turmas ou do Pleno, será designada sessão extraordinária para apreciá-los.

Art. 109. Findos os trabalhos da sessão, o secretário certificará nos autos a decisão e os nomes dos desembargadores e juízes convocados que houverem tomado parte no respectivo julgamento, consignando os votos vencedores e os vencidos, e remeterá em seguida os processos ao serviço de Acórdão.

Art. 110. As atas do Tribunal e das Turmas serão lavradas pelo Secretário e nelas resumir-se-á, com clareza, tudo quanto haja ocorrido na sessão, devendo conter:

I - dia, mês, ano e hora da abertura da sessão;

II - nome do Presidente ou do desembargador que o estiver substituindo;

III - os nomes dos magistrados e membros do Ministério Público do Trabalho participantes da sessão;

IV - relatório sumário do expediente, mencionando a natureza do processo, recursos ou requerimentos apresentados na sessão, os nomes das partes, a decisão tomada, os votos vencidos e os nomes daqueles que houverem feito a sustentação oral.

Parágrafo único. Lida no começo de cada sessão, a ata da sessão anterior será encerrada com as observações que se fizerem ou forem aprovadas, sendo assinada pelo Presidente,

pelos magistrados e membros do Ministério Público do Trabalho participantes da sessão e pelo secretário.

Art. 111. As resoluções administrativas serão, a cada ano, numeradas seqüencialmente e publicadas no sítio eletrônico do TRT.

CAPÍTULO V

DAS AUDIÊNCIAS E DOS ACÓRDÃOS

Art. 112. As audiências para a instrução e julgamento dos feitos de competência originária do Tribunal serão públicas e realizadas nos dias e hora designados pelo desembargador a quem couber a instrução do processo, presente o secretário.

Art. 113. O secretário mencionará na ata os nomes das partes e advogados presentes, as citações, intimações, requerimentos verbais e todos os demais atos e ocorrências.

Art. 114. Com exceção dos advogados, ninguém se retirará da sala a que haja comparecido a serviço sem permissão do desembargador que presidir a audiência.

Art. 115. O Presidente manterá a ordem e o decoro na audiência, ordenando a retirada dos que a perturbarem, determinando a prisão dos infratores, com a lavratura do respectivo auto;

Art. 116. A abertura e o encerramento da audiência serão apregoados em voz alta.

Art. 117. O acórdão será assinado tão-somente pelo desembargador relator do feito, ou por aquele designado para redigi-lo.

Parágrafo único. O representante do Ministério Público do Trabalho consignará o seu "ciente" nos acórdãos prolatados nos processos em que o Órgão seja parte ou tenha oficiado nos autos mediante parecer circunstanciado.

Art. 118. Assinados os acórdãos, serão as suas conclusões e ementas remetidas ao Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para publicação.

Art. 119. Os acórdãos deverão ter ementa, que, resumidamente, indique a tese jurídica que prevalecer no julgamento, facultada a justificação de voto vencido, a requerimento de seu prolator.

Art. 120. Não se achando em exercício, ou estando, de qualquer modo, impedido o desembargador que deveria assinar o acórdão, será designado substituto o primeiro desembargador cujo voto seja coincidente com o do substituído.

Parágrafo único. Nos processos em que houver revisor, este passa a substituir o desembargador impedido ou afastado.

Art. 121. A republicação de acórdão somente será feita quando autorizada por despacho do Presidente do Tribunal ou de Turma, salvo na hipótese de erro evidenciado na publicação.

Art. 122. O prazo para interposição de recursos começará a fluir da data da publicação da conclusão do acórdão no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Tratando-se de recurso ou ação de que seja parte magistrado deste Regional, independente da publicação no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho, deverá o mesmo ser comunicado dos despachos ou decisão definitiva, por meio de ofício.

TÍTULO III

DO PROCESSO NO TRIBUNAL

CAPÍTULO I

DAS SUSPEIÇÕES, DOS IMPEDIMENTOS, DA INCOMPETÊNCIA E INCOMPATIBILIDADE

Art. 123. No caso do art. 801 da Consolidação das Leis do Trabalho, o desembargador deverá declarar sua suspeição. Se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes.

Art. 124. O desembargador será impedido de funcionar no processo em todas as hipóteses previstas no art. 134 do Código de Processo Civil.

Art. 125. Poderá o desembargador dar-se por suspeito se afirmar a existência de motivo de ordem íntima que, em consciência, o iniba de julgar.

Art. 126. A suspeição e o impedimento do relator ou do revisor serão declarados por despachos nos autos.

§ 1º Se a suspeição ou o impedimento for do relator, o processo irá ao Presidente para redistribuição; sendo do revisor, o processo passará ao desembargador que se lhe seguir na ordem da antiguidade.

§ 2º Nos demais casos, o desembargador declarará seu impedimento ou suspeição, verbalmente, na sessão do julgamento, registrando-se, na ata, a declaração.

Art. 127. A arguição de suspeição deverá ser oposta até antes de ser anunciado o julgamento, quanto aos desembargadores que dele tiverem, necessariamente, de participar. Quando o suspeito for chamado como substituto, o prazo contar-se-á do momento da intervenção.

Art. 128. A suspeição deverá ser deduzida em petição assinada pela parte, ou por seu procurador com poderes especiais, e dirigida ao relator, indicando os fatos que a motivaram e acompanhada de prova documental e rol de testemunhas, se houver.

Art. 129. Se o desembargador averbado de suspeito for o relator ou o revisor do feito, e se reconhecer a suspeição, mandará juntar a petição com os documentos que a instruem e, por despacho nos autos, ordenará a remessa destes à Presidência, que providenciará quanto à substituição, na forma deste Regimento.

Parágrafo único. Não aceitando a suspeição, o desembargador continuará vinculado à causa, mas será suspenso o julgamento até a solução do incidente.

Art. 130. Autuada e conclusa a petição, e se reconhecida, preliminarmente, a relevância da arguição, o relator mandará ouvir o desembargador recusado, no prazo de 3 (três) dias, e, com a resposta ou sem ela, ordenará o processo inquirindo as testemunhas arroladas.

§ 1º Quando o arguido for o relator do feito, será designado novo relator para o incidente.

§ 2º Se a suspeição for de manifesta improcedência, o relator a rejeitará liminarmente.

Art. 131. Em qualquer hipótese, preenchidas as formalidades do artigo anterior, o relator levará o incidente à mesa na primeira sessão que se seguir, quando se procederá ao julgamento, sem a presença do desembargador recusado.

Art. 132. Reconhecida a procedência da suspeição do relator, ter-se-á por nulo o que houver sido processado perante ele, sendo o processo redistribuído.

Art. 133. Nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de incompetência ou de suspeição.

Art. 134. Apresentada a exceção de incompetência, o Presidente mandará abrir vista dos autos ao advogado ou representante do exceto por 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, realizando-se o julgamento após a designação do relator.

Parágrafo único. Procedente a exceção, será o processo remetido ao Juízo competente.

CAPÍTULO II

DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU ATO NORMATIVO DO PODER PÚBLICO

Art. 135. Se, por ocasião do julgamento de qualquer feito perante o Tribunal, verificar-se que é imprescindível decidir-se sobre arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, o julgamento será suspenso e, após o relator fazer relato especial da questão, aquela arguição será apreciada na mesma sessão ou na seguinte.

Art. 136. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá o Tribunal declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público (Constituição Federal, art. 97).

Parágrafo único. Não atingida a maioria de que trata este artigo, será rejeitada a arguição, prosseguindo o Tribunal, conforme o caso, no julgamento do feito.

Art. 137. Julgada pelo Tribunal a questão constitucional, será apreciado o mérito, de acordo com o que houver sido decidido quanto à referida prejudicial.

CAPÍTULO III

DO INCIDENTE DE FALSIDADE

Art. 138. O incidente de falsidade será processado perante o relator do feito e julgado pelo Tribunal ou Turma, aplicando-se subsidiariamente os arts. 390 a 395 do Código de Processo Civil.

CAPÍTULO IV

DOS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA OU DE ATRIBUIÇÕES

Art. 139. O conflito de competência poderá ocorrer entre as autoridades judiciárias da Região.

Parágrafo único. Poderá também ocorrer conflito entre autoridades judiciárias e Administrativas.

Art. 140. Dar-se-á conflito de competência nos casos previstos em lei.

Art. 141. O conflito poderá ser suscitado:

I - pelos juízes e pelo Tribunal;

II - pelos Procuradores Regionais do Trabalho;

III - pela parte interessada ou seu representante legal;

Parágrafo único. O Ministério Público será ouvido em todos os conflitos, mas terá qualidade de parte naqueles que suscitar.

Art. 142. Não poderá suscitar conflito a parte que, no processo, houver oposto exceção de incompetência.

Parágrafo único. O conflito de competência não obsta, porém, a que a parte que não o suscitou ofereça exceção declinatória do foro.

Art. 143. Quando der entrada no Tribunal processo de conflito, será de imediato remetido à distribuição.

Art. 144. O conflito será suscitado ao Presidente do Tribunal:

I - pelo juiz ou Vara do Trabalho, de ofício;

II - pela parte e pelo Ministério Público, por petição.

Parágrafo único. O ofício e a petição serão instruídos com os documentos necessários à prova do conflito, ou com a remessa dos próprios autos, se assim o juiz entender.

Art. 145. Após a distribuição, o relator mandará ouvir os juízes em conflito, ou apenas o suscitado, se um deles for o suscitante.

Parágrafo único. As informações deverão ser prestadas no prazo assinado pelo relator.

Art. 146. Poderá o relator, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, seja sobrestado o processo, mas, neste caso, bem como no conflito negativo, designará um dos juízes para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Art. 147. Decorrido o prazo, com informações ou sem elas, será ouvido, em 5 (cinco) dias, o Ministério Público, em seguida o relator apresentará o conflito na primeira sessão do Tribunal.

Art. 148. Ao decidir o conflito, o Tribunal declarará qual o juiz competente, pronunciando-se também sobre a validade dos atos do juiz incompetente.

§ 1º Os autos do processo em que se manifestou o conflito serão remetidos ao juiz declarado competente.

§ 2º Resolvido o conflito, não será permitido renová-lo na discussão da causa principal.

Art. 149. Os autos do processo serão instruídos com as provas e as informações da autoridade que o encaminhar e remetidos diretamente ao Presidente:

I - do Supremo Tribunal Federal, quando o conflito ocorrer entre o Tribunal e qualquer Tribunal Superior;

II - do Superior Tribunal de Justiça, quando o conflito ocorrer entre os Órgãos desta Justiça e os de outra, entre o Tribunal e quaisquer Tribunais, ou entre o Tribunal e os Juízes de Primeira Instância a ele não subordinados.

CAPÍTULO V

DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 150. Cabe ação rescisória, na forma da lei, das sentenças de primeira instância e dos acórdãos deste Regional passados em julgado.

§ 1º A ação rescisória está sujeita ao depósito prévio, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.

§ 2º O autor não está obrigado ao depósito de que trata o inciso II do art. 488 do Código de Processo Civil.

Art. 151. A petição inicial deverá observar os requisitos essenciais do art. 282 do Código de Processo Civil, devendo o autor cumular ao pedido de rescisão o de novo julgamento da causa, se for o caso.

§ 1º O réu poderá impugnar, no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor.

§ 2º A impugnação será autuada em apenso, ouvindo-se o autor, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º O relator, sem suspender o processo, decidirá, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o valor da causa.

Art. 152. Ao Vice-Presidente incumbe a instrução do processo, de acordo com o estatuído no Código de Processo Civil, no que couber.

Parágrafo único. Findo o último prazo, ouvida a Procuradoria Regional do Trabalho, serão os autos conclusos, respectivamente, ao relator e ao revisor e, posteriormente, incluídos em pauta para julgamento.

Art. 153. Da decisão caberá recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias, para o Tribunal Superior do Trabalho.

CAPÍTULO VI

DOS DISSÍDIOS COLETIVOS

Art. 154. Suscitado dissídio coletivo, o Presidente do Tribunal designará dia e hora para a audiência, observados os prazos legais.

§ 1º Havendo acordo, o Presidente o submeterá à homologação do Tribunal na primeira sessão ou em sessão extraordinária, se necessário, ouvida, na ocasião, a Procuradoria Regional do Trabalho.

§ 2º Não havendo acordo ou não comparecendo ambas as partes ou uma delas, o Presidente, depois de realizadas as diligências que entender necessárias, encerrará a instrução.

Art. 155. As partes terão o prazo de 10 (dez) minutos para oferecer razões finais, seguindo-se a audiência da Procuradoria Regional.

Art. 156. Instruídos e distribuídos os feitos, proceder-se-á ao julgamento, observando-se o que dispõem o art. 37, alínea "a", e Capítulos II a V, do Título II, deste Regimento.

CAPÍTULO VII

DO MANDADO DE SEGURANÇA

Art. 157. Os Mandados de Segurança de competência originária do Tribunal terão o rito processual regulado pela Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, com as modificações trazidas

pela Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, e as peculiaridades previstas neste Regimento.

Art. 158. A petição será dirigida ao Tribunal e apresentada ao Presidente para submetê-la ao Vice-Presidente.

Art. 159. O relator fará cumprir o rito processual e, uma vez expirados os prazos para informações e contestações, mandará ouvir o Ministério Público.

§ 1º Quando a autoridade apontada como coatora for o próprio Tribunal ou o seu Presidente, o relator encaminhará os autos a este, para que informe ou mande juntar aos mesmos as peças que julgar necessárias e, a seguir, mandará ouvir o Ministério Público competente para o caso.

§ 2º Devolvidos os autos pelo Ministério Público, serão eles conclusos ao relator, que, dentro de 5 (cinco) dias, apresentá-los-á para julgamento, observadas, no mais, as disposições deste Regimento.

CAPÍTULO VIII

DO HABEAS CORPUS

Art. 160. A petição de *habeas corpus*, logo que protocolada, será enviada ao Serviço Processual, que, imediatamente, procederá à sua autuação e remessa ao Vice-Presidente do Tribunal, ou a quem o substituir no momento.

Art. 161. Se a petição se revestir dos requisitos legais, o relator, se necessário, requisitará da autoridade indicada como coatora, no prazo que assinalar, informações escritas.

§ 1º Na falta de quaisquer dos requisitos, o relator mandará sejam preenchidos, no prazo de 2 (dois) dias.

§ 2º Se o relator entender que o pedido deva ser indeferido *in limine*, levará a petição ao conhecimento do Tribunal, em sua primeira sessão, independentemente do pedido de informações.

Art. 162. Será, a critério do relator, concedida vista dos autos ao Ministério Público do Trabalho, pelo prazo de 2 (dois) dias, depois de prestadas as informações pela autoridade dita coatora, salvo se não tiverem sido julgadas necessárias, ou se, solicitadas, não houverem sido prestadas.

Art. 163. Recebidas as informações, se não dispensadas, ouvido o Ministério Público, ou sem o ofício deste, o *habeas corpus* será julgado na primeira sessão, podendo, entretanto, adiar-se o julgamento para a sessão seguinte.

Art. 164. Concedido o *habeas corpus*, o Secretário do Tribunal lavrará a ordem, que, assinada pelo relator, será enviada por mandado, ofício, fac-símile ou telegrama ao detentor, ao carcereiro ou à autoridade que exercer ou ameaçar exercer o constrangimento julgado ilegal.

Art. 165. Aplicam-se ao processo do *habeas corpus*, no que for omissos este Regimento, as normas de direito processual comum.

Art. 166. Da decisão do Tribunal será lavrado acórdão, observado, no que couber, o Capítulo V do Título II deste Regimento.

CAPÍTULO IX

DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Art. 167. Serão aplicadas, pelo Tribunal, as penalidades estabelecidas no Capítulo VII do Título VIII da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como as sanções em que incorrerem as autoridades da Justiça do Trabalho, quando venha a conhecer de desobediência, violação, recusa, falta ou coação, e seja ele o órgão hierarquicamente superior.

Parágrafo único. A aplicação da penalidade será promovida ex-offício, ou mediante representação de qualquer legitimamente interessado ou da Procuradoria Regional do Trabalho.

Art. 168. Tomando conhecimento do fato imputado, o Presidente do Tribunal mandará autuar e distribuir o processo, cabendo ao relator determinar a notificação ao acusado para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, defesa por escrito, e, tanto a este, como ao denunciante, para requerer a produção de provas, inclusive o depoimento de testemunhas, até o máximo de 5 (cinco).

Art. 169. Encerrada a instrução, seguir-se-ão razões finais das partes, em 5 (cinco) dias sucessivos, sendo depois ouvida a Procuradoria Regional. Após o "visto" do relator, o processo será colocado em pauta, observado, em seguida, o que dispõe este Regimento em seu Título II, no que couber.

Art. 170. Sempre que o infrator incorrer em pena criminal, far-se-á remessa das peças necessárias à autoridade competente.

CAPÍTULO X

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 171. O processo administrativo será conduzido por uma Comissão composta de 3 (três) membros, magistrados ou servidores estáveis, designados a critério do Presidente do Tribunal, que indicará, dentre eles, o seu presidente, ao qual compete escolher o secretário.

Art. 172. O processo será iniciado dentro do prazo de 3 (três) dias, contados da designação de que trata o artigo anterior, e concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, salvo quando o rito for sumário, em que o prazo é de 30 (trinta) dias, admitida sua prorrogação por até 15 (quinze) dias; e nos casos de sindicância, em que o prazo é de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta).

Art. 173. Instalada a comissão e formalizada a acusação, terá o indiciado o prazo de 10 (dez) dias para oferecer defesa e especificar a prova que pretende produzir.

Art. 174. A comissão procederá às diligências que entender necessárias, louvando-se, inclusive na opinião de técnicos e peritos.

Art. 175. Não concluído o processo no prazo de 60 (sessenta) dias, o indiciado, a critério do Presidente do Tribunal, aguardará seu julgamento em serviço, salvo quando a imputação se prender à falta incompatível com o exercício da função.

Art. 176. Finda a instrução, o indiciado terá 10 (dez) dias para razões finais, após o que a Comissão redigirá parecer ao Presidente do Tribunal e, na hipótese de procedência da acusação, proporá as penalidades cabíveis.

Art. 177. No caso de revelia, o Presidente do Tribunal designará servidor para acompanhar o processo e incumbir-se da defesa.

Art. 178. Quando ao servidor imputar-se crime, praticado na esfera administrativa, ou não, o Presidente do Tribunal providenciará para que se instaure, simultaneamente, o inquérito policial.

Parágrafo único. Se do processo administrativo resultar que o ato constitui crime, os autos deverão ser encaminhados à autoridade competente.

Art. 179. Quando a penalidade proposta pela Comissão exceder a alçada do Presidente, os autos serão encaminhados ao Tribunal, fazendo-se a sua distribuição.

CAPÍTULO XI

DA HABILITAÇÃO INCIDENTE

Art. 180. A habilitação incidente, ocorrendo o falecimento de uma das partes, será processada na forma da lei processual.

Art. 181. A habilitação será requerida em petição fundamentada ao relator e perante ele processada.

§ 1º A parte contrária será citada pessoalmente ou por Procurador, se constituído nos autos.

§ 2º Sendo contestado o pedido, o relator facultará às partes sumária produção de provas, em 5 (cinco) dias.

§ 3º Da decisão da cabe agravo regimental, no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO XII

DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Art. 182. A restauração de autos far-se-á mediante petição dirigida ao Presidente do Tribunal ou da Turma e distribuída, sempre que possível, ao relator que neles tenha funcionado.

Art. 183. No processo de restauração, observa-se-á o disposto nos arts. 1.063 e 1069 do Código de Processo Civil, no que couber.

CAPÍTULO XIII

DAS MEDIDAS CAUTELARES

Art. 184. O pedido de medida cautelar, observadas as disposições contidas nos arts. 796 e seguintes do Código de Processo Civil, no que for compatível com o processo trabalhista, será distribuído, mediante compensação, ao relator do processo principal.

§ 1º Quando a medida for preparatória, o pedido será distribuído a desembargador que ficará vinculado como relator do processo principal.

§ 2º Quando se tratar de medida cautelar antecedente de dissídio coletivo, o pedido será apreciado pelo Vice-Presidente do Tribunal (arts. 24, II e 37, alínea "a" deste Regimento).

CAPÍTULO XIV

DO PEDIDO DE CORREIÇÃO

Art. 185. Cabe pedido de correção contra juízes de primeiro grau quando, por ação ou omissão, ocorrer inversão ou tumulto processual.

Art. 186. O pedido de correção será formulado em 5 (cinco) dias, a contar da ciência do ato impugnado ou da omissão processual, pela parte que se sentir prejudicada, por advogado, em petição dirigida ao Corregedor, com breve exposição dos fatos e pedido da medida que se pleiteia.

§ 1º O pedido de correção poderá ser formulado ao juiz da causa, que deverá, juntamente com as informações cabíveis, encaminhá-lo ao Corregedor, no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 2º O juiz poderá reconsiderar o despacho ou sanar a omissão, hipótese em que os autos da correção serão arquivados.

Art. 187. Recebida a petição, o Corregedor mandará ouvir o juiz interessado, no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Entendendo o Corregedor não se tratar de caso que justifique pedido de correção, indeferirá liminarmente o pedido, podendo a parte interpor agravo regimental.

Art. 188. O Corregedor poderá determinar a instrução do pedido de correção com as provas que julgar convenientes, sempre cientes o autor e a autoridade envolvida.

Art. 189. Finda a instrução, o Corregedor decidirá sobre o pedido, fazendo as recomendações que julgar cabíveis, se for o caso.

§ 1º Da decisão dar-se-á ciência ao requerente e ao juiz, que deverá dar-lhe imediato cumprimento.

§ 2º Se as recomendações não forem acatadas, o Corregedor submeterá a questão ao Tribunal Pleno, para fins de instauração de procedimento disciplinar.

CAPÍTULO XV

DOS PRECATÓRIOS

Art. 190. As requisições de pagamentos devidos pela União, Estados ou Municípios e suas Autarquias e Fundações, em decorrência de sentença judiciária transitada em julgado, serão feitas mediante precatórios dirigidos pelo juiz da execução ao Presidente do Tribunal, que, após protocolizados, serão atuados no respectivo setor.

Parágrafo único. As instruções gerais necessárias à tramitação dos precatórios serão expedidas pelo Presidente do Tribunal.

Art. 191. Da decisão do Presidente, caberá agravo para o Tribunal, no prazo de 5 (cinco) dias.

TÍTULO IV

DOS RECURSOS PARA O TRIBUNAL

CAPÍTULO I

DAS ESPÉCIES DE RECURSOS

Art. 192. Para o Tribunal são admissíveis os seguintes recursos:

I - recurso ordinário;

II - agravo de petição;

III - agravo de instrumento;

IV - agravo regimental.

CAPÍTULO II

DO RECURSO ORDINÁRIO

Art. 193. O recurso ordinário, de competência das Turmas, será processado na forma do que dispõe o Título II deste Regimento.

CAPÍTULO III

DO AGRAVO DE PETIÇÃO

Art. 194. Caberá agravo de petição, com efeito suspensivo e processado nos próprios autos, das decisões em execução que:

I - julgarem os embargos à penhora ou a liquidação de sentença;

II - homologarem, ou não, a arrematação, adjudicação ou remissão;

III - julgarem os embargos de terceiro;

IV - denegarem ou concederem medidas requeridas como preparatórias da execução;

V - de qualquer forma, tenham efeito de decisão de mérito ou de interlocutória mista, ou tranquem o curso normal da execução total da sentença exequenda, ou parcial, de verba condenatória nela contida.

§ 1º Os incidentes da execução serão resolvidos pelo próprio juiz processante e a apreciação das decisões interlocutórias, que não precluem, somente será feita pelo Tribunal na oportunidade em que venha a julgar o agravo cabível.

§ 2º Quando manifestamente protelatório ou irrelevante, poderá o juiz determinar no prazo de 3 (três) dias, que o agravo de petição seja processado em separado, com as peças que julgar necessárias e com outras pedidas pelas partes, e, em seguida, se admitido o agravo, informará ao Tribunal, minuciosamente, sobre a matéria controvertida, remetendo o instrumento.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, poderá o relator, ao qual for distribuído o agravo no Tribunal requisitar os autos principais, com suspensão do feito.

Art. 195. O agravo será interposto dentro do prazo de 8 (oito) dias, a contar da data em que a parte for notificada da decisão.

Art. 196. O agravo de petição será julgado pelo Tribunal, sendo irrecurável a decisão, salvo o caso de cabimento de recurso de revista, quando houver ofensa direta e literal de norma da Constituição.

CAPÍTULO IV

DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 197. No processo de agravo de instrumento da competência do Tribunal, observar-se-á, no que lhe concerne, o que dispõe o Capítulo V, Título V, deste Regimento.

CAPÍTULO V

DO AGRAVO REGIMENTAL

Art. 198. Cabe agravo regimental para o Tribunal, ou para as Turmas, conforme o caso, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação ou da publicação no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho:

I - das decisões proferidas pelo Presidente do Tribunal, como Corregedor, em reclamações correicionais;

II - do despacho que indeferir a petição inicial de ação rescisória;

III - do despacho do relator que indeferir, liminarmente, pedido de mandado de segurança;

IV - do despacho do relator que conceder ou denegar medida liminar;

V - do despacho do relator que negar seguimento a recurso (art. 34 do RI).

§ 1º Na hipótese do inciso I, o agravo será distribuído, na forma regimental, a um relator, que o submeterá a julgamento do Pleno na sessão ordinária seguinte à distribuição.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos II, III, IV e V, será designado relator o prolator do despacho agravado, o qual submeterá a julgamento do Pleno ou Turma, conforme o caso, sem direito a voto, na sessão ordinária seguinte à distribuição.

§ 3º Ressalvada a hipótese do inciso III, acima, não será permitida sustentação oral por ocasião do julgamento.

§ 4º Em caso de empate, prevalecerá o despacho agravado.

TÍTULO V

DOS RECURSOS NO TRIBUNAL

CAPÍTULO I

DAS ESPÉCIES DE RECURSOS

Art. 199. Das decisões do Tribunal Regional do Trabalho são admissíveis os seguintes recursos:

I - embargos de declaração;

II - recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal nas causas decididas, em única ou última Instância, pelo Tribunal, nas hipóteses do art. 102, inciso III, da Constituição Federal;

III - recurso ordinário, na hipótese da alínea "b" do art. 895 da CLT;

IV - recursos de revista para o Tribunal Superior do Trabalho nas hipóteses das alíneas "a" e "b" do art. 896 da CLT.

CAPÍTULO II

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 200. Cabe Embargos de Declaração quando:

I - houver no acórdão obscuridade ou contradição;

II - for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal;

III - houver manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

Art. 201. Os embargos serão opostos em 5 (cinco) dias da data da publicação do acórdão, em petição dirigida ao relator, com a indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão.

§ 1º Será, desde logo, indeferida, por despacho irrecurável, a petição que não indicar o ponto que deva ser declarado.

§ 2º O relator do acórdão apresentará os embargos em mesa, para julgamento, na primeira sessão ordinária seguinte, fazendo relatório e proferindo seu voto.

Art. 202. Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos.

§ 1º Quando forem manifestamente protelatórios e assim declarados, o Tribunal condenará o embargante a pagar ao embargado multa, que não poderá exceder a 1% (um por cento) sobre o valor da causa.

§ 2º Afastado por período superior a 30 (trinta) dias, ou supervenientemente impedido o prolator do acórdão, os autos serão encaminhados ao juiz convocado, ou na ausência de convocação, ao desembargador que primeiro acompanhou o voto prevalente.

§ 3º Não há vinculação de *quorum* para o julgamento dos embargos de declaração, salvo para o desembargador que redigiu o acórdão ou para o que foi designado na hipótese do parágrafo anterior.

CAPÍTULO III

DO RECURSO DE REVISTA

Art. 203. O recurso de revista será apresentado ao Presidente do Tribunal, em petição fundamentada, dentro do prazo de 8 (oito) dias seguintes à publicação da conclusão do acórdão, no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região.

§ 1º O recurso de revista será recebido ou denegado em decisão fundamentada.

§ 2º Recebido o recurso, o Presidente ou o Vice-Presidente declarará seus efeitos, facultando à parte interessada requerer a expedição de carta de sentença para execução

provisória do julgado, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da ciência do despacho, caso tenha sido dado ao recurso efeito meramente devolutivo.

§ 3º Denegado seguimento ao recurso de revista, poderá o recorrente interpor agravo de instrumento para uma das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, dentro do prazo de 8 (oito) dias, a contar da data da notificação à parte, ou da publicação do despacho no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região.

Art. 204. A carta de sentença será extraída de acordo com o estabelecido no art. 475 - O do Código de Processo Civil, no que for compatível com o processo trabalhista.

CAPÍTULO IV

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Art. 205. Cabe recurso extraordinário nas hipóteses do art. 102, inciso III, da Constituição Federal, observadas as disposições do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

§ 1º O recurso não terá efeito suspensivo e será interposto em petição fundamentada, dentro de 15 (quinze) dias da publicação do acórdão ou de suas conclusões no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região.

§ 2º Interposto o recurso, o Presidente do Tribunal poderá admiti-lo ou não, fundamentando, em qualquer caso, sua decisão.

§ 3º Admitido o recurso, mandará dar vista dos autos, sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, para que cada um, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões. Se indeferido, poderá o recorrente agravar de instrumento, dentro de 8 (oito) dias, a contar da data da publicação do ato denegatório no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região.

CAPÍTULO V

DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 206. Caberá agravo de instrumento, no prazo de 8 (oito) dias, de despacho que denegar seguimento a recurso.

Art. 207. O agravo será dirigido à autoridade judiciária prolatora do despacho agravado, devendo ser interposto por petição, acompanhado das peças obrigatórias para a sua formação, observado o disposto no §5º incisos I e II do art. 897 da CLT .

Art. 208. O agravo de instrumento, protocolizado e autuado em apartado, será concluso ao juiz prolator do despacho agravado, para reforma ou confirmação da decisão impugnada, observada a competência estabelecida nos arts. 659, VI, e 682, IX, da CLT.

Art. 209. Será certificada nos autos principais a interposição do agravo de instrumento e a decisão que determina o seu processamento ou que reconsidera o despacho agravado.

Art. 210. Mantida a decisão agravada, será intimado o agravado para apresentar, no prazo de 8 (oito) dias, contraminuta ao agravo e contra-razões ao recurso principal, juntando as peças que entender necessárias para o julgamento de ambos, encaminhando-se, após, os autos do agravo ao juízo competente, no prazo de 3 (três) dias.

Art. 211. Provido o agravo, o órgão julgador deliberará quanto ao julgamento do recurso destrancado, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso, com designação de relator.

Art. 212. O agravo de instrumento não requer preparo.

Art. 213. Em nenhuma hipótese, poderá ser negado seguimento ao agravo, ainda que interposto fora do prazo legal.

TÍTULO VI

DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I

DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 214. São permanentes:

I - a Comissão de Regimento Interno;

II - a Comissão de Revista;

III - a Comissão de Vitaliciamento;

IV - a Comissão de Uniformização da Jurisprudência;

CAPÍTULO II DA COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

Art. 215. Na mesma sessão em que se proceder a eleição para Presidente e Vice-Presidente do Tribunal, será eleita a Comissão do Regimento Interno, composta de, no máximo, 3 (três) magistrados.

§ 1º O término do mandato dos membros da Comissão coincidirá com o do Presidente e do Vice-Presidente.

§ 2º Nos casos de renúncia ou impedimento definitivo de qualquer dos membros da Comissão, proceder-se-á a eleição de novo membro, com mandato pelo tempo que restar, permitida sua reeleição.

Art. 216. À Comissão de Regimento Interno compete:

I - emitir parecer, quando lhe seja requerido pelo Presidente ou pelo Tribunal, sobre matéria regimental, no prazo de 10 (dez) dias;

II - estudar as proposições sobre reforma ou alterações regimentais feitas pelos magistrados, emitindo parecer fundamentado e propondo sua redação, se for o caso, também no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 217. Os pareceres da Comissão de Regimento Interno, se aprovados por 2/3 (dois terços) dos membros efetivos do Tribunal, terão força e eficácia de reforma ou alteração regimentais.

Art. 218. As propostas de reforma ou de alteração do Regimento Interno serão apresentadas por escrito, ao Tribunal e, a seguir, encaminhadas à respectiva Comissão, para parecer.

§ 1º Comprovada urgência e desde que a Comissão se encontre habilitada a emitir seu parecer de imediato, a proposta poderá ser objeto de deliberação na própria sessão em que for apresentada.

§ 2º As emendas ou reformas regimentais serão aprovadas por 2/3 (dois terços) dos desembargadores.

CAPÍTULO III DA COMISSÃO DE REVISTA

Art. 219. O Tribunal fará publicar uma revista semestral, denominada "Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região", destinada a divulgar assuntos de interesse doutrinário, no campo do Direito do Trabalho, sua jurisprudência e a de outros Tribunais do Trabalho, legislação especializada, atos de natureza administrativa e noticiário.

Art. 220. A Revista terá direção de uma Comissão composta de 2 (dois) desembargadores e 2 (dois) juizes titulares de Vara localizadas na sede da Região, sendo secretariada por um servidor do Quadro de Pessoal.

Art. 221. A Comissão tem competência para selecionar as matérias destinadas à publicação, inclusive jurisprudência do Tribunal.

Art. 222. A escolha da Comissão far-se-á por eleição do Pleno, na mesma sessão em que forem eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e seu mandato será de 2 (dois) anos.

Art. 223. A presidência da Comissão será exercida por um dos Desembargadores que a integrar, cabendo ao outro a substituição.

Art. 224. Quando necessário, a Comissão solicitará à Presidência do Tribunal que lhe sejam colocados à disposição servidores para auxiliar nos trabalhos de organização, revisão e preparo da Revista.

CAPÍTULO IV DA COMISSÃO DE VITALICIAMENTO

Art. 225. A Comissão de Vitaliciamento será constituída:

I - pelo Corregedor Regional;

II - por 2 (dois) desembargadores eleitos por seus pares na mesma sessão em que se fizer a eleição para a Presidência do Tribunal.

§ 1º O mandato dos membros da Comissão de Vitaliciamento é de 2 (dois) anos, coincidente com o dos integrantes da direção do Tribunal.

§ 2º Os magistrados integrantes da Comissão de Vitaliciamento estão sujeitos aos impedimentos previstos em lei.

Art. 226. Compete à Comissão de Vitaliciamento:

I - acompanhar o desempenho do magistrado durante o biênio do estágio probatório sob os aspectos judicante, acadêmico, disciplinar, respeitada sua independência e sua dignidade;

II - orientar o juiz vitaliciando no desempenho da função judicante;

III - emitir relatórios periódicos e de avaliação final.

Art. 227. Poderá a Comissão de Vitaliciamento, em conjunto com a Corregedoria Regional, recomendar, na avaliação final, a abertura de processo administrativo disciplinar de perda de cargo quando existirem elementos que autorizem tal conclusão.

Art. 228. O Tribunal Pleno, com base no relatório da avaliação final da Comissão, deliberará sobre o vitaliciamento do juiz substituído pelo voto da maioria absoluta de seus desembargadores. Parágrafo único. Em caso de empate, prevalecerá o voto de qualidade do Presidente do Tribunal.

CAPÍTULO V DA COMISSÃO DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

Art. 229. A Comissão de Uniformização da Jurisprudência será formada por um desembargador de cada Turma, por ela escolhido, e o Vice-Presidente, que a presidirá.

Parágrafo Único. O mandato dos membros da Comissão de Uniformização da Jurisprudência é de 2 (dois) anos, coincidente com o dos integrantes da direção do Tribunal.

Art. 230. Compete à Comissão de Uniformização da Jurisprudência:

I - acompanhar a evolução da jurisprudência do Tribunal, com vistas à obrigatoria uniformização;

II - deliberar sobre a oportunidade e conveniência de envio ao Presidente do Tribunal de proposta de edição, revisão ou

cancelamento de súmula da jurisprudência predominante do Tribunal;

III - manter atualizado o repertório da jurisprudência do Tribunal para fins de publicação.

Art. 231. A deliberação a respeito da edição, revisão ou cancelamento de verbetes caberá unicamente aos membros do Tribunal, em sessão administrativa, pelo voto da maioria absoluta dos desembargadores.

CAPÍTULO VI DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 232. O Tribunal Pleno, por proposta do Presidente ou de qualquer de seus desembargadores, poderá constituir comissões temporárias, formadas por 3 (três) magistrados, as quais se extinguem quando preenchidos os objetivos que determinaram a sua instituição.

Art. 233. O Presidente do Tribunal poderá constituir comissões auxiliares para assuntos administrativos, compostas de magistrados e/ou servidores da 11ª Região.

TÍTULO VII

DO CONSELHO DA ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO

Art. 234. Ao Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho cabe administrar a Ordem do Mérito Judiciário.

Parágrafo único. A Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho é regida por Estatuto próprio, aprovado pelo Tribunal Pleno, onde se define a sua organização e administração.

TÍTULO VIII

DAS PROMOÇÕES

Art. 235. As promoções dos juizes serão feitas, alternadamente, por antiguidade e merecimento, observado o que dispõem os artigos seguintes deste Título.

Art. 236. Havendo vaga a ser preenchida no Tribunal por juizes titulares de Vara, ou havendo a de juiz titular de Vara do Trabalho, o Presidente do Tribunal comunicará a todos os juizes titulares ou, conforme o caso, a todos os juizes do trabalho substitutos, por telegrama, por e-mail e, ainda, por edital publicado no Órgão Oficial e no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho, a abertura da inscrição, o prazo respectivo e o critério da promoção.

Parágrafo único. O interessado deverá inscrever-se no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do edital no Órgão Oficial, considerando-se a ausência da inscrição como não aceitação da promoção de que trata o edital. A inscrição poderá ser feita por telegrama ou por e-mail.

Art. 237. A promoção por antiguidade recairá no juiz titular, ou no juiz do trabalho substituto que ocupar o primeiro lugar na lista para esse fim organizada, anualmente, pelo Presidente.

§ 1º Na apuração da antiguidade, aplicar-se-á o estabelecido no art. 12 deste Regimento.

§ 2º Nas promoções por antiguidade, é permitido ao Tribunal, pelo voto público e fundamentado de 2/3 (dois terços) de seus membros vitalícios, obstar a promoção de juiz do trabalho mais antigo.

Art. 238. Na promoção por merecimento, a indicação, pelos desembargadores, entre os candidatos inscritos, far-se-á por voto público e fundamentado, servindo-se cada votante de lista com os nomes dos candidatos fornecida pelo Presidente e Corregedor.

§ 1º O juiz que houver sofrido a pena de censura não poderá figurar em lista de promoção por merecimento, pelo prazo de 1 (um) ano, contado da imposição da pena.

§ 2º Antes de iniciar-se a votação, o Corregedor prestará as informações que dispuser sobre os candidatos.

§ 3º Somente será incluído na lista tríplice de merecimento o juiz que obtiver a maioria de votos dos presentes. Se nenhum juiz alcançar, em primeiro escrutínio, a maioria, ou os que a conseguirem não bastarem para completar a lista, proceder-se-á a tantos escrutínios quantos forem necessários.

TÍTULO IX

DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL

Art. 239. Aplica-se aos servidores a legislação concernente aos servidores públicos civis da União (Lei 8.112, de 11/12/1990).

Art. 240. A admissão de servidores, ao Quadro de Pessoal da Justiça do Trabalho da 11ª Região, somente se fará mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 241. Serão publicados no Órgão Oficial os atos de nomeação, promoção (progressão e ascensão), exoneração e aposentadoria de servidores do Quadro, devendo constar do respectivo ato o cargo ou função, nível ou padrão, bem como os fundamentos dos cálculos de proventos nos atos de concessão de aposentadoria.

Parágrafo único - Todos os demais atos administrativos, supervenientes aos atos de nomeação, contratação e promoção, deverão ser publicados no Boletim Interno, que circulará quinzenalmente.

Art. 242. Estão obrigatoriamente sujeitos ao registro ou assinatura de ponto, no início e no término do expediente diário, todos os servidores da Justiça do Trabalho da 11ª Região, excetuados o Diretor-Geral, o Secretário Geral da Presidência, o Secretário do Tribunal Pleno e das Turmas, os

Assessores, os Diretores de Secretaria do Tribunal e das Varas do Trabalho e os Diretores de Serviço.

Parágrafo único - Os oficiais de justiça avaliadores terão seu regime de trabalho regulado por provimento da Corregedoria Regional.

Art. 243. Os servidores do Tribunal cumprirão 35 (trinta e cinco) horas de trabalho semanal.

§ 1º Durante o expediente, os servidores terão intervalo de 30 (trinta) minutos, revezando-se no trabalho, e somente poderão ausentar-se do serviço por motivo ponderável, a critério e sob a responsabilidade de seu superior hierárquico.

§ 2º Os servidores ocupantes de cargo em comissão e submetidos ao regime de integral dedicação ao serviço estão excepcionados da regra desse artigo, podendo ser convocados sempre que houver interesse da Administração.

Art. 244. Por omissão no cumprimento dos deveres, ou ação que importe em sua transgressão, os servidores da Região ficam sujeitos às seguintes penas disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.

Art. 245. Para aplicação das penas previstas no artigo anterior, são competentes:

I - o Tribunal Pleno, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade;

II - o Presidente do Tribunal, nos casos de destituição de cargo em comissão, função comissionada e suspensão;

III - os juizes de primeira instância, quanto aos servidores lotados nas respectivas Varas do Trabalho e, quanto aos demais, o Diretor-Geral, nos casos de advertência.

Art. 246. Na aplicação de quaisquer das penalidades, será observado o que dispuser o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, comunicando-se ao Serviço de Pessoal, para registro nos assentamentos do servidor.

Art. 247. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave, desrespeito às proibições consignadas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, ou em reincidência de falta já punida com advertência.

§ 1º Durante o período de suspensão o servidor perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, ficando, o servidor, nesse caso, obrigado a permanecer em serviço com direito, apenas à metade de seus vencimentos ou remuneração.

Art. 248. A destituição de função terá por fundamento a falta de exação no cumprimento do dever.

Art. 249. Sob pena de responsabilidade, a autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidade, no serviço público, é obrigada a promover sua apuração imediata, por meio de sindicância ou mediante processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa.

Art. 250. O processo administrativo disciplinar precederá sempre à demissão do servidor.

Art. 251. Os servidores da Justiça do Trabalho da 11ª Região terão seu Regulamento aprovado pelo Tribunal Pleno.

TÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 252. Nenhum desembargador, quando designado para o cometimento de função administrativa ou de outra natureza, poderá se eximir de prestá-las, senão em face de impedimento legal ou mediante justificativa relevante, a critério do Tribunal.

Art. 253. Os desembargadores que não puderem comparecer às sessões ou audiências, por motivo justificável deverão comunicar o fato ao Presidente do Tribunal.

Parágrafo único. Ocorrendo ausência de desembargador por 3 (três) vezes consecutivas, é do Tribunal a competência para justificar a falta.

Art. 254. A critério do Presidente, poderá ser formado processo escrito de matéria de natureza administrativa a ser submetida à decisão do Tribunal, com prévia autuação, registro e numeração.

Art. 255. Os Órgãos da Justiça do Trabalho da 11ª Região funcionarão no horário compreendido entre 7h30 (sete horas e trinta minutos) e 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), nos dias úteis, exceto aos sábados, quando não haverá expediente.

Parágrafo único. O horário de expediente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região será estabelecido por Resolução Administrativa, por iniciativa do seu Presidente.

Art. 256. O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região manterá plantão judiciário permanente, que funcionará em 1º e 2º graus de jurisdição e em todos os períodos em que não haja expediente normal, assim alcançando feriados, recesso forense,

ponto facultativo, fins de semana, suspensão de atividades e dias úteis fora do horário de atendimento ordinário.

Parágrafo único. A regulamentação do plantão será feita por Resolução Administrativa.
Art. 257. O Tribunal e as Varas do Trabalho suspenderão suas atividades no período de 20 de dezembro a 06 de janeiro seguinte, observando o recesso referido no inciso I do art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966.

Parágrafo único. Durante o recesso, salvo os casos de urgência alcançados pelo plantão judicial, não se praticará nenhum ato que implique na abertura de prazo, observando-se, quanto aos já em curso, o disposto no art. 179 do Código de Processo Civil, com relação às férias.

Art. 258. Ressalvado ao Presidente do Tribunal o direito de suspender as atividades dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 11ª Região em outros dias, por conveniência administrativa, serão observados, como feriados, além dos fixados em lei, apenas os seguintes: segunda e terça-feira de carnaval e quarta-feira de cinzas; quarta, quinta e sexta-feira da Semana Santa; 11 de agosto; 28 de outubro; 1º, 2 e 20 de novembro; 8 e 15 de dezembro e, em cada Município, aqueles feriados locais equiparados, segundo a lei federal, aos feriados nacionais.

Art. 259. Os casos omissos neste Regimento Interno serão decididos pelo Tribunal Pleno.

Art. 260. Revoga-se o Regimento Interno publicado em 01.03.1982, aprovado pela Resolução Administrativa nº 006/82 e todas as demais disposições regimentais.

Art. 261. Este Regimento entrará em vigor em 1º.01.2009, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e de Roraima e no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho da 11ª Região.

Sala de Sessões, 17 de novembro de 2008.

FCA. RITA A. ALBUQUERQUE
Desembargadora Federal Presidente
do TRT da 11ª Região

SETOR DE PUBLICAÇÕES/ACÓRDÃO

PROCESSOS SUMARÍSSIMOS DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 1ª TURMA - SESSÃO DO DIA 26.8.2008 - REPUBLICAÇÃO FACE SINISTRO DE 05.09.2008

1 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-00599/2008-006-11-00
Origem:6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): GREICIMAR CARANHA DA COSTA
Advogado(s): Dr(a)s. MANOEL PEDRO DE CARVALHO E OUTROS
Recorrido(s): NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10098/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos,conhecer do Recurso Ordinário, por maioria, dar-lhe provimento, conforme as seguintes razões de decidir do Exmo.Juiz JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES (Relator): “Dou-lhe provimento, para o fim de deferir à reclamante, a indenização dos 21 dias feriados e 22 domingos, além dos respectivos reflexos no aviso prévio, no 13º salário, nas férias acrescidas de um terço e no FGTS acrescido de 40%, tudo nos valores descritos na petição inicial, adequando-se a correção monetária, que deverá incidir com o índice a partir do mês seguinte à dispensa, tendo em vista que não há, nos autos,prova alguma de que foi atendido o requisito estabelecido pelo caput do art. 612 da CLT, que exige que ‘Os Sindicatos só poderão celebrar Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho,por deliberação de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim’, nem que os trabalhadores empregados da Reclamada atenderam ao disposto no art. 617, caput e seu § 2º,também da CLT. Observe-se que o documento denominado pela Ré de ‘ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA’ (fl. 131/132),além de conter algumas rubricas não identificadas, sequer foi registrado em cartório e nem foram identificados os trabalhadores que teriam participado de tal ‘assembleia geral’. Sem o atendimento a esses requisitos, não há como conferir validade ao citado Acordo Coletivo de Trabalho. Além disso, a alegada redução da jornada semanal nunca funcionou,pelo menos em relação à Recorrente, conforme se pode verificar nos controles de ponto e contracheques (fls. 56 e seguintes),onde se evidenciava que a mesma era contumaz na prorrogação da jornada diária. Mantém-se a decisão de primeiro grau nos demais termos, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. Em função do novo valor de condenação, tem-se novo valor de custas processuais calculadas sobre o valor arbitrado de R\$5.000,00, no importe de R\$100,00, cujo ônus de recolhimento pertence à reclamada.” Votos parcialmente divergentes do Exmo. Juiz JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES (Relator), que não aplicava a Súmula 381 do TST no cálculo da correção monetária, e da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que não concedia as horas extras dos feriados trabalhados. OBS: Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO - Não vota.

2 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-24363/2006-012-11-00
Origem:12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(s):Dr(a)s. PAULO GIL CABRAL
Recorrido(s):BR CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA E JONAS SOUZA DOS SANTOS
Advogado(s):Dr(a)s. ISABEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO, JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA, ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL E ANA LIDIA GIOIA RIBEIRO

ACÓRDÃO TRT N° 10099/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos,conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos e, ainda, conforme as seguintes razões de decidir da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora): “Entendo que, tendo sido entabulado acordo em Juízo entre as partes, para pagamento dos consectários trabalhistas requeridos, dentre eles, o pleito de aviso prévio, considerado de caráter indenizatório. Assim conclamo correta a homologação do acordo e determinação a quo, conforme jurisprudência trabalhista dominante, no sentido de que a contribuição previdenciária tem apenas incidência nas verbas de natureza salarial. No mesmo diapasão o § 9º, inciso V, letra ‘f’, do art. 214 do Decreto nº 3.048/1999, in verbis: ‘§ 9º não integram o salário de contribuição, exclusivamente: V - as importâncias recebidas a título de : ‘f’” aviso prévio indenizado’. Deve ser ressaltado que a Lei nº 9.528/97, não excluiu o aviso prévio do rol das parcelas que não integram o salário de contribuição, mas sim, foi silente quanto a este aspecto, razão pela qual não há que se dizer que o Decreto nº 3.048/99 contraria a própria lei que regulamenta. Ademais,ainda, que se considerasse que o aviso prévio foi excluído do rol anteriormente mencionado, sobre ele não incide contribuição previdenciária, vez que não se destina a retribuir trabalho e sim indenizar à parte em função de uma obrigação descumprida. Nada a reformar.”

3 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-00242/2008-013-11-00
Origem:13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
Advogado(s):Dr(a)s. LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO
Recorrido(s):J.J DA SILVA ABREU-ME (RECICLAGEM JS)
Advogado(s):Dr(a)s. RICARDO MAGALHÃES DOS SANTOS

ACÓRDÃO TRT N° 10100/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos,conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento,considerando que a recorrente não se desincumbiu do ônus da prova do fato constitutivo do direito pleiteado, à luz dos artigos 818, da CLT, e 333, I, do CPC, impondo-se, via de consequência, a manutenção do decisum, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

4 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-00121/2008-003-11-00
Origem:3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): POLONORTE SEGURANÇA DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. AURIANA RAMOS PEREIRA E PAULO CÉSAR ESPIRITO SANTO DE GOUVÊA
Recorrido(s):ANTÔNIO PEREIRA LIMA
Advogado(s):Dr(a)s. SÉRGIO CUNHA CAVALCANTI E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10101/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos,conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para determinar que as horas extras, referentes às viradas, sejam apuradas conforme registro de ponto, e contracheques existentes nos autos, compensando o labor extraordinário devidamente quitado, mantendo a decisão singular quanto aos demais, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

5 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-00263/2008-015-11-00
Origem:15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): RÔMULO DE SOUZA DA SILVEIRA
Advogado(s):Dr(a)s. JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES E ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES
Recorrido(s):VIDEOLAR S.A.
Advogado(s):Dr(a)s. JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10102/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos,conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

6 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-00523/2008-009-11-00
Origem:9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
Advogado(s):Dr(a)s. LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO
Recorrido(s):EDITORA NOVO TEMPO LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10103/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos,conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

7 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-00006/2008-003-11-00
Origem:3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): KEIHIN TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. ALESSANDRA DOS SANTOS VIEIRA E VASCO PEREIRA DO AMARAL
Recorrido(s):ADRIANA CHAGAS GOMES
Advogado(s):Dr(a)s. FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10104/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos,conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos, conforme as seguintes razões de decidir da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora): “A recorrente não fez qualquer menção à produção de prova pericial (laudo médico) para se constatar o estado de saúde da obreira, de forma a se evidenciar o nexo de causalidade entre a moléstia alegada pela autora e as atividades por ela executadas na ré e, assim, se desvencilhar do encargo que lhe competia, mantendo-se silente tanto por

ocasião na defesa, quanto nas demais etapas da fase instrutória dos autos, procedimento este que leva a concluir pela aplicação, ao caso, da previsão insita no art. 129 do CC, que é contundente em considerar válidos os efeitos dos atos jurídicos, quando maliciosamente obstados pela reclamada, uma vez que a ela desfavorecia."

8 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-00081/2008-006-11-00
Origem:6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): ANTONIO BRAGA DOS SANTOS
Advogado(s):Dr(a)s. DJANE OLIVEIRA MARINHO E KÉLIA SIMONE DE SOUZA RÊGO
Recorrido(s):LS BOXES INDÚSTRIA LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. MAIARA CARVALHO DA MOTTA E OUTROS

ACÓRDÃO TRT Nº 10105/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

9 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-11387/2007-005-11-00
Origem:5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): SANDRA REGINA FERREIRA BATISTA
Advogado(s):Dr(a)s. MÁRIO JORGE SOUZA DA SILVA
Recorrido(s):EUCATUR - EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Advogado(s):Dr(a)s. OTACÍLIO NEGREIROS NETO E OUTROS

ACÓRDÃO TRT Nº 10106/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento, para reformar a decisão singular, no sentido de deferir à autora o pagamento de 20 salários-mínimos previsto na Cláusula 30.ª da CCT 2005/2006, acrescida da multa de 30% do salário mínimo em favor do empregado, prevista na Cláusula 58.ª do mesmo dispositivo convencionado, em razão do descumprimento da reclamada em deixar de fazer um seguro de vida à obreira, que está afastada em razão de grave enfermidade - síndrome do pânico - a qual foi desencadeada após ter sofrido 8 (oito) assaltos no ônibus em que laborava, acarretando seu afastamento pelo Órgão Previdenciário e tratamento psiquiátrico.

10 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-00520/2008-016-11-00
Origem:16ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): FRANCISCO FREITAS LOBATO FILHO
Advogado(s):Dr(a)s. DAVID SILVA DAVID E OUTROS
Recorrido(s):COSMOSPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICO LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO E OUTROS

ACÓRDÃO TRT Nº 10107/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para, modificando o *decisum*, conferir trinta minutos extras a 50% por dia efetivamente trabalhado, a apurar em regular liquidação de sentença, referente ao intervalo intrajornada, com integrações e reflexos, conforme as razões de decidir da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), adiante transcritas: "Em análise, verifico que a reclamada ao contestar, anexou os registros de ponto que atestam sempre o horário de 18h30min às 19h30min para refeição.O reclamante impugnou tais registros ao argumento de só registrava o início do intervalo e, que gozava somente de 30 minutos.Confirmou que usufruiu o intervalo de uma hora por cinco meses no início do pacto laboral. O preposto em depoimento declarou que antes do ingresso do reclamante na empresa só havia intervalo intrajornada de trinta minutos, que quando o reclamante não gozava o intervalo, a reclamada pagava esse interregno como extra. Realmente, os registros de frequência contém horários britânicos referentes ao intervalo, não constando dos contracheques à especificação do pagamento de hora extra intervalar, logo, presume-se que o reclamante não gozava da integralidade do intervalo. Assim, considerando que o autor confirmou gozar de trinta minutos de intervalo, conclamo pela reforma do *decisum* para deferir ao reclamante trinta minutos de intervalo para refeição no percentual de 50% com a respectiva integração nos DSR's e reflexos pertinentes,nos dias efetivamente trabalhados, excluindo-se os cinco primeiros meses em que o autor confessou a percepção de uma hora intervalar." Voto parcialmente divergente do Exmo. Juiz JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES, que concedia 1 hora intervalar.
OBS: Sustentação Oral: Drs. Jocil da Silva Moraes e Márcio Luiz Sordi; Exmo. Desembargador Federal ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA - Impedido.

11 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-10861/2007-001-11-00
Origem:1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): E.B. DE SOUZA (CASA DE CARNE IRANDUBA)
Advogado(s):Dr(a)s. JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO E OUTROS
Recorrido(s):MANUEL JERÔNIMO MARINHO VIANA
Advogado(s):Dr(a)s. KELMA SOUZA LIMA E MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA

ACÓRDÃO TRT Nº 10108/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para determinar que seja aplicada a Súmula 381 do C. TST, quando dos cálculos de liquidação de sentença, mantendo a sentença nos demais termos, pelos seus próprios e jurídicos

fundamentos e, ainda, conforme as seguintes razões de decidir da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora): "Diante das provas constantes dos autos, restaram provados todos os requisitos que caracterizam o contrato de trabalho para o reconhecimento do vínculo empregatício. Dessa forma, correto o Juízo a quo que reconheceu o vínculo empregatício entre as partes e reconheceu o direito do reclamante ao recebimento dos institutos trabalhistas pleiteados. Deverá ser aplicada a Súmula 381 do C. TST quando dos cálculos de liquidação de sentença." Voto divergente do Exmo. Juiz JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES, que negava provimento ao apelo.
Obs: Exmo. Desembargador Federal ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA - Impedido.

12 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-00806/2008-019-11-00
Origem:19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
Advogado(s):Dr(a)s. LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO
Recorrido(s):AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS S/A
Advogado(s):Dr(a)s. NATASJA DESCHOOLMEESTER E OUTROS

ACÓRDÃO TRT Nº 10109/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

13 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-00228/2008-003-11-00
Origem:3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): CLÍNICA DE PRODUÇÃO POR IMAGEM DE MANAUS LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. JORGE HENRIQUE DE FREITAS PINHO E CLOVIS SMITH FROTA JÚNIOR
Recorrido(s):MARIA LEIDA FABAR DOS SANTOS
Advogado(s):Dr(a)s. LUCIENE CABRAL DE ALBUQUERQUE E ADNEY FERREIRA GAMA

ACÓRDÃO TRT Nº 10110/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário interposto pela Reclamada e dar-lhe provimento para o fim de julgar totalmente improcedente a reclamatória, conforme as seguintes razões de decidir do Exmo. Desembargador Federal ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA (Relator): "Restou incontroverso nos autos que a Reclamante, no dia 13/12/2007, sacou um cheque (fls. 59/61) no valor de R\$5.941,19, emitido pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado do Amazonas e destinado ao pagamento de serviços efetuados pela Reclamada, tendo ficado em poder da referida quantia até o dia 28/12/2007, quando procedeu o depósito desta na conta da Reclamada, porém em nome do aludido Sindicato (fls. 25 e 56). Em seu depoimento às fls. 08/09, a Reclamante afirmou 'que, a depoente, em verdade, recebeu o cheque do Sindicato dos Metalúrgicos no dia 11.12.2007, cheque este emitido ao portador; que no dia 13.12.2007, a própria depoente sacou o valor do cheque e guardou o numerário em sua gaveta; que, no dia 20.12.2007, a Sra. Rose, do setor financeiro da reclamada, a exemplo do Sr. Orestes, diretor da reclamada, questionaram a depoente acerca dos motivos que a levaram a reter o valor do cheque e não repassá-lo ao setor financeiro, tendo sido orientada a promover o depósito do numerário direto na conta da reclamada o que ocorreu no dia 26.12.2007, porém, no próprio dia 20.12.2007 a depoente foi afastada dos serviços'. Dos fatos narrados, extrai-se que a reclamante, Gerente de Faturamento e não do Setor Financeiro, sacou o valor do cheque, procedimento que apesar de incomum no dia-a-dia da reclamada, por si só não poderia ser tido como ato de improbidade, porém guardou o numerário em sua gaveta, sem qualquer justificativa plausível, tendo depositado-o na conta da Reclamada no dia 28/12/2007, não em seu nome, mas em nome do Sindicato, e somente após ter sido questionada pelo Diretor acerca do fato, em 20/12/2007. Assim, surgem várias perguntas: Se a Reclamante não fosse descoberta e questionada devolveria o numerário? Por que guardou uma quantia significativa em sua gaveta? Por que efetuou o depósito em nome do Sindicato se não havia nada de errado em sacar o cheque ao portador, de acordo com as normas da empresa que alega existirem? Por que procedeu a devolução da quantia somente 8 dias após ter sido orientada para isto? Data venia, divirjo do posicionamento adotado pelo MM. Juízo a quo tendo em vista que diante dos fatos narrados não há como a Reclamada manter a fidúcia depositada na Reclamante. Deve-se destacar, além do mais, que a MM. Vara reconheceu que 'os procedimentos utilizados pela reclamante resultaram em deslize funcional, passível de pena', e concluiu que houve rigor excessivo, porém. Portanto, o ato faltoso foi reconhecido pela primeira instância. Com relação ao ato desidioso, qual seja, o não faturamento de serviços, tem-se que os documentos juntados aos autos não comprovam o suposto prejuízo arcado pela Reclamada. Ressalte-se que o documento de fls. 35 é apenas um resumo, tendo sido elaborado pela substituta da autora. Assim, considerando que a ruptura do contrato de trabalho fulcra em qualquer das alíneas do art. 482 da CLT requer prova robusta da alegada falta cometida e que no caso em tela restou provada de acordo com a prova testemunhal produzida, principalmente a confissão da Reclamante, tenho como devidamente comprovada a falta grave imputada contra esta, por ato de improbidade, que culminou com a quebra da confiança especial que deve haver entre empregador e empregado, ainda que tenha sido um único ato.Custas pela Reclamante, calculadas sobre o valor arbitrado de R\$3.000,00, no importe de R\$60,00, do que fica isenta na forma da lei."

14 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-12335/2006-010-11-00
Origem:10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): LIMPEL LIMPEZA URBANA LTDA
Advogado(s):Dr(a)s. KENIA BASTOS ANDRADE E OUTROS
Recorrido(s):JOSÉ ESTEVAM DA COSTA NETO
Advogado(s):Dr(a)s. JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA E ISABEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO

ACÓRDÃO TRT Nº 10111/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos,

conhecer do Recurso Ordinário sumaríssimo interposto pela reclamante, dar-lhe provimento parcial para limitar o intervalo intrajornada deferido em 45 minutos, duas vezes por semana, mantendo a sentença quanto aos demais termos, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos e, ainda, conforme razões de decidir da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), a seguir transcritas: "A reclamada não observou o princípio da eventualidade, não impugnando, assim, de forma específica, a jornada de trabalho declínada pelo autor na inicial, limitando-se sua defesa a alegar que a jornada encontrava-se consignada nos cartões de ponto, o argumento utilizado em suas razões recursais para impugnar as horas extras deferidas consiste em fato novo, procedimento este vedado no estágio em que se encontra os autos."

15 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-11396/2007-010-11-00
Origem:10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): UNIÃO - SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DE CRÉDITO DA PROCURADORIA GERAL FEDERAL
Advogado(s):Dr(a)s. ANDRÉIA GRAZIELA LACERDA DE ANDRADE
Recorrido(s):A OLIVEIRA DOS SANTOS E DANIEL GOMES LOBO
Advogado(s):Dr(a)s. SARAH TÁLIA BEZERRA SERUDO

ACÓRDÃO TRT N° 10112/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento, para determinar que, nas parcelas referentes às comissões, inclusa no acordo judicial, homologado à fl.11, haja a incidência da contribuição previdenciária, com fulcro na Lei nº 8.212/91, artigo 28, inciso I, e ON SPS N° 8/97, item 13.4, letra "o".

16 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-11470/2007-010-11-00
Origem:10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): EMPRESA INDUSTRIAL DE JUTA S.A.
Advogado(s):Dr(a)s. PAULO NEY SIMÕES DA SILVA E OUTROS
Recorrido(s):ELI ALCÂNTARA DOS SANTOS
Advogado(s):Dr(a)s. ANTÔNIO BRASIL VIEIRA E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10113/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário, rejeitar a alegação de cerceamento de defesa, porquanto o Juízo a quo rejeitou expressamente o pedido ao prolatar a decisão de mérito,saneando o processo naquela fase, entendendo não presentes os requisitos para o chamamento à lide de terceiro; no mérito,dar-lhe provimento parcial para o fim de excluir da condenação a parcela de multa do art. 467 da CLT, vez que a matéria foi devidamente controvertida, através da defesa da reclamada,mantendo a decisão de primeiro grau em todos os demais termos,por seus próprios e jurídicos fundamentos.

17 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-11695/2007-015-11-00
Origem:15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s):UNIÃO - SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DE CRÉDITO DA PROCURADORIA GERAL FEDERAL
Advogado(s):Dr(a)s. ÉRICA MARIA ARAÚJO SABÓIA LEITÃO
Recorrido(s):AEROMODAL CARGAS AÉREAS LTDA E EURIMAR ELIAS DE SOUZA MARQUES
Advogado(s):Drs.ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA E OUTROS,
RODRÍGO WAUGHAN DE LEMOS E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10114/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que dava provimento ao apelo para determinar que, além da contribuição previdenciária do empregador (20%), incida a contribuição do trabalhador, na alíquota de 11%, que deverá ser recolhida pela reclamada.
OBS: Sustentação Oral: Dr. Rodrigo Waughan de Lemos; Voto Vencedor: Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO.

18 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-00314/2008-001-11-00
Origem:1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): MAGI CLEAN ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. TAYANA MARIA JANA PINTO E MARIA ANTONIETA DE CAMPOS TINOCO
Recorrido(s):GLEISON MORAES DA SILVA E VIDEOLAR S.A.
Advogado(s):Dr(a)s. RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS E OUTROS, JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10115/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar de submissão da demanda à Comissão de Conciliação Prévia e; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para, reformando a decisão primária, retirar da condenação o FGTS 8%, a liberação das Guias do Seguro-Desemprego e a multa do art. 467 da CLT, mantendo a r. decisão nos demais termos, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO, que retirava apenas a multa do art. 467 da CLT.
Obs: Sustentação Oral: Dr. Rodrigo Waughan de Lemos.

19 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:AP-05412/2007-004-11-01
Origem:4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Agravante(s):SANSUNG SDI BRASIL LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR E OUTROS
Agravado(s):MANOEL GILVAN CORRÊA NOGUEIRA E HUMAN TECH RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA, ELVES MARTINS TRAVASSOS, SERGIO CUNHA CAVALCANTI, LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN

ACÓRDÃO TRT N° 10116/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição; por maioria, negar-lhe provimento para manter a decisão agravada, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos, aplicando ao agravante a multa de 1% sobre o valor da causa e indenização de 20% sobre o valor da causa, por litigância de má-fé, conforme as seguintes razões de decidir da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora): "O agravo é meramente protelatório, vez que restou devidamente explicitado na decisão de embargos que o Acórdão de fls.97, retirou da condenação apenas o pagamento das diferenças de horas extras e seus reflexos, concluindo o Juízo executório que a condenação quanto às demais parcelas subsiste. Entretanto, vislumbro que a atitude do agravante ao ingressar com o presente apelo é meramente procrastinatória, impondo-se a improcedência do agravo e a aplicação da multa de 1% sobre o valor da causa e indenização de 20% , por litigância de má-fé." Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que não aplicava a multa por litigância de má-fé.

20 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-10894/2007-011-11-00
Origem:11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): SUZANA NARA M. MOURA (SERCONT SERVIÇOS)
Advogado(s):Dr(a)s. WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA E OUTROS
Recorrido(s):MARCELO HENRIQUE DUARTE SERRA

ACÓRDÃO TRT N° 10117/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

21 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-00159/2008-010-11-00
Origem:10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA
Advogado(s):Dr(a)s. JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS E OUTROS
Recorrido(s):WALDINEY NASCIMENTO PAZ
Advogado(s):Dr(a)s. JÚLIO CESAR DE ALMEIDA E LOUISE MARTINEZ ALMEIDA

ACÓRDÃO TRT N° 10118/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que dava provimento ao apelo para julgar improcedente o pedido de equiparação salarial.
OBS: Voto Vencedor: Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO.

22 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-27150/2006-005-11-00
Origem:5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): GREE ELECTRIC APPLIANCES DO BRASIL LTDA
Advogado(s):Dr(a)s. JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS E OUTROS
Recorrido(s):SALES CHUNIA RAMIRES E CONCRETA SERVIÇOS TEMPORARIOS LTDA, N/P DO SR. EDINILSON DE SOUZA VIEIRA
Advogado(s):Dr(a)s. GENER DA SILVA CRUZ E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10119/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, considerando que conforme previsto no inciso IV da Súmula n.331, do C. TST, a empresa tomadora de serviços é subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas, pois aquele que usufrui do bônus deve suportar o ônus, já que não há impedimento legal de que o tomador seja responsabilizado pelos débitos da empresa contratada com seus trabalhadores, dos quais se beneficiou do trabalho prestado.
OBS: Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO - Não vota.

23 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-00308/2008-005-11-00
Origem:5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): FN DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. RODRIGO DE ABREU GONZALES E OUTROS
Recorrido(s):MARA RÚBIA NASCIMENTO DA SILVA
Advogado(s):Dr(a)s. FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS E OUTROS
ACÓRDÃO TRT N° 10120/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos.
OBS: Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO - Não vota.

24 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-00785/2008-007-11-00
Origem:7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): JORGIANE AMUD MARIANO
Advogado(s):Dr(a)s. KELMA SOUZA LIMA E MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA
Recorrido(s):VERA LÚCIA NOGUEIRA RAMOS (DEPEX COPIADORA E PAPELARIA)
Advogado(s):Dr(a)s. ERIK FRANCO DE SÁ E ARTHEMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO TRT N° 10121/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário sumaríssimo, dar-lhe provimento para, reformando a decisão recorrida, deferir a indenização postulada pela reclamante, com fulcro nas razões de decidir do Exmo. Juiz JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES (Relator), adiante transcritas: "No caso ora em análise, a reclamante afirma que tão logo soube da gravidez, comunicou oralmente o fato à reclamada, declarando em Juízo que soube que estava grávida em

julho/2007, porque realizou exame em hospital particular, mas perdeu o documento. Posteriormente, fez outros exames, ora anexados aos autos. A reclamada, através da preposta, informa desconhecer o estado gravídico da reclamante. Entretanto, enfatiza que a reclamante não foi submetida a exame demissional. O Juízo concluiu pela improcedência da ação, ao argumento de que a reclamante não possuía ânimo de permanecer no emprego, uma vez que não pediu sua reintegração, sendo contraditória quanto à comunicação da gravidez e, conclamando que neste aspecto, a garantia no emprego, pressupõe o conhecimento da gravidez. Ante às assertivas acima citadas e, considerando que por ocasião da dispensa não foi realizado o exame demissional na reclamante; considerando que o exames anexados aos autos (fls.05/06), noticiam que a gravidez da reclamante teve início em julho/2007, quando ainda trabalhava para a reclamada (dispensa em 01/09/07); considerando os dispositivos contidos na Súmula 244 do C. TST, no sentido de que o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (item I) e, que a garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período da estabilidade (item II - o ingresso da reclamatória deu-se quando já se esgotara o período de estabilidade), concluiu pela reforma da r. sentença, para deferir à reclamante a indenização postulada, a apurar em regular liquidação de sentença, com a incidência dos reflexos pertinentes. Para apuração dos cálculos deve ser utilizado o último salário percebido pela obreira R\$ 415,00. Inverte-se o ônus da sucumbência, cominando custas pela reclamada, calculadas com base na quantia de R\$ 7.000,00, no valor de R\$ 140,00." OBS: Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO-Não vota.

25 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-22832/2003-002-11-00
Origem:2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): MANAUS ENERGIA S.A.
Advogado(s):Dr(a)s. BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR E OUTROS
Recorrido(s):EDMILSON PINHEIRO DE ASSIS
Advogado(s):Dr(a)s. UIRATAN DE OLIVEIRA E DANIEL DA SILVA CHAVES

ACÓRDÃO TRT Nº 10122/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para manter a decisão singular, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos, inclusive quanto à multa de 1% sobre o valor da condenação, nos termos do parágrafo único do artigo 538 do CPC.

26 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-11856/2007-002-11-00
Origem:2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): COSMOSPLAST - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICO LTDA E WALCINEI ARCOS REBELO
Advogado(s):Dr(a)s. JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO E OUTROS, JOCIL DA SILVA MORAES E OUTROS
Recorrido(s):OS MESMOS
Advogado(s):Dr(a)s. OS MESMOS

ACÓRDÃO TRT Nº 10123/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, negar provimento ao recurso adesivo do reclamante e dar provimento parcial ao recurso ordinário da reclamada para reformar a decisão singular e excluir da condenação a parcela referente a honorários advocatícios e a multa do art. 475-J, do CPC, mantendo a sentença nos demais termos, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. E, ainda, conforme as seguintes razões de decidir do Exmo. Juiz JORGE ALVARO MARQUES GUEDES (Relator): "DO RECURSO DA RECLAMADA. Insurge-se a recorrente-reclamada quanto à condenação que lhe foi imposta na r. sentença singular relativa ao pagamento horas intervalares a 50% mais reflexos e honorários advocatícios. Da redução da hora intervalar. Não há porque prevalecer a autorização para redução da hora intervalar, considerando que o autor, no decorrer do contrato de trabalho, esteve sujeito à prorrogação de jornada, não podendo se beneficiar da previsão contida no § 3º do art. 71, da CLT. Nada a reforma neste aspecto. Do caráter indenizatória da parcela. A *quaestio* já foi dirimida através da edição da Súmula 354, do C. TST, publicada no DJ em 14.03.2008, que definiu a natureza da hora intervalar como salarial, cabíveis os reflexos, portanto, inclusive a incidência da contribuição previdenciária. Nada a reformar. Dos honorários. Com razão. Indevidos os honorários advocatícios porque ausentes os requisitos insertos nos §§ 1º e 2º do artigo 14 da Lei n. 5.584/70, conforme disposições insitas nas Súmulas 329 e 219 do C. TST (condição de miserabilidade do obreiro e assistência do respectivo sindicato). Da Multa do art. 475-J, do CPC. Assiste-lhe razão, considerando que a CLT tem previsão específica para o procedimento executivo imediatamente posterior à liquidação da sentença, consistindo na expedição de mandado de citação e penhora para que o executado pague o débito em 48 horas ou garanta a execução e, ainda, em caso de omissão, aplicam-se os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal. Razão disso, exclui-se da condenação a referida multa. DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE. Cinge-se a insurgência à alegação de que as horas intervalares foram deferidas com o percentual de 60% e, não de 50%. Equivoca-se o recorrente. Da simples leitura da decisão objurgada, especificamente dos cálculos elaborados à fl. 240, evidenciase que o percentual aplicado foi o de 60%. Nada a reformar." OBS: Sustentação Oral: Drs. Jocil da Silva Moraes e Márcio Luiz Sordi; Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO - Não vota; Exmo. Desembargador Federal ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA - Impedido.

27 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-11237/2007-017-11-00
Origem: 17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): FOXCONN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA
Advogado(s):Dr(a)s. MARIANA PEREIRA BASTOS, PRISCILLA ROSAS DUARTE, SIMONE TENÓRIO NOGUEIRA, RODRIGO DA SILVA CANIZO
Recorrido(s):WILLIAN BELCHIOR DA SILVA
Advogado(s):Dr(a)s. VEIMAR BARROSO DA SILVA

ACÓRDÃO TRT Nº 10124/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário da reclamada e dar-lhe provimento parcial para o fim de, reformando a sentença de primeiro grau, retirar da condenação a multa do art. 475-J do CPC, porque não se coaduna com o rito próprio da execução trabalhista, mantendo a sentença de primeiro grau em todos os demais termos, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

28 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-10779/2007-014-11-00
Origem:14ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): AUTO VIAÇÃO VITÓRIA RÉGIA LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR E JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS
Recorrido(s):JOSÉ WILSON PEREIRA SILVA
Advogado(s):Dr(a)s. ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO E OUTROS

ACÓRDÃO TRT Nº 10125/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para determinar que, por ocasião da liquidação de sentença, sejam compensados os valores contidos nos recibos de fls.108,114/120, a título de folgas, dobras e TU (Turno Único), mantendo a decisão nos demais termos, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

29 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-00721/2007-003-11-00
Origem:3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): SPRINGER PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA S.A.
Advogado(s):Dr(a)s. CLAUDENISE DIAS DE ALMEIDA E OUTROS
Recorrido(s):MARIA ODETE FREITAS ACÁSSIO
Advogado(s):Dr(a)s. REINILDA GUIMARÃES DO VALLE

ACÓRDÃO TRT Nº 10126/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para o fim de, reformando a decisão de primeiro grau, excluir da condenação a parcela de indenização por dano à saúde no importe de R\$5.000,00, conforme as seguintes razões de decidir da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora): "O pedido da reclamante na exordial era o de reconhecimento de estabilidade acidentária com o pagamento dos 12 meses devidos a este título, por esta razão, ao converter dita estabilidade em indenização por danos causados à saúde, incorreu o magistrado de primeira instância em julgamento *extra petita*, eis que não houve pedido nesse sentido, o que fica mais evidente quando se percebe que o próprio Juízo reconheceu em sua decisão a improcedência do pedido de reconhecimento de estabilidade acidentária, visto que nem o INSS assim reconheceu, conforme carta de concessão de fl. 274, que só concedeu à autora o auxílio doença comum. Mantenho a decisão de primeiro grau nos demais termos, por seus próprios e jurídicos fundamentos."

30 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-11346/2007-004-11-00
Origem:4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): JOANÍSIO BRITO DE ARAÚJO
Advogado(s):Dr(a)s. CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA E OUTROS
Recorrido(s):VIAÇÃO CIDADE DE MANAUS LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. ALDACY REGIS DE SOUZA MACEDO E OUTROS

ACÓRDÃO TRT Nº 10127/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para reformar a Sentença quanto ao indeferimento do pleito de horas extras a 50% e reflexos, considerando-se o labor extraordinário de 30min por dia, como média das horas extras laboradas, tudo a ser apurado no período imprescrito, conforme cartões de ponto e BDO's acostados aos autos, de acordo com as seguintes razões de decidir do Exmo. Desembargador Federal ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA(Relator): "A única prova testemunhal arrolada pelo Reclamante, ora Recorrente, demonstrou claramente que havia a prestação de contas além do horário normal de trabalho, por cerca de 30min a 40min, mas que os mesmos não estavam registrados nos cartões de ponto, nem nos BDO's. Afirmou ainda que, mesmo após a implantação do sistema de passe eletrônico, a prestação de contas durava em torno de 30min, apesar do Reclamante ter alegado que ficava por aproximadamente 1h e meia realizando a prestação de contas.Entendo restou provado, pela colheita da prova testemunhal, o labor extraordinário pelo tempo médio de 30min, e não 1h e meia, tal como alegou o Recorrente em sua inicial.Tendo em vista que a Sentença declarou prescritas as parcelas anteriores a 04.09.2002, reconheço o direito ao Reclamante às horas extras pleiteadas no período imprescrito, na quantidade de 30min por dia, no percentual de 50%, cujo levantamento deve ser feito conforme os cartões de ponto e os BDO's juntados aos autos, abatidas as ausências e as folgas do Reclamante. Custas pela Reclamada na quantia de R\$ 100,00, calculadas sobre o valor arbitrado de R\$ 5.000,00, para efeito recursal." OBS: Sustentação Oral: Dr. Célio Alberto Cruz de Oliveira.

31 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-11727/2007-013-11-00
Origem:13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): MARCELO VIANA MACHADO
Advogado(s):Dr(a)s. RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS E OUTROS
Recorrido(s):VIAÇÃO CIDADE DE MANAUS LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. FABIOLA ADRIANE MONTEIRO LUCENA E OUTROS

ACÓRDÃO TRT Nº 10128/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento, conforme razões da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), a seguir transcritas: "O Juízo de primeiro grau julgou procedente a diferença salarial pretendida, mas somente no período de 01.02.2005 a 30.09.2005. Extinguiu o

processo sem julgamento do mérito quanto ao período de 01.02.04 a 31.01.05, reconhecendo a litispendência com a Ação de Cumprimento interposta pelo sindicato obreiro. Não vejo, contudo, óbice à interposição da ação individual quanto à mesma matéria contida na Ação de Cumprimento, sendo certo que o valor recebido neste processo não será recebido naquele. Assim, reconheço o direito à diferença salarial por todo o período reclamado.”
OBS: Sustentação Oral: Dr. Rodrigo Vaughan de Lemos; Exmo. Desembargador Federal ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA - Ausente.

32 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-09599/2007-007-11-00
Origem:7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): CARLOS AUGUSTO PESSOA DOS SANTOS
Advogado(s):Dr(a)s. RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS E OUTROS
Recorrido(s):TCA TRANSPORTES COLETIVOS DO AMAZONAS LTDA
Advogado(s):Dr(a)s. JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS E JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR

ACÓRDÃO TRT N° 10129/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial, pelas razões da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), a seguir transcritas: “O reclamante trabalhou como Motorista e foi afastado pela Previdência Social, porém em gozo de auxílio-doença comum e não auxílio-acidentário. O argumento é de que o reclamante é portador de hérnia de disco, que se trata de doença degenerativa. Ocorre que existem inúmeros processos semelhantes em curso nesta Justiça Especializada, sendo que na grande maioria dos casos, o afastamento do Motorista precede se a doenças da coluna, entre elas a hérnia de disco, o que leva à conclusão de que se trata de doença decorrente do trabalho. Assim, concede-se as cestas básicas pretendidas, mas sem os reflexos, tratando-se de direito de natureza indenizatória.” Voto parcialmente divergente do Exmo. Juiz JORGE ALVARO MARQUES GUEDES, que concedia ainda os reflexos.
OBS: Sustentação Oral: Dr. Rodrigo Vaughan de Lemos; Exmo. Desembargador Federal ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA - Ausente.

33 -PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°:ROS-10748/2007-013-11-00
Origem:13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): OCIMAR FERREIRA BARBOSA
Advogado(s):Dr(a)s. ENÉIAS DE PAULA BEZERRA E MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA
Recorrido(s):PANIFICADORA EL SHADAY N/P DO SR. ANTÔNIO CARLOS FRANÇA E VERA LUCIA S. MARTINS

ACÓRDÃO TRT N° 10130/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para condenar a reclamada a pagar a indenização substitutiva do seguro-desemprego, conforme pleiteado na inicial, mantendo a decisão nos demais termos, por seus próprios e jurídicos fundamentos, conforme razões de decidir da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), a seguir transcritas: “Com razão o recorrente. Vejamos. Sendo o obreiro dispensado sem justa causa, não percebendo o pagamento das verbas rescisórias e não sendo fornecido as guias do seguro-desemprego, o mesmo faz jus a indenização substitutiva do seguro-desemprego, conforme pleiteado na inicial.”

Manaus, 1º de setembro de 2008.

ANALÚCIA B. D’OLIVEIRA LIMA
Secretária do Tribunal Pleno

PROCESSOS SUMARÍSSIMOS DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 2ª TURMA - SESSÃO DO DIA 28.08.2008 - REPUBLICAÇÃO FACE SINISTRO DE 05.09.2008.

1 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°: ROS-00667/2008-006-11-00
Origem:6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): MARIA JOSÉ PINHEIRO DA ROCHA
Advogado(s):Dr(a)s. RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS E OUTROS
Recorrido(s):POSTO JONASA (DENYS ANTÔNIO ABDALA TUMA)
Advogado(s):Dr(a)s. ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10236/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos.
OBS: Sustentação Oral: Dr. Rodrigo Vaughan de Lemos.

2 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°: ROS-10681/2007-017-11-00
Origem: 17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): RAIMUNDO NONATO SOUZA MESQUITA
Advogado(s): Dr(a)s. JOSÉ MARIA GOMES DA COSTA E DARLENE TORRES DOS SANTOS
Recorrido(s): SOCIEDADE BENEFICENTE PORTUGUESA DO AMAZONAS
Advogado(s): Dr(a)s. PAULO NEY SIMÕES DA SILVA E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10237/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para manter integralmente a Sentença recorrida por seus próprios fundamentos, conforme razões de decidir do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR (Relator), a seguir transcritas: “1. Segundo a inicial, o reclamante recorrente começou a apresentar problemas em sua coluna lombar a partir de 29.11.2003, ficando afastado pelo INSS entre dezembro/2004 e maio/2005, com percepção de auxílio doença.

Foi dispensado pela recorrida em 03.09.2005. 2. Há nos autos documento emitido pelo INSS(fls. 93), o qual considera o recorrente apto para o exercício das suas funções. 3. Segundo o entendimento do Juízo a quo o reclamante não estaria enquadrado no art. 118, da Lei nº 8.213/91, eis que não recebeu o auxílio doença acidentário. 4. Os exames ocupacionais do reclamante (admissional, periódico e demissional), não detectaram nenhuma doença ocupacional, sempre constando que estava apto ao trabalho. De igual forma os atestados acostados às fls. 128/129. 5. Ainda que o recorrente insista, indicando a prova dos autos, ter adquirido a doença que o atormenta, em virtude de sua atividade laboral, tal panorama não se configurou no processo. Não resta dúvida de que sofre de doença lombar (hérnia discal), mas nada indica de forma conclusiva que a moléstia tenha derivado de sua atividade profissional.”

3 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°: ROS-00611/2008-007-11-00
Origem:7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): VIAÇÃO CIDADE DE MANAUS LTDA.
Advogado(s): Dr(a)s. MARCO AURELIO DOS REIS FERNANDES E ALBERTO PEDRINI JÚNIOR
Recorrido(s):MARCELO VIANA MACHADO
Advogado(s):Dr(a)s. RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS E ÂNGELA REIS CARREIRA

ACÓRDÃO TRT N° 10238/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, rejeitar a preliminar de submissão da demanda à CCP; no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento, conforme razões de decidir da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), a seguir transcritas: “Dar-lhe provimento para o fim de excluir da condenação o recolhimento dos depósitos fundiários do período em que o reclamante esteve percebendo o benefício do auxílio doença originário (19.11.2007 a 16.02.2008), na forma do art. 4º, parágrafo único da CLT combinado com a Lei nº 8.036/1990, artigo 15, § 5º, com redação dada pela Lei nº 9.711/98, mantendo-se nos demais termos da sentença a quo, por seus próprios e jurídicos fundamentos.” Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que acolhia a preliminar suscitada.
OBS: Sustentação Oral: Dr. Rodrigo Vaughan de Lemos.

4 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°: ROS-16100/2006-010-11-00
Origem:10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): COMPAZ - COMPONENTES DA AMAZÔNIA S.A., CCE DA AMAZÔNIA S.A. E RUDINEI RODRIGUES DE SOUZA
Advogado(s):Dr(a)s. JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO E OUTROS, ANDRÉA MAQUINÉ CRUZ E OUTROS
Recorrido(s):OS MESMOS
Advogado(s):OS MESMOS

ACÓRDÃO TRT N° 10239/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos para, reformando a decisão de 1º Grau, conceder provimento parcial ao apelo da reclamada para determinar que na apuração da correção monetária seja observada a Súmula 381/TST; por maioria, conceder provimento parcial ao recurso do reclamante para deferir os reflexos das horas extras consideradas procedentes na presente demanda, conforme requerido na exordial; negar provimento ao recurso da litisconsorte, conforme razões de decidir do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR (Relator), a seguir transcritas: “1. A Sentença recorrida deferiu ao reclamante 1 hora extra diária entre 08.01 e 06.12.2004, com adicional de 50% sem reflexos ou integrações e horas noturnas, a apurar, respeitados os dias laborados, e integração da hora noturna reduzida e reflexos. DO RECURSO DA RECLAMADA. 2. A recorrente entende válida a redução do intervalo, acertada por Acordos Coletivos celebrados entre 2002 e 2004, em observância ao que dispõe o art. 71, § 3º, da CLT, c/c o art. 7º, XXVI, da CF. Contudo, o ato Decisório alcançou período não abrangido pelas Normas invocadas no presente recurso. 3. Em relação à limitação da hora suplementar aos minutos trabalhados, é bem verdade que o empregado já usufruía uma parte do intervalo intrajornada, em 30 minutos, conforme reconhecido pela Decisão apelada. Até então vinha reconhecendo para essas hipóteses tão somente o complemento da hora intervalar, considerando o interregno já usufruído pelo empregado. Entendia ser um procedimento mais justo e adequado diante da realidade de um gozo já ocorrido no intervalo para refeição e descanso. Todavia, por envolver interpretação mais favorável ao empregado e considerando ainda que desrespeito do intervalo intrajornada é extremamente aviltante para a saúde do trabalhador, passo a adotar a OJ. N° 307, da SDI 1/TST. Registre-se que o fato de o reclamante estar sendo submetido à prorrogação de jornada não afasta o seu direito de usufruir o intervalo intrajornada, pois a condição legal para tanto é que seja ultrapassada a jornada de 6 horas diárias, como ocorreu no caso. 4. A empresa questiona as horas noturnas reduzidas.Valem os argumentos de Primeiro Grau. Trabalhando a maior parte do tempo dentro do horário noturno, em virtude da redução da hora neste período, acaba o trabalhador fazendo jus ao pagamento de horas extras, exatamente dentro do limite apurado nos cartões de ponto, cujos espelhos encontram-se às fls. 70/78, tal como determinou a Sentença recorrida. 5. Finalmente, quanto à aplicação da correção monetária, deve ser observada a Súmula 381, do Colendo TST. DO RECURSO DO RECLAMANTE. 6. A análise do recurso do reclamante quanto à nulidade da Portaria autorizadora na redução intervalar. A Primeira Instância indeferiu a hora extra pelo intervalo intrajornada não concedido, reconhecendo validade a redução do intervalo, acertada por Acordo Coletivo (art. 7º., XIII, da CF) e referendada pela DRT-AM (§ 3º., art. 71, da CLT). O entendimento majoritário deste Regional é no sentido de considerar válida a Norma Coletiva, bem como a autorização da DRT, prevendo a redução do intervalo intrajornada para apenas 30 minutos. 7. Quanto aos efeitos do horário intervalar reconhecido como extra na Sentença apelada, considero como hora extra, com as integrações e reflexos requeridos na petição inicial. Não concedendo o empregador o intervalo

[11] Comentário:

intraornada devido, deverá esta supressão ser considerada como hora extraordinária, eis que pela natureza eugênica do dispositivo legal em exame, desejou o legislador forçar a observância do intervalo para descanso do trabalhador. DO RECURSO DA LITISCONSORTE. 8. Condenada solidariamente ao pagamento dos valores deferidos. Sua principal alegação neste recurso é a de que na peça inicial o reclamante não requereu a condenação nos termos deferidos pelo Juízo a quo. 9. A petição inicial declarou, inclusive em destaque estar chamando à lide a recorrente, em virtude do estado de insolvência da reclamada principal. Na parte final dos pedidos, acabou por requer que apenas a reclamada respondesse pela reclamatória. Portanto, alega que a petição está inepta e que o Juízo a quo, não poderia, ao seu arbitrio condená-la solidariamente na demanda. 10. Todavia, pela contestação de fls. 59/68, é possível verificar-se que tal aspecto não foi abordado, limitando-se a ora recorrente ao debate do mérito, sem esquecer, por óbvio, a discussão quanto a sua legitimidade na lide. 11. Não alegado em Primeiro Grau tal aspecto, a matéria encontra-se preclusa." Voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador Federal EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO, que indeferia os reflexos do intervalo intraornada. OBS:Sustentação Oral: Drs. José Higino de Sousa Netto e Jocil da Silva Moraes.

5 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº: ROS-00198/2008-006-11-00
Origem:6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): UNIÃO-SEÇÃO DE ARRECADADAÇÃO E COBRANÇA DE CRÉDITO DA PROCURADORIA GERAL FEDERAL
Advogado(s):Dr(a)s. ANDRÉIA GRAZIELA LACERDA DE ANDRADE
Recorrido(s):L.SALLATI N/P LUIS SALATTI E RAFAEL BARBOSA RAMOS
Advogado(s):Dr(a)s. HAILDO JARBAS RODRIGUES

ACÓRDÃO TRT Nº 10240/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

6 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº: ROS-00085/2008-401-11-00
Origem: VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
Recorrente(s): DINÂMICA ENGENHARIA LTDA
Advogado(s): Dr(a)s. STELLA MARIA FREITAS CORDEIRO
Recorrido(s): MARIA HELENA GAMA PANTOJA

ACÓRDÃO TRT Nº 10241/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário, negar-lhe provimento, mantendo a decisão de 1º Grau por seus próprios fundamentos, conforme razões de decidir do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR (Relator), a seguir transcritas: "1. Horas extras. Pede a recorrente sejam observados os cartões de ponto e alega contradição entre o que a reclamante declarou em sua inicial e o declarado em Audiência. Os cartões de ponto não podem ser considerados. A prova testemunhal lhes retirou a validade probante. Além da prova testemunhal temos o depoimento da Preposta, dizendo "que era o apontador quem fazia o registro do horário prestado nos cartões de ponto". Ora, se não foi a empregada que os registrou, procede sua impugnação aos documentos, materializando-se a invalidade dos mesmos. 2. Realmente a reclamante afirma ter trabalhado em 5 domingos, pois a folga era alternada. Mas, tal afirmativa, refere-se ao período contratual entre 01.06 e 01.08.2007, durante o qual foi indeferida a postulação relativa a jornada extraordinária. 3. Salário família. A Decisão em julgamento afirmou que a reclamante recorrente deveria pagar as cotas de salário-família dos meses de fevereiro e março/2006, tal como pagou a partir de abril/2006. A razão para tal deferimento, reside no reconhecimento do vínculo empregatício nesses dois meses nos quais determinou-se a quitação do salário-família. Como a empresa não tinha a demandante na condição de empregada, não pagou esta verba. Uma vez reconhecido o contrato de trabalho no período, o pleito torna-se devido. 4. Retificação da data de admissão. A prova testemunhal ratificou as alegações da reclamante quanto a sua admissão em 01.02.2006. Se a testemunha afirmou ter trabalhado a partir de janeiro deste mesmo ano, sendo admitida juntamente com a demandante, isto não passa de uma contradição natural da prova testemunhal, sem inviabilizá-la, contudo. 5. Nestes termos, nego provimento ao recurso."

7 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº:ROS-00459/2008-001-11-00
Origem:1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): SOLTUR - SOLIMÕES TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Advogado(s):Dr(a)s. ALBERTO PEDRINI JÚNIOR E OUTROS
Recorrido(s):JORGE LUIZ DOS SANTOS
Advogado(s):Dr(a)s. RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS E OUTROS

ACÓRDÃO TRT Nº 10242/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, conceder-lhe provimento para, reformando a decisão de 1º Grau, deferir ao reclamante o índice percentual de 2,6172% incidente sobre o salário de 2004, já reajustado em 6%, gerando diferenças restritas ao período efetivamente trabalhado entre 01.02.2004 e a Convenção Coletiva do ano subsequente, com as diferenças e reflexos equeridos na exordial. Inaplicável a multa do art. 467, da CLT. Inverta-se o ônus das custas, imputando-se à demandada o recolhimento do valor de R\$ 40,00, calculado sobre a importância arbitrada de R\$ 2.000,00, conforme razões de decidir do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR (Relator), a seguir transcritas: "1. Não se pode dizer, como entendeu o julgador a quo, que as Convenções Coletivas da categoria sempre estabeleceram pisos salariais maiores dos anteriores, inviabilizando o direito aqui pretendido. Sobre o assunto tem-se a reconhecer o seguinte: num primeiro momento

este TRT deferiu o percentual postulado (8,5%). Liminar concedida pelo TST deferiu 6%. Quando julgado o mérito, a Colenda Corte Trabalhista acabou por deferir os 2,6172% restantes. Ação de cumprimento sobre o assunto versa sobre os 6%, matéria que não é objeto desta demanda. 2. No mérito, não resta dúvida de que se, a final, o TST acabou por reconhecer o direito à categoria do percentual de 8,6172%, restaram impagos 2,6172%. A demandada não alega pagamento do percentual de sua defesa. Ou argui litispendência, ou que as Convenções posteriores acabaram por englobar tal percentual. Esta última tese não pode ser aceita, por nada ter sido expresso nas Normas Coletivas invocadas a este propósito. 3. Por consequência, o índice percentual de 2,6172% incide sobre o salário de 2004, já reajustado em 6%, gerando diferenças entre 01.02.2004 e a Convenção Coletiva do ano subsequente. Inaplicável a multa do art. 467, da CLT, em face da controvérsia instalada no processo. 3. Quanto aos descontos indevidos, as provas alegadas pelo demandante recorrente, que seriam seus contracheques juntados aos autos, não se prestam para este fim. A documentação relata descontos referentes a adiantamentos salariais. Competiria ao empregado comprovar o lançamento indevido sob esta rubrica, sendo na realidade um desconto de valores provenientes de assaltos. Todavia, não logrou êxito neste mister." OBS: Sustentação Oral: Dr. Rodrigo Waughan de Lemos.

8 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT Nº: ROS-23686/2006-011-11-00
Origem:11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
Recorrente(s): CENTERSUL ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA
Advogado(s):Dr(a)s. JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES E ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES
Recorrido(s):JANUÁRIO MARTINS CAVALCANTE E LASA CONSTRUÇÕES LTDA
Advogado(s):Dr(a)s. CLEONICE MELO CARVALHEIRA E LUIS CLAUDIO GAMA BARRA

ACÓRDÃO TRT Nº 10243/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, conceder-lhe provimento parcial para, reformando a decisão de 1º Grau, declarar a recorrente responsável subsidiária pelos direitos deferidos neste processo; excluir da condenação as verbas de gratificação natalina, férias + 1/3, multa rescisória e multa convencional; e determinar a compensação dos valores pagos a título de horas extras no TRCT, mantendo a Sentença recorrida nos seus demais termos, por seus próprios fundamentos, conforme razões de decidir do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR (Relator), a seguir transcritas: "1. Sustenta a recorrente que houve violações ao art. 455 da CLT, contrariedade à Súmula 331 do TST e à prova dos autos, por isso merece ser modificada a Decisão recorrida. 2. A Sentença de Primeiro Grau, declarou a responsabilidade direta e sem benefício de ordem (solidária) da recorrente, empreiteira principal, pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da reclamada. 3. A litisconsorte recorrente reconheceu que o reclamante prestou serviços em suas dependências. Trata-se de empresa do ramo da construção civil e, por tal razão, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 191, da SDI - I e do Enunciado 331, IV, do TST, responde subsidiariamente pela condenação. A condenação solidária com base no art. 455, da CLT é indevida e vai de encontro à jurisprudência dominante sobre o assunto. Reformo a Sentença apelada, no particular, para declarar a responsabilidade subsidiária da apelante. 4. Quanto ao pedido de demissão, correta a Sentença do Juízo a quo. O documento de fls. 51 foi expressamente impugnado pelo reclamante. Ademais, mostrou-se ser de produção da própria empresa. É evidente que ser possível ao empregador elaborar, a pedido do empregado, documentos do gênero. Todavia, havendo a impugnação específica, sem outras provas a ratificar o documento contestado, é preferível optar pela versão do empregado. A relação entre as partes não primou pela formalidade; o mercado de trabalho com escasso emprego, não sinaliza no sentido de que possa um trabalhador abrir mão de sua fonte de renda sem uma perspectiva melhor; finalmente, prevalece o princípio da continuidade do emprego. Estas são razões suficientes a tal entendimento. 4. No que pertine ao pagamento das verbas rescisórias, o documento de fl. 53, uma vez impugnado pelo empregado, deveria merecer prova neste sentido. Não se pode dizer que não tenha ocorrido prova pela apelante, o TRCT é uma delas. Além disso, houve prova testemunhal ratificando tal pagamento. Imprecisão de definição de data é própria da prova testemunhal, sempre influenciada pelas deficiências humanas de percepção. Conseqüentemente, devem ser excluídos da condenação os pleitos relativos à gratificação natalina e férias + 1/3. São estas as duas verbas constantes no termo rescisório, cuja comprovação é considerada válida e podem ser afastadas do ato condenatório. Pelo mesmo documento de fl. 53, pode-se verificar o cumprimento do prazo legal para quitação processual. O que afasta da condenação a multa rescisória, assim como a multa convencional da cláusula 9ª da CCT. 5. Relativamente às horas extraordinárias, o reclamante desincumbiu-se satisfatoriamente do seu ônus probatório, eis que sua testemunha confirmou a jornada por ele declinada na exordial. A recorrente, por sua vez, não conseguiu comprovar algum fato impeditivo ou extintivo do direito do demandante. Ademais, a demandada recorrente não pede a exclusão das horas extras, mas a limitação do ato condenatório, considerando que o reclamante declarou ter recebido alguns valores a título de horas extras. 6. Realmente, ao depor, o obreiro reconheceu ter recebido horas extras. Todavia, a prática "adivinhatória" requerida pela recorrente para reduzir a condenação, não tem amparo legal. Na medida em que pagou por fora estes direitos e não apresentou comprovantes, não há como se efetuar a compensação pretendida. Aplica-se ao caso a máxima do direito segundo a qual "quem paga mal, paga duas vezes". Por outro lado, no TRCT consta o pagamento de algumas horas extras, a 60% e 100%. Este pagamento sim, devidamente comprovado, pode ser compensado da condenação imposta na Primeira Instância. Devem ser desconsiderados ainda os dias sem efetiva prestação de serviço, tais como faltas, folgas e feriados não trabalhados. 7. Com relação à determinação do Juízo de Primeira Instância para encaminhar cópias do processo à Polícia Federal, para apuração do crime de falso testemunho, deve prevalecer. Não se trata de uma condenação imposta à litisconsorte, não tendo pois legitimidade para recorrer desta determinação. Quem se

sentiu prejudicado já impetrou inclusive Mandado de Segurança. O Juízo da instrução teve contato direto com as testemunhas, tendo plenas condições para fazer tal encaminhamento. Os denunciados defender-se-ão perante o aparato policial e no Órgão Judicial competente.”

OBS: Sustentação Oral: Dra. Cleonice Melo Cavalheira.

9 - PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°: ROS-10550/2007-005-11-00

Origem: 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Recorrente(s): FLORISA PEREIRA DINIZ

Advogado(s): Dr(a)s. TALES BENARROS DE MESQUITA E ISABEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO

Recorrido(s): ESP - ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, JULIANA LIMA DE SOUSA (PORÃO DO ALEMÃO), LUCIANE SCHNEIDER VENDRAME - ME (GRUPO DA CIA - BALNEARIO DA COMPANHIA)

Advogado(s):Dr(a)s. JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR E OUTROS E LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10244/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º Grau, por seus próprios fundamentos, conforme razões de decidir do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR (Relator), a seguir transcritas: “1. Compulsando os autos, concluo que a Reclamante, no período alegado, de fato, não se desincumbiu satisfatoriamente do seu ônus probatório, relativamente à sua tese de vinculação empregatícia com o Reclamado, em consonância com o art. 3º, bem como nos moldes do art. 818, ambos da CLT. 2. As discrepâncias apontadas pela recorrente realmente existem. Apego-me à afirmação da litisconsorte JULIANA LIMA DA SOUZA (Porão do Alemão) a qual afirmou ser “incontroverso” a vinculação da recorrente com a recorrida. Tal afirmativa deixa evidente o fato de que os interesses dos litigantes passivos não são homogêneos, não podendo prevalecer contra a apelada como prova. Ainda sobre a alegação, é possível observar na peça contestatória de JULIANA LIMA DA SOUZA (Porão do Alemão) uma contradição interna quando a então contestante alega a inexistência de vínculo de emprego. Seria consigo mesma? Seria no contexto geral da demanda? Enfim, por qualquer razão, não é uma prova favorável à obreira apelante. 3. Discrepâncias à parte, a reclamante realmente não conseguiu provar o vínculo de emprego para com a reclamada principal, sobretudo quanto à continuidade do serviço. Apenas sua testemunha atestou esta continuidade. Porém, seu depoimento não merece crédito, uma vez que mantém vínculo sentimental com a demandante, devidamente comprovado nos autos.”

10 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT. N°

ROS-11690/2007-001-11-00

Embargante(s): L.SCHOPAN LTDA.

Advogado(s): Dr(s). JUAREZ CAMELO ROSA

Embargado(s): EDILSON RIBEIRO DE OLIVEIRA

Advogado(s): Dr(s). DANIEL RAPHAEL ENÉAS E SILVA E MÁRIO JORGE SOUZA DA SILVA

ACÓRDÃO TRT N° 10245/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Embargos de Declaração e acolhê-los para sanar a omissão, conforme razões de decidir do Exmo. Desembargador Federal EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO (Relator), a seguir transcritas: “Acolho os Embargos de Declaração para o efeito de, sanando a omissão apontada, expressar que, após decretada a revelia, nos termos do art. 844 da CLT, não pode a ré produzir provas no processo, todavia, mesmo considerando o acordo levado a efeito na comissão intersindical de conciliação prévia temos que este apenas encerrou somente as parcelas rescisórias oriundas do contrato de trabalho havido entre as partes em litígio, com base nos registros inseridos na CTPS do obreiro, e sobre as quais foi dado quitação, diferentemente do que está sendo postulado nesta reclamatória, que é de diferença salarial, pelo exercício de função adversa.”

11-PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°: ROS-11023/2007-011-11-00

Origem: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Recorrente(s): POWER PUBLICIDADES E PROPAGANDA LTDA.

Advogado(s): Dr(a)s. ISABEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO E OUTROS

Recorrido(s): LIGIANY COELHO DA SILVA

Advogado(s): Dr(a)s. THIAGO DA SILVA MACIEL

ACÓRDÃO TRT N° 10246/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso, para, reformando a Decisão de 1º. Grau, conceder-lhe provimento parcial, para excluir da condenação as anotações na CPTS e a indenização do seguro-desemprego, mantendo a Sentença recorrida em seus demais aspectos, por seus próprios fundamentos, acrescentando-se os seguintes argumentos do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR (Relator): “1. Inconformada com a Decisão de Primeiro Grau, quando foi considerada revel e confessa quanto à matéria de fato, nos termos do art. 844 da CLT, a reclamada alega nulidade da citação, pois o endereço da recorrente, indicado pela recorrida, seria diverso daquele onde localizada na realidade, impedindo-a de exercer seu direito de defesa. Equivoca-se a recorrente, pois o endereço fornecido foi o seguinte: AV PARAÍBA, N° 01, CONJUNTO ABÍLIO NERY, ADRIANÓPOLIS, conforme AR de fls. 08, atualmente chama-se AV. HUBERTO CALDERARO FILHO. Para este endereço foi encaminhada a notificação inicial e ali também foi recebida a notificação da Sentença. Portanto, a presunção é pela normalidade do ato notificatório. Servindo para receber a notícia do decisório, também regular sua utilização para a notificação inicial. O CNPJ (doc. de fl. 48) contém endereço diverso, mas a reclamada também pode ser encontrada e atende no destino usado no processo. 2. Mantidas as penalidades de revelia e confissão à reclamada recorrente. 3. O vínculo empregatício reconhecido e demais direitos reconhecidos derivaram da confissão ficta, reconhecidos como verdadeiros os fatos narrados na inicial. 4.

A Sentença recorrida merece apenas dois reparos. Com relação ao deferimento de assinatura e baixa na CTPS, pois não há na exordial pedido de anotações do contrato na Carteira profissional. É, pois, um deferimento extra *petita*, o qual deve ser excluído da condenação. Da mesma forma, quanto à Indenização do Seguro Desemprego, mesmo considerando a projeção do aviso prévio, a reclamante não alcança o prazo previsto no art. 3º., I, da Lei 7998/90. A referida indenização deve ser excluída do ato condenatório.”

12-PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°: ROS-00603/2008-007-11-00

Origem:7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Recorrente(s): CONSTRUTORA F.LOPES LTDA

Advogado(s):Dr(a)s. ANA VIRGINIA ARAKIAN IZEL E DÁRIA BINDÁ CIDRÔNIO

Recorrido(s):EDUARDO DOS SANTOS SAMPAIO

Advogado(s):Dr(a)s. PEDRO DE SÁ MASCARENHAS E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10247/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para excluir o adicional de periculosidade e a multa do art. 477 da CLT, por falta de amparo legal e por inexistência de comprovação quanto as condições de risco acentuado e permanente, posto que o serviço de eletricitista era eventual diante da função principal do reclamante como carpinteiro montador.

13-PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°: ROS-00301/2008-006-11-00

Origem:6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Recorrente(s): JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA

Advogado(s):Dr(a)s.JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO E OUTROS

Recorrido(s):RAIMUNDO ADALBERTO RIBEIRO DE LIMA E OGMO - ORGÃO DE GESTÃO DE MÃO- DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE MANAUS

Advogado(s):Dr(a)s.WANISE DE OLIVEIRA BASTOS E MARIA MOTA ACIOLY, JOSÉ LOURENÇO GADELHA E OUTROS

ACÓRDÃO TRT N° 10248/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para reduzir o valor da indenização por dano moral para R\$5.000,00, conforme o princípio de proporcionalidade e da finalidade no ambiente de trabalho e na vida profissional do reclamante. OBS: Sustentação Oral: Dr. José Higino de Sousa Netto.

14-PROCESSO SUMARÍSSIMO TRT N°: ROS-00219/2008-002-11-00

Origem:2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Recorrente(s): MARCELO ALVES DOS SANTOS

Advogado(s):Dr(a)s. RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS E OUTROS

Recorrido(s):TRANSPORTE SÃO JOSÉ LTDA

Advogado(s):Dr(a)s. EDUARDO ALMEIDA DE ANDRADE

ACÓRDÃO TRT N° 10268/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 2ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento para, reformando a decisão de 1º grau, determinar o desarquivamento dos autos, a fim de reincluir o processo em pauta para julgamento e excluir as custas impostas ao advogado. Voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe dava provimento parcial para excluir da condenação, tão-somente o recolhimento das custas processuais.

OBS: Sustentação Oral: Dr. Rodrigo Waughan de Lemos.

Manaus, 1º de setembro de 2008.

ANALÚCIA B. D'OLIVEIRA LIMA

Secretária do Tribunal Pleno

1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

1ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Dr Machado,930 - - Manaus - AM - 69020090

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10151/2008

Processo : 00942-2008-001-11-00-0

Reclamante: MARIZETE MAMEDE DA SILVA

Reclamado: MARISTELA SERRÃO DE OLIVEIRA

Advogado(a): JADISMAR SOUZA LIMA

O(a) doutor(a) DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a)

MARIZETE MAMEDE DA SILVA

, RECLAMANTE nos autos do processo supra, que se encontra

em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte

determinação: TOMAR CIENCIA DO TEOR DA SENTENÇA DE EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO, PROLATADA NO DIA 03/11/08, CUJA DECISÃO É A

SEGUINTE: “Por todo o exposto e o mais que dos autos consta,

decide o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Manaus, conhecer dos

embargos declaratórios intentados por MARISTELA SERRÃO DE

OLIVEIRA (YURIS LANCHE), nos autos em que contende com

MARIZETE MAMEDE DA SILVA, julgá-los improcedentes e aplicar

multa de 1% sobre o valor da condenação, em favor da

embargada, no importe de R\$ 52,33. Tudo nos termos da

fundamentação. Notifiquem-se as partes. E, para constar foi

lavrado o presente termo.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e

passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa

Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara

do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 16 de dezembro

de 2008. Eu, _____, ORLANDO GOMES DA COSTA,

DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL

PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS**No 10152/2008****Processo : 01995-2008-001-11-00-8**

Reclamante: ALCILINA RAMOS SOLASTE

Advogado(a): JOAO MACHADO MITOSO

Reclamado: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA

Data da próxima audiência: 18/06/2009 às 09:00

O(a) doutor(a) DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devereza oferecer as provas que julgar necessarias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O nao comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importara o julgamento da questao a sua revelia e na aplicacao da pena de confissao quanto a materia de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, ORLANDO GOMES DA COSTA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

DJALMA MONTEIRO DE ALMEIDA

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

2ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Dr Machado,930 - - Manaus - AM - 69020090

RESENHA No 2-10242/2008**Processo : 00125-2008-002-11-00-8**

Reclamante: LUIS CARLOS BARBOSA MACHADO

Advogado(a): SINAMOR BEZERRA LOPES

Reclamado: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

Advogado(a): ANDRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Assunto : Fica o patrono do reclamante notificado para, querendo, no prazo de oito dias, contra-arrazoar Recurso Ordinário interposto pela reclamada.

RESENHA No 2-10243/2008**Processo : 01137-2008-002-11-00-0**

Reclamante: ANTÔNIO EGÍDIO SAMPAIO NETO

Advogado(a): MARCELO CARVALHO DA SILVA

Reclamado: BANCO DA AMAZÔNIA S/A

Advogado(a): MARCIA CHEILA FARIAS THOME

Assunto : Fica o patrono do reclamante notificado para tomar ciência da sentença prolatada em 06.11.2008 às 12hrs, cujo teor é o seguinte: CONCLUSÃO: Posto isto e o que mais dos autos conste, CONHEÇO E ACOLHO IN TOTUM os embargos de declaração interpostos por ANTÔNIO EGÍDIO SAMPAIO NETO, para suprir a omissão referente ao pedido de honorários advocatícios. Quanto aos declaratórios interpostos por BANCO DA AMAZÔNIA S/A, CONHEÇO-OS, mas ACOLHOS-OS EM PARTE, apenas para suprir a omissão concernente à preliminar de ilegitimidade passiva, modificando, em ambos os casos, o teor do decisum, tudo conforme minudenciado na fundamentação acima. Notifiquem-se as partes. E, para constar, foi lavrado o presente termo. Cslaf. a) Dra Carolina de Souza Lacerda Aires França. Juíza do Trabalho Substituta.

RESENHA No 2-10244/2008**Processo : 01581-2008-002-11-00-5**

Reclamante: J NASSER ENGENHARIA LTDA.

Advogado(a): JOSE HIGINO DE SOUSA NETTO

Reclamado: UNIAO FEDERAL-SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO

TRABALHO EMPREGO

Advogado(a):

Assunto : Fica o patrono da reclamante notificado para tomar ciência do despacho exarado à fl. 32 dos autos, cujo teor é o seguinte: Indefiro a petição inicial, nos moldes do artigo 284, parágrafo único, do CPC. Custas pela empresa autora, calculadas sobre o valor da multa discutida na exordial (R\$ 42.564,00), na quantia de R\$ 851,28, ficando intimada para o pagamento em 48 horas, sob pena de execução. Dê-se ciência à autora, valendo como intimação para o pagamento das custas, por seu patrono e mediante publicação no DOEJT11. Em, 01.12.2008. a) Dr. ALDEMIRO REZENDE DANTAS JÚNIOR. Juiz do Trabalho Titular. despacho de fls.

RESENHA No 2-10245/2008**Processo : 00382-2008-002-11-01-2**

Reclamante: POLICENTRO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

Advogado(a):

Reclamado: MARCEL GOMES DE CARVALHO

Advogado(a): MARIA ROSINEIDE DA SILVA COSTA

Assunto : Fica a patrona do agravado notificado para, no prazo de 08 dias, CONTRAMINUTAR AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto pela reclamada nos autos do processo supra.

RESENHA No 2-10246/2008**Processo : 19579-1998-002-11-00-0**

Reclamante: IVALMIR MACHADO DOS SANTOS

Advogado(a): SINDIPETRO-SIND.TRAB.IND.DESTIL.REFIN.DE PETROLEO DO AM

Reclamado: FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL-PETROS.

Advogado(a): ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA

Assunto : Fica o advogado da reclamada notificado para, no prazo de 24 horas, comparecer à Secretaria da Vara, a fim de receber alvará de levantamento de depósito, sob pena de cancelamento.

RESENHA No 2-10248/2008**Processo : 10708-2007-002-11-00-6**

Reclamante: JOSE CAMPOS DA SILVA

Advogado(a): ANDREA MAQUINÉ CRUZ

Reclamado: JABIL DO BRASIL INDUSTRIA ELETROELETRONICA LTDA,

SUC. JABIL CIRCUIT DA AMAZONIA

Advogado(a):

Assunto : Fica notificada a patrona do reclamante para, no prazo de 24 horas, devolver os autos do processo supra mencionado, sob pena de expedição do mandado de busca e apreensão e multa, nos termos do art.196 do CPC.

RESENHA No 2-10249/2008**Processo : 01534-2008-002-11-00-1**

Reclamante: JOILDA CARDOSO MACIEL DE SOUZA

Advogado(a): MANOEL PEDRO DE CARVALHO

Reclamado: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA

Advogado(a): RODRIGO DA SILVA CANIZO

Assunto : Fica o patrono da reclamada notificado para, querendo, CONTRA-ARRAZOAR RECURSO ORDINÁRIO interposto pelo reclamante nos autos do processo supra.

RESENHA No 2-10250/2008**Processo : 01589-2008-002-11-00-1**

Reclamante: CHAGAS BATISTA DA SILVEIRA

Advogado(a): KENIA MONIKA LIMA ARCANJO

Reclamado: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA

Advogado(a): PRISCILLA ROSAS DUARTE

Assunto : Fica a patrona do reclamante notificada para, no prazo de 08 dias, CONTRA-ARRAZOAR RECURSO ORDINÁRIO interposto pela reclamada nos autos do processo supra.

RESENHA No 2-10251/2008**Processo : 01589-2008-002-11-00-1**

Reclamante: CHAGAS BATISTA DA SILVEIRA

Advogado(a): KENIA MONIKA LIMA ARCANJO

Reclamado: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA

Advogado(a): PRISCILLA ROSAS DUARTE

Assunto : Fica a patrona da reclamada notificada para, no prazo de 08 dias, CONTRA-ARRAZOAR RECURSO ORDINÁRIO interposto pelo reclamante nos autos do processo supra.

3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

3ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Dr Machado,930 - - Manaus - AM - 69020090

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS****No 10060/2008****Processo : 00520-2008-003-11-00-7**

Reclamante: VALCIRA MENDES DA SILVA

Reclamado: JC BRUNI CORREA

O(a) doutor(a) CAROLINA DE SOUZA LACERDA AIRES FRANÇA, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 3ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) JC BRUNI CORREA

, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: PARA, CONTRA-ARRAZOAR RECURSO ORDINÁRIO, NO PRAZO DE LEI.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, MARIA ARMINDA FONSECA BASTOS, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

CAROLINA DE SOUZA LACERDA AIRES FRANÇA

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

5ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Dr Machado,930 - - Manaus - AM - 6900000

EDITAL DE PRAÇA**No 10075/2008****Processo : 11870-2007-005-11-00-0**

Exequente: FRANCISCA CAETANO DA SILVA

Executado: JR COMERCIO E REPRESENTACOES - EQUILIBRIO

O(a) doutor(a) HUMBERTO FOLZ DE OLIVEIRA, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 5ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

Descrição: 01(uma) Máquina de costura prespontadeira-zig zag, marca yamata, modelo FY875, número de série do motor H-711164, usada em bom estado de conservação, perefeito funcionamento, contendo motor elétrico, funcionando pedal e estrutura em ferro e madeira, avaliada em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);02 (duas) máquinas de costura reta, marca yamanta, modelo FY550, com os respectivos números de série do motor: H-711225 e H-711277, ambas usadas, em bom estado de conservação, em perfeito funcionamento, conteno motor elétrico, funcionando o pedal com estrutura em ferro e madeira, cada uma avaliada em R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).TOTAL DA PENHORA: R\$ 3.700,00 (TRÊS MIL E SETECENTOS REAIS).

Localização do Bem: RUA JONATHAS PEDROSA, Nº 1122 - PRAÇA 14

Valor: 3.700,00

Fiel Depositario: ANA PAULA FRANCINETTI SARUBI PERRONE

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Audiência de Praça, esta autorizado o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão do(s) referido(s) bem(ns) pela melhor oferta, podendo o pagamento ser parcelado, mediante proposta pelo interessado, nos termos do Provimento CR-No. 02/2002. Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que devera garantir o lance com o sinal de 20% (Vinte por cento) de seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara Trabalhista, ficando desde já o(s) executado(as) ciente da realização da referida Praça em caso de não recebimento ou devolução da notificação por via postal.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, ELAINE CRISTINE MELO DE OLIVEIRA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

HUMBERTO FOLZ DE OLIVEIRA

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

7ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Dr Machado,930 - - Manaus - AM - 69020090

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 10161/2008

Processo : 00722-2008-007-11-00-4

Reclamante: ANGELA MARIA VASCONCELOS SOARES

Reclamado: COOTRASG COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOTRASG COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Ante o exposto, decide a MM. 7ª Vara do Trabalho de Manaus, na reclamação trabalhista ajuizada por ANGELA MARIA VASCONCELOS SOARES em face de COOTRASG COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA. e MUNICÍPIO DE MANAUS ; SEMED ; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (I) rejeitar as questões preliminares de incompetência material da Justiça do Trabalho e de carência de ação por ilegitimidade de parte; (II) no mérito, julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, reconhecendo o contrato de emprego e determinando à Cooperativa reclamada que proceda às notações na CTPS da reclamante nos termos do item 2.2.2 da fundamentação, parte integrante deste decisum; e condenando a reclamada a pagar à reclamante as parcelas de aviso prévio, 13º salário (2003, 2004, 2005 e 2006), 13º salário proporcional (1/12 ; 2007), férias vencidas acrescidas de um terço em dobro (2002/2003, 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006) e férias proporcionais acrescidas de um terço 7/12 ; 2006/2007) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS com adicional de 40%, de todo o período contratual, inclusive sobre as verbas rescisórias ora deferidas (aviso prévio, gratificações natalinas e férias acrescidas de um terço); indenização pelo não fornecimento das guias para habilitação ao seguro desemprego no valor de R\$ 2.075,00, multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias, no importe de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Improcedentes os demais pedidos. Declara-se a responsabilidade subsidiária do MUNICÍPIO DE MANAUS ; SEMED ; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO pelo pagamento das verbas inadimplidas pela Reclamada. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Juros e correção monetária na forma da lei. Contribuições previdenciárias e imposto de renda calculados na forma da legislação pertinente, observados os arts. 74 a 92 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. As partes arcarão com suas respectivas cotas de contribuições previdenciárias, de acordo com a natureza das parcelas. Defiro à reclamante os benefícios da justiça gratuita. Custas pela Cooperativa reclamada no importe de R\$ 300,00, calculadas sobre o valor arbitrado de R\$ 15.000,00. Cientes a reclamante e o litisconsorte. Intime-se a reclamada revel e o Instituto Nacional do Seguro Social ; INSS. E, para constar, lavrou-se o presente termo.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 15 de dezembro de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 10162/2008

Processo : 00563-2008-007-11-00-8

Reclamante: JOELIANE DE OLIVEIRA SEIXAS

Advogado(a): ILCA DE FATIMA OLIVEIRA DE ALENCAR SILVA

Reclamado: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Ante o exposto, decide a MM. 7ª Vara do Trabalho de Manaus, na reclamação trabalhista ajuizada por JOELIANE DE OLIVEIRA SEIXAS em face de COOTRASG COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA. e MUNICÍPIO DE MANAUS ; SEMED ; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (I) rejeitar as questões preliminares de incompetência material da Justiça do Trabalho e de carência de ação por ilegitimidade de parte; (II) no mérito, julgar PROCEDENTES os pedidos, reconhecendo o contrato de emprego e determinando à Cooperativa reclamada que proceda às notações na CTPS da reclamante nos termos do item 2.2.2 da fundamentação, parte integrante deste decisum, inclusive devendo efetuar os depósitos previdenciários do período; e condenando a reclamada a pagar à reclamante as parcelas de as parcelas de aviso prévio, saldo de salário (17 dias), 13º salário de todo o período reconhecido, férias em dobro mais um terço (2003/2004 e 2004/2005) férias vencidas acrescidas de um terço simples (2005/2006) e férias proporcionais acrescidas de um terço (4/12) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS com adicional de 40%, de todo o período contratual, inclusive sobre as verbas rescisórias ora deferidas (aviso prévio, gratificações natalinas e férias acrescidas de um terço); indenização pelo não fornecimento das guias para habilitação ao seguro desemprego no valor de R\$2.075,00 (dois mil e setenta e cinco reais), multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias, no importe de R\$ 321,00 (trezentos e vinte e um reais). Declara-se a responsabilidade subsidiária do MUNICÍPIO DE MANAUS ; SEMED ; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO pelo pagamento das verbas inadimplidas pela Reclamada. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. Juros e correção monetária na forma da lei. Contribuições previdenciárias e imposto de renda calculados na forma da legislação pertinente, observados os arts. 74 a 92 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. As partes arcarão com suas respectivas cotas de contribuições previdenciárias, de acordo com a natureza das parcelas. Defiro à reclamante os benefícios da justiça gratuita. Custas pela Cooperativa reclamada no importe de R\$ 240,00, calculadas sobre o valor arbitrado de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Cientes a reclamante e o litisconsorte. Intime-se a reclamada revel e o Instituto Nacional do Seguro Social ; INSS. E, para constar, lavrou-se o presente termo.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 15 de dezembro de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 10163/2008

Processo : 00696-2008-007-11-00-4

Reclamante: CLEIDE MARIA PARINTINS DOS SANTOS

Advogado(a): JOSE MARIA GOMES DA COSTA

Reclamado: COOTRASG COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOTRASG COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Para fim de contra-arrazoar o Recurso Ordinário da litisconsorte, querendo, no prazo legal.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 15 de dezembro de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 10164/2008

Processo : 00561-2008-007-11-00-9

Reclamante: RAIMUNDO NONATO GUEDES DE SOUZA

Advogado(a): EVANILDO CARNEIRO DA SILVA

Reclamado: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA

O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Comparecer a sede desde Juízo, no endereço supramencionado, à audiência designada para o dia 18/12/2008, às 10 horas, a fim de responder aos termos da reclamação trabalhista interposta por RAIMUNDO NONATO GUEDES DE SOUZA, nos autos do processo nº 00561/2008-007-11-00-9, onde deverá, querendo, apresentar defesa (art. 847 da CLT). Oportunidade em que deverá V. Sa. oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 03 (três). O não comparecimento de V. Sa. à referida audiência importará no julgamento da questão à sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, nos termos do art. 844 da CLT. Nessa audiência deverá, ainda, V.Sa. estar presente, independente do comparecimento de seus representantes legais, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 10166/2008

Processo : 00848-2008-007-11-00-9

Reclamante: AUREA SOARES ALVES

Reclamado: LIMPAGEL SERVIÇOS LTDA.

O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) LIMPAGEL SERVIÇOS LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Comparecer à audiência neste Juízo, no endereço supramencionado, no dia 18/12/2008, às 08 horas, a fim de responder aos termos da reclamação trabalhista interposta por AUREA SOARES ALVES, nos autos do processo nº 00848/2008-007-11-00-9, onde deverá, querendo, apresentar defesa (art. 847 da CLT). Oportunidade em que deverá V. Sa. oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 03 (três). O não comparecimento de V. Sa. à referida audiência importará no julgamento da questão à sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, nos termos do art. 844 da CLT. Nessa audiência deverá, ainda, V.Sa. estar presente, independente do comparecimento de seus representantes legais, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 10167/2008

Processo : 00908-2008-007-11-00-3

Reclamante: MARCOS SALES DE OLIVEIRA

Advogado(a): MARIA CLAUDIA SOUSA DA SILVA
Reclamado: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA(COOTRASAG)
O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA(COOTRASAG), RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Comparecer a sede desde Juízo, no endereço supramencionado, à audiência designada para o dia 18/12/2008, às 09h30, a fim de responder aos termos da reclamação trabalhista interposta por MARCOS SALES DE OLIVEIRA, nos autos do processo nº 00908/2008-007-11-00-3, onde deverá, querendo, apresentar defesa (art. 847 da CLT).
Oportunidade em que deverá V. Sa. oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 03 (três).
O não comparecimento de V. Sa. à referida audiência importará no julgamento da questão à sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, nos termos do art. 844 da CLT.
Nessa audiência deverá, ainda, V.Sa. estar presente, independente do comparecimento de seus representantes legais, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10168/2008

Processo : 00858-2008-007-11-00-4

Reclamante: MAXMO CARVALHO BATSITA
Advogado(a): LOUISE MARTINEZ ALMEIDA
Reclamado: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA(COOTRASAG)
O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA(COOTRASAG), RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Comparecer a sede desde Juízo, no endereço supramencionado, à audiência designada para o dia 18/12/2008, às 08h20, a fim de responder aos termos da reclamação trabalhista interposta por MÁXIMO CARVALHO BATISTA, nos autos do processo nº 00858/2008-007-11-00-4, onde deverá, querendo, apresentar defesa (art. 847 da CLT).
Oportunidade em que deverá V. Sa. oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 03 (três).
O não comparecimento de V. Sa. à referida audiência importará no julgamento da questão à sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, nos termos do art. 844 da CLT.
Nessa audiência deverá, ainda, V.Sa. estar presente, independente do comparecimento de seus representantes legais, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10169/2008

Processo : 00909-2008-007-11-00-8

Reclamante: GREYCE NUNES DA CRUZ
Reclamado: UNIVESAL SERVIÇOS DIVERSOS LTDA
O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) UNIVESAL SERVIÇOS DIVERSOS LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Comparecer a sede desde Juízo, no endereço supramencionado, à audiência designada para o dia 18/12/2008, às 09h40, a fim de responder aos termos da reclamação trabalhista interposta por GREYCE NUNES DA CRUZ, nos autos do processo nº 00909/2008-007-11-00-8, onde deverá, querendo, apresentar defesa (art. 847 da CLT).
Oportunidade em que deverá V. Sa. oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 03 (três).
O não comparecimento de V. Sa. à referida audiência importará no julgamento da questão à sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, nos termos do art. 844 da CLT.
Nessa audiência deverá, ainda, V.Sa. estar presente, independente do comparecimento de seus representantes legais, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10170/2008

Processo : 12165-2005-007-11-00-1

Exequente: JOSUE DOS SANTOS COSTA
Advogado(a): MARIO JORGE SOUZA DA SILVA
Executado: SPIC SOCIEDADE DE PROJETOS, INSTALACOES E COMERCIO LTDA
O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) SPIC SOCIEDADE DE PROJETOS, INSTALACOES E COMERCIO LTDA, EXECUTADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica V. Sa. notificada da penhora lavrada no dia 12/11/2008 (fl. 206, dos autos), para fins de interposição de Embargos à Execução, no prazo legal, querendo.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10175/2008

Processo : 00561-2008-007-11-00-9

Reclamante: RAIMUNDO NONATO GUEDES DE SOUZA
Advogado(a): EVANILDO CARNEIRO DA SILVA
Reclamado: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA
Data da próxima audiência:12/01/2009 às 08:45
O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica notificado o reclamado acima mencionado a fim de comparecer a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devera oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O nao comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importara o julgamento da questao a sua revelia e na aplicacao da pena de confissao quanto a materia de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10176/2008

Processo : 00909-2008-007-11-00-8

Reclamante: GREYCE NUNES DA CRUZ
Reclamado: UNIVESAL SERVIÇOS DIVERSOS LTDA
Data da próxima audiência:26/01/2009 às 08:15
O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) UNIVESAL SERVIÇOS DIVERSOS LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica notificado o reclamado acima mencionado a fim de comparecer a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devera oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O nao comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importara o julgamento da questao a sua revelia e na aplicacao da pena de confissao quanto a materia de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Dr Machado,930 - - Manaus - AM - 69020090

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10106/2008

Processo : 01991-2008-008-11-00-4

Reclamante: LUIZ DOS SANTOS
Advogado(a): JOAO MACHADO MITOSO
Reclamado: COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Data da próxima audiência:23/06/2009 às 08:27
O(a) doutor(a) JORGE ALVARO MARQUES GUEDES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 8ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: a fim de comparecer a audiência inaugural a ser realizada na 8ª Vara do Trabalho de Manaus, no dia, hora e local acima informados. Na audiência a Reclamada deverá oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas, estas no máximo 03 (três). O não comparecimento da Reclamada à referida audiência, importará no julgamento a sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, AUGUSTO SALDANHA BEZERRA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10107/2008

Processo : 00976-2008-008-11-00-9

Reclamante: FRANCISCO NEVES DOS REIS

Reclamado: J FORASTEIRO & CIA LTDA

O(a) doutor(a) JORGE ALVARO MARQUES GUEDES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 8ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) J FORASTEIRO & CIA LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: a fim de ficar ciente da publicação da sentença de mérito, decisão a seguir transcrita: Ante o exposto, DECIDO JULGAR PROCEDENTE A AÇÃO, PARA EFEITO DE DETERMINAR A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ, NO PRAZO DE VINTE E QUATRO (24) HORAS, AUTORIZANDO O AUTOR FRANCISCO NEVES DOS REIS A MOVIMENTAR SUA CONTA VINCULADA DO FGTS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BEM ASSIM, NO MESMO PRAZO, A SECRETARIA DESTA JUÍZO PROCEDER, NA CTPS, À BAIXA DO CONTRATO DE TRABALHO MANTIDO COM O RECLAMADO J. FORASTEIRO & CIA LTDA, TUDO CONFORME FUNDAMENTAÇÃO SUPRA. DECLARO O AUTOR BENEFICIÁRIO DE GRATUIDADE NA BUSCA DA TUTELA JURISDICIONAL. Custas de R\$30,00 pelo Réu, calculadas sobre o valor ora arbitrado em R\$-1.500,00. CIENTE O AUTOR. NOTIFIQUE-SE O RÉU, por edital. E, para constar, lavrou-se o presente termo.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, AUGUSTO SALDANHA BEZERRA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10108/2008

Processo : 24666-2004-008-11-00-6

Exequente: MARIA ANTONIA SAMPAIO BRANCHES

Advogado(a): DELIAS TUPINAMBA VIEIRALVES

Executado: TAUARI COMERCIO E SERVICOS LTDA N/P SILVIO OLIVEIRA PEDROSA

O(a) doutor(a) JORGE ALVARO MARQUES GUEDES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 8ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) TAUARI COMERCIO E SERVICOS LTDA N/P SILVIO OLIVEIRA PEDROSA, EXECUTADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: FICAR CIENTE DO DESPACHO A SEGUIR TRANSCRITO, RELATIVO AOS EMBARGOS DE EXECUÇÃO DO ESTA/AM, CONCERNENTE AOS JUROS DE MORA UTILIZADOS NA CONTA DE LIQUIDAÇÃO. OS QUAIS DEVEM SER DE CONFORMIDADE COM A MP-2.180. DESPACHO: SENTENÇA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO I - R.H.; Acolho liminarmente os embargos do EST/AM, de fls.193/196; II - À nova conta de liquidação, conforme as razões dos embargos, ora julgados procedentes. III - Intimem-se. Manaus-AM, 16 de dezembro de 2008.

JORGE ALVARO MARQUES GUEDES Juiz Titular da 8ª Vara do Trabalho de Manaus

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 17 de dezembro de 2008. Eu, _____, AUGUSTO SALDANHA BEZERRA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
JORGE ALVARO MARQUES GUEDES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

9ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Dr Machado, 930 - Manaus - AM - 6900000

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10068/2008

Processo : 00911-2008-009-11-00-0

Reclamante: MANOEL CRISTÓVÃO FILHO

Advogado(a): ANTONIO DE PAULA BEZERRA

Reclamado: TROPICAL SERVIÇO DE VIGILANCIA LTDA

Advogado(a): HILEANO PEREIRA PRAIA

O(a) doutor(a) ADELSON SILVA DOS SANTOS, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 9ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) TROPICAL SERVIÇO DE VIGILANCIA LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica V. Sa. notificada para tomar ciência da sentença de Embargos de Declaração, e, querendo, requerer o que entender de direito.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 12 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVIO ROBERTO ASSIS SENA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
ADELSON SILVA DOS SANTOS
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PRAZO DE 5(CINCO) DIAS

No 10071/2008

Processo : 00922-2008-009-11-00-0

Reclamante: GASPAS NILDO FERNANDES DA SILVA

Reclamado: TORNEADORA GRANDE CIRCULAR, NP. DANISON COSTA DA CONCEICAO

O(a) doutor(a) ADELSON SILVA DOS SANTOS, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 9ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) TORNEADORA GRANDE CIRCULAR, NP. DANISON COSTA DA CONCEICAO, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica V. Sa. notificado para tomar ciência da sentença de Mérito, e, querendo, requerer o que entender de direito.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 17 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVIO ROBERTO ASSIS SENA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
ADELSON SILVA DOS SANTOS
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10072/2008

Processo : 11206-2007-009-11-00-7

Reclamante: JARLLES RODRIGUES OLIVEIRA

Advogado(a): WALLACE BYLL PINTO MONTEIRO

Reclamado: GLORIA SOUZA E CIA LTDA

Advogado(a): MICHELE DE MELO FREITAS ARAUJO

O(a) doutor(a) ADELSON SILVA DOS SANTOS, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 9ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) GLORIA SOUZA E CIA LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica V. Sa. notificada a apresentar, querendo, CONTRA-RAZÕES ao Recurso Ordinário interposto pela litisconsorte, no prazo legal.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVIO ROBERTO ASSIS SENA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
ADELSON SILVA DOS SANTOS
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10073/2008

Processo : 11206-2007-009-11-00-7

Reclamante: JARLLES RODRIGUES OLIVEIRA

Advogado(a): WALLACE BYLL PINTO MONTEIRO

Reclamado: G&S SERVICOS TEMPORARIOS LTDA

Advogado(a): MICHELE DE MELO FREITAS ARAUJO

O(a) doutor(a) ADELSON SILVA DOS SANTOS, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 9ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) G&S SERVICOS TEMPORARIOS LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica V. Sa. notificada a apresentar, querendo, CONTRA-RAZÕES ao Recurso Ordinário interposto pela litisconsorte, no prazo legal.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVIO ROBERTO ASSIS SENA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
ADELSON SILVA DOS SANTOS
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10074/2008

Processo : 01250-2008-009-11-00-0

Reclamante: JOSE FERREIRA PORTO

Reclamado: METAS SERVICOS LTDA

Data da próxima audiência: 08/01/2009 às 09:26

O(a) doutor(a) ADELSON SILVA DOS SANTOS, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 9ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) METAS SERVICOS LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devera oferecer as provas que julgar necessarias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O nao comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importara o julgamento da questao a sua revelia e na aplicacao da pena de confissao quanto a materia de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVIO ROBERTO ASSIS SENA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
ADELSON SILVA DOS SANTOS
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 10077/2008

Processo : 15561-2003-009-11-00-1

Reclamante: LUZENIRA DEZINCOURT SANTANA

Advogado(a): LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA

Reclamado: FUNDACAO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA N/P MONICA TEREZA LUIGI LASALVA

O(a) doutor(a) ADELSON SILVA DOS SANTOS, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 9ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA N/P MONICA TEREZA LUIGI LASALVA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica a executada intimada para no prazo legal, se manifestar, querendo, da penhora de quantia de R\$ 4.217,44 (quatro mil, duzentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos) ocorrida através do abandono do processo nº 14571/2003-08-11-00-3, entre partes LAZARO DE SOUZA SOARES, exequente e FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA, executada.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVIO ROBERTO ASSIS SENA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ADELSON SILVA DOS SANTOS
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10078/2008

Processo : 15722-2003-009-11-00-7

Reclamante: WALNA MARIA SANTOS DE AQUINO
Advogado(a): LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA
Reclamado: FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA N/P MONICA TEREZA LUIGI LASALVA

O(a) doutor(a) ADELSON SILVA DOS SANTOS, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 9ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA N/P MONICA TEREZA LUIGI LASALVA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica a executada intimada para no prazo legal, se manifestar, querendo, da penhora de quantia de R\$ 4.595,46 (quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos) ocorrida através do abandono do processo nº 14571/2003-08-11-00-3, entre partes LAZARO DE SOUZA SOARES, exequente e FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA, executada.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVIO ROBERTO ASSIS SENA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
ADELSON SILVA DOS SANTOS
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10079/2008

Processo : 19069-2003-009-11-00-5

Reclamante: OSIRENE BARBOSA DE CARVALHO
Advogado(a): LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA
Reclamado: FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA N/P MONICA TEREZA LUIGI LASALVA

O(a) doutor(a) ADELSON SILVA DOS SANTOS, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 9ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA N/P MONICA TEREZA LUIGI LASALVA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica a executada intimada para no prazo legal, se manifestar, querendo, da penhora de quantia de R\$ 6.295,81 (seis mil, duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos) ocorrida através do abandono do processo nº 14571/2003-08-11-00-3, entre partes LAZARO DE SOUZA SOARES, exequente e FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA, executada.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVIO ROBERTO ASSIS SENA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ADELSON SILVA DOS SANTOS
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10080/2008

Processo : 21593-2003-009-11-00-6

Reclamante: ERONDINA BARROSO BRUCE NETA
Advogado(a): LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA
Reclamado: FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA N/P MONICA TEREZA LUIGI LASALVA

O(a) doutor(a) ADELSON SILVA DOS SANTOS, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 9ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA N/P MONICA TEREZA LUIGI LASALVA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica a executada intimada para no prazo legal, se manifestar, querendo, da penhora de quantia de R\$ 7.226,43 (sete mil, duzentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos) ocorrida através do abandono do processo nº 14571/2003-08-11-00-3, entre partes LAZARO DE SOUZA SOARES, exequente e FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA, executada.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVIO ROBERTO ASSIS SENA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ADELSON SILVA DOS SANTOS
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10081/2008

Processo : 16295-2003-009-11-00-4

Exequente: MARIA CELESTE XAVIER DE SOUZA
Advogado(a): LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA
Executado: FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA N/P MONICA TEREZA LUIGI LASALVA

O(a) doutor(a) ADELSON SILVA DOS SANTOS, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 9ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA N/P MONICA TEREZA LUIGI LASALVA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica a executada intimada para no prazo legal, se manifestar, querendo, da penhora de quantia de R\$ 4.986,95 (quatro mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos) ocorrida através do abandono do processo nº 14571/2003-08-11-00-3, entre partes LAZARO DE SOUZA SOARES, exequente e FUNDAÇÃO HOSPITAL PARQUE SANTA RITA DE CASSIA, executada.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVIO ROBERTO ASSIS SENA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
ADELSON SILVA DOS SANTOS
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10032/2008

Processo : 01690-2008-015-11-00-9

Exequente: ADEMILSON PEIXOTO DA SILVA
Executado: CONSTRUTORA ZACARIAS LTDA E SEUS SOCIOS MUNIRA SILVA ZACARIAS E DIEGO MAFRA ROCHA

O(a) doutor(a) RILDO CORDEIRO RODRIGUES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 15ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) CONSTRUTORA ZACARIAS LTDA E SEUS SOCIOS MUNIRA SILVA ZACARIAS E DIEGO MAFRA ROCHA, EXECUTADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Ficam CITADOS a pagar em 48 horas ou garantir a execução, O SR. DIEGO MAFRA ROCHA e SRA. MUNIRA SILVA ZACARIAS, SÓCIOS DA EXECUTADA, a QUANTIA DE R\$ 2.050,33 (DOIS MIL E CINQUENTA REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS), sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 07 de novembro de 2008. Eu, _____, SILVANILDE FERREIRA VEIGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
RILDO CORDEIRO RODRIGUES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10033/2008

Processo : 11895-2007-015-11-00-1

Exequente: MIRIAM OLIVEIRA PINHEIRO
Executado: MORIA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

O(a) doutor(a) RILDO CORDEIRO RODRIGUES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 15ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) MORIA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 757,08 (setecentos e cinquenta e sete reais e oito centavos) atualizado em 31/10/2008, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:
Princ. Corrigido R\$ 615,02
Tot dev ao Reclte R\$ 615,02
INSS Patronal R\$ 127,79
Custas Execução R\$ 14,27
Total Devido R\$ 757,08

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.
REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 07 de novembro de 2008. Eu, _____, SILVANILDE FERREIRA VEIGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
RILDO CORDEIRO RODRIGUES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10070/2008

Processo : 01771-2008-015-11-00-9

Reclamante: MARCELO FRANK CARDOSO MAQUINE
Reclamado: NOR TERCEIRIZACAO LTDA

O(a) doutor(a) ARIANE XAVIER FERRARI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 15ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) NOR TERCEIRIZACAO LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: tomar ciência de que foi proferida a sentença de fls. 11/12, cuja transcrição é o que segue: III - DECISÃO: Por estes fundamentos e o mais que dos autos consta, DECIDO JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação trabalhista, proposta por MARCELO FRANK CARDOSO MAQUINÉ contra NOR

TERCEIRIZACAO LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: tomar ciência de que foi proferida a sentença de fls. 11/12, cuja transcrição é o que segue: III - DECISÃO: Por estes fundamentos e o mais que dos autos consta, DECIDO JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação trabalhista, proposta por MARCELO FRANK CARDOSO MAQUINÉ contra NOR

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 07 de novembro de 2008. Eu, _____, SILVANILDE FERREIRA VEIGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
RILDO CORDEIRO RODRIGUES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10070/2008

Processo : 01771-2008-015-11-00-9

Reclamante: MARCELO FRANK CARDOSO MAQUINE
Reclamado: NOR TERCEIRIZACAO LTDA

O(a) doutor(a) ARIANE XAVIER FERRARI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 15ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) NOR TERCEIRIZACAO LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: tomar ciência de que foi proferida a sentença de fls. 11/12, cuja transcrição é o que segue: III - DECISÃO: Por estes fundamentos e o mais que dos autos consta, DECIDO JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação trabalhista, proposta por MARCELO FRANK CARDOSO MAQUINÉ contra NOR

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 07 de novembro de 2008. Eu, _____, SILVANILDE FERREIRA VEIGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
RILDO CORDEIRO RODRIGUES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10081/2008

TERCEIRIZAÇÃO LTDA., para o fim de determinar a expedição de alvará judicial, de imediato; e anotação de saída na CTPS, a ser efetuada pela Secretária da Vara, na forma requerida. Tudo nos termos da fundamentação. Custas, pelo reclamante, calculadas sobre o valor mínimo, no importe de R\$ 10,64, de cujo recolhimento fica ISENTO, em face da Lei. CIENTE O RECLAMANTE. NOTIFIQUE-SE A RECLAMADA REVEL, POR EDITAL. E, para constar foi lavrado o presente termo./alq/ ARIANE XAVIER FERRARI Juíza do Trabalho

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 12 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVANILDE FERREIRA VEIGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
ARIANE XAVIER FERRARI
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 10071/2008

Processo : 01968-2008-015-11-00-8

Reclamante: FRANCISCO JOSE DE SOUZA
Reclamado: TENENGE TECNICA NACIONAL DE ENGENHARIA LTDA
O(a) doutor(a) RILDO CORDEIRO RODRIGUES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 15ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) TENENGE TECNICA NACIONAL DE ENGENHARIA LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica V. Sa. notificado, pela presente, a comparecer perante esta Vara do Trabalho, localizada na AV. DJALMA BATISTA, NR. 98-A - 1º ANDAR (PRÓX. AO TVLÂNDIA MALL), NO DIA 08/01/2009, ÀS 08:20 HORAS, para a audiência relativa a reclamação constante no termo anexo. Deverá V. Sa. comparecer, ou se fazer substituir pelo gerente ou qualquer outro proposto, que tenha conhecimento dos fatos, cujas declarações obrigarão o preponente. No caso de preposto, se fazer habilitado por carta de preposição o qualificando a tanto, assinada por sócio ou gerente da empresa devidamente identificado com nome e função. O não comparecimento de V.Sa. ou de preposto na audiência importará o julgamento da questão a sua revelia e na consideração de confissão quanto à matéria de fato. Apresentar ao Juízo registro atualizado da constituição societária, além do comprovante de inscrição da empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou, no caso de ser pessoa física, o número do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CNPJ), dados esses que deverão ser imediatamente comunicados ao Juízo em caso de alteração durante o trâmite processual. Apresentar ao Juízo todas as provas que julgar necessárias. No caso de prova documental, estas deverão ser apresentadas em ordem cronológica, separadas por espécie, agrupadas em lotes com no máximo 5 (cinco) documentos cada, que deverão ser colados em folha branca. Apresentar até 2 (duas) testemunhas. Os advogados firmarão responsabilidade pessoal declarando expressamente que os documentos apresentados em cópias são autênticos conforme art. 238 parágrafo único do CPC.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 12 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVANILDE FERREIRA VEIGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
RILDO CORDEIRO RODRIGUES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 10075/2008

Processo : 01815-2008-015-11-00-0

Reclamante: LINA MARQUES TORRES
Advogado(a): JULIO CESAR DE ALMEIDA
Reclamado: COOPERATIVA DE TRAB. E SERVICOS EM GERAL LTDA-COOTRASG

Advogado(a): JOAQUIM SAMPAIO DE NEGREIROS NETO
O(a) doutor(a) RILDO CORDEIRO RODRIGUES, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 15ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA DE TRAB. E SERVICOS EM GERAL LTDA-COOTRASG, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIENCIA DA DECISÃO DA SENTENÇA DE MÉRITO PROATA EM 12.12.2008, CONFORME SEGUE TRANSCRITA:

DISPOSITIVOAnte o exposto e tendo em consideração o mais que dos autos consta, o Juízo da 15ª Vara do Trabalho de Manaus-AM resolve rejeitar as preliminares de incompetência absoluta e ilegitimidade e julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na reclamação trabalhista proposta por JOÃO DE OLIVEIRA DO VALE contra COOTRASG COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇO EM GERAL LTDA. (responsável principal) e MUNICÍPIO DE MANAUS ; SEMED ; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (responsável subsidiária), ordenando que, após o trânsito em julgado desta decisão, o Reclamante deverá ser intimado para apresentar sua CTPS em Secretaria no prazo de 5 (Cinco) dias, para que a Secretaria deverá proceder, em substituição, à Anotação da Carteira de Trabalho do reclamante, nos seguintes termos: a) data de admissão: 28/06/1993; b) função: Auxiliar de Serviços Gerais; c) remuneração: salário mínimo; d) data de saída: 31/12/2006 e condenando os reclamado de acordo com as suas respectivas formalidades a pagar ao reclamante no prazo de 48 (Quarenta e Oito) horas, os títulos de: a) Aviso Prévio, na quantia de R\$ 350,00 (Trezentos e Cinqüenta Reais) (natureza indenizatória); b) Décimos Terceiros Salários Integrais referentes a 2003 na quantia de R\$ 350,00 (Trezentos e Cinqüenta Reais), relativa a 2004 na quantia de R\$ 350,00 (Trezentos e Cinqüenta Reais), referente a 2005 na quantia de R\$ 350,00 (Trezentos e Cinqüenta Reais), referente a 2006 na quantia de R\$ 350,00 (Trezentos e Cinqüenta Reais) e Proporcional à razão de 1/12 (Um Doze Avos) referente a 2007 na quantia de R\$ 29,17 (Vinte e Nove Reais e Dezessete Centavos), de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei n. 4090/1962 (natureza salarial); c) Férias Integrais Dobradas referentes aos períodos 2002/2003 na quantia de R\$ 933,33 (Novecentos e Trinta e Três Reais e Trinta e Três Centavos), Dobradas de 2003/2004 no valor de R\$ 933,33 (Novecentos e Trinta e Três Reais e Trinta e Três Centavos), Dobradas de

2004/2005 no valor de R\$ 933,33 (Novecentos e Trinta e Três Reais e Trinta e Três Centavos), Simples referente ao período 2005/2006 no valor de R\$ 466,67 (Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos) e Proporcionais à Razão de 02/12 (Dois Doze Avos) referente a 2006 no valor de R\$ 77,78 (Setenta e Sete Reais e Setenta e Oito Centavos), e Proporcional à razão de 1/12 (Um Doze Avos) referente à projeção do aviso prévio na quantia de R\$ 38,89 (Trinta e Oito Reais e Oitenta e Nove Centavos), todas acrescidas de um terço, na forma do artigo 146, parágrafo único, da CLT (natureza indenizatória);d) Depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço com Multa de 40% no valor de R\$ 6.389,60 (Seis Mil e Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Sessenta Centavos), e reflexos sobre os itens 01 a 18 dos pedidos na quantia de R\$ 1.778,70 (Mil Reais e Setecentos e Setenta Reais e Setenta Centavos), de acordo com o artigo 20, inciso i, da Lei n. 8036/1990 e artigo 10, inciso, do ADCT da CF;e)

Multa do Artigo 477, §6º, da CLT, no valor de R\$ 350,00 (Trezentos e Cinqüenta Reais), vez que não houve prova de que ocorreu a quitação das verbas.f) Saldo de Diferença de Salário dos Meses de Maio/2005 a Março/2006 na quantia de R\$ 286,00 (Duzentos e Oitenta e Seis Reais); (natureza salarial)g) Ressarcimento dos 1.300 vales-transportes na quantia de R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais); (natureza indenizatória)h) Multa do artigo 467 da CLT na quantia de R\$ 247,92 (duzentos e Quarenta e Sete Reais e Noventa e Dois Centavos). (natureza indenizatória) i)

Indenização substitutiva do seguro-desemprego equivalente a 05 (Cinco) quotas no valor de R\$ 1.900,00 (Mil e Novecentos Reais) (natureza indenizatória) Tudo em fiel observância à fundamentação supra, a qual passa a integrar o presente dispositivo como se nele estivesse transcrito.Valor do crédito bruto do reclamante no valor

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, SILVANILDE FERREIRA VEIGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
RILDO CORDEIRO RODRIGUES
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

11ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Barroso,111 - - MANAUS - AM - 69010050

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 10061/2008

Processo : 00967-2008-011-11-00-0

Reclamante: ERONILDE DA CUNHA DAMASCENA
Reclamado: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA-COOTRASG

Data da próxima audiência: às :
O(a) doutor(a) TATIANA DE BOSI E ARAUJO, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 11ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA-COOTRASG, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devesse oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O não comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importará o julgamento da questão a sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto a matéria de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, KELLY CRISTINA BARBOSA BEZERRA TABAL, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
TATIANA DE BOSI E ARAUJO
JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

13ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Barroso,111 - - MANAUS - AM - 69010050

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 10126/2008

Processo : 32931-2004-013-11-00-5

Exequente: GRACINEIDE DE CASTRO CRUZ
Executado: JOAQUIM CORREA GUEDES
O(a) doutor(a) RUTH BARBOSA SAMPAIO, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 13ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) JOAQUIM CORREA GUEDES, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 3.398,54(três mil e trezentos e noventa e oito reais e cinquenta e quatro centavos) atualizado em 08/08/2005, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:
Princ. Corrigido R\$ 3.398,54
Tot dev ao Reclte R\$ 3.398,54
Total Devido R\$ 3.398,54

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.
REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa

Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, MARCELO AUGUSTO ALVES KRICHANÃ, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

RUTH BARBOSA SAMPAIO

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10127/2008

Processo : 32931-2004-013-11-00-5

Exequente: GRACINEIDE DE CASTRO CRUZ

Executado: FRANCISCO WALLACE DA PAZ LOPES

O(a) doutor(a) RUTH BARBOSA SAMPAIO, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 13ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) FRANCISCO WALLACE DA PAZ LOPES, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 3.398,54 (três mil e trezentos e noventa e oito reais e cinquenta e quatro centavos) atualizado em 08/08/2005, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:

Princ. Corrigido R\$ 3.398,54

Tot dev ao Reclte R\$ 3.398,54

Total Devido R\$ 3.398,54

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, MARCELO AUGUSTO ALVES KRICHANÃ, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

RUTH BARBOSA SAMPAIO

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10128/2008

Processo : 11423-2007-013-11-00-6

Exequente: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

Executado: EULER JOSE PEREIRA LIMA

O(a) doutor(a) RUTH BARBOSA SAMPAIO, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 13ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) EULER JOSE PEREIRA LIMA, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 30.977,13 (trinta mil e novecentos e setenta e sete reais e treze centavos) atualizado em 05/08/2008, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:

Princ. Corrigido R\$ 30.977,13

Tot dev ao Reclte R\$ 30.977,13

Total Devido R\$ 30.977,13

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, MARCELO AUGUSTO ALVES KRICHANÃ, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

RUTH BARBOSA SAMPAIO

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10129/2008

Processo : 11423-2007-013-11-00-6

Exequente: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

Executado: LOURDES PEREIRA E SILVA

O(a) doutor(a) RUTH BARBOSA SAMPAIO, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 13ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) LOURDES PEREIRA E SILVA, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 30.977,13 (trinta mil e novecentos e setenta e sete reais e treze centavos) atualizado em 05/08/2008, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:

Princ. Corrigido R\$ 30.977,13

Tot dev ao Reclte R\$ 30.977,13

Total Devido R\$ 30.977,13

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, MARCELO AUGUSTO ALVES KRICHANÃ, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

RUTH BARBOSA SAMPAIO

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10130/2008

Processo : 00485-2008-013-11-00-3

Exequente: ELLEN MACIEL DE OLIVEIRA

Advogado(a): MARIA FRANCIEUZA DA COSTA

Executado: DIAGRAMA AR CONDICIONADO LTDA

Advogado(a): ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO

O(a) doutor(a) RUTH BARBOSA SAMPAIO, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 13ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) DIAGRAMA AR CONDICIONADO LTDA, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 5.789,09 (cinco mil e setecentos e oitenta e nove reais e nove centavos) atualizado em 28/11/2008, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:

Princ. Corrigido R\$ 5.789,09

Tot dev ao Reclte R\$ 5.789,09

Total Devido R\$ 5.789,09

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, MARCELO AUGUSTO ALVES KRICHANÃ, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

RUTH BARBOSA SAMPAIO

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10131/2008

Processo : 02753-2006-013-11-00-0

Exequente: LUCIO AUGUSTO TAVARES DE SOUZA

Advogado(a): LUZENILDO PEREIRA FIGUEIRA

Executado: COPICENTRO - NOVAES SERV. COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

O(a) doutor(a) RUTH BARBOSA SAMPAIO, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 13ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) COPICENTRO - NOVAES SERV. COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 184,00 (cento e oitenta e quatro reais) atualizado em 01/12/2008, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:

Princ. Corrigido R\$ 184,00

Tot dev ao Reclte R\$ 184,00

Total Devido R\$ 184,00

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de dezembro de 2008. Eu, _____, MARCELO AUGUSTO ALVES KRICHANÃ, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

RUTH BARBOSA SAMPAIO

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

1ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA

1ª Vara do Trabalho de Boa Vista
Av. Amazonas, 146 - - BOA VISTA - RR - 69301020

EDITAL DE PRAÇA

No 10018/2008

Processo : 01673-2000-051-11-00-8

Exequente: RAIMUNDO FRANCISCO DOS SANTOS

Advogado(a): RONALDO MAURO COSTA PAIVA

Executado: INDUSTRIA DE PREMOLDADOS PREUNIDOS LTDA

O(a) doutor(a) ALBERTO DE CARVALHO ASENSI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA.

Descrição: Domínio útil da área de terras, aforada do Patrimônio Municipal s/nº, da Quadra nº 139, Zona Industrial, nesta cidade, medindo 50,00 metros de frente por 100,00 metros de fundos, ou seja, com a área total de 5.000,00m², limitando-se: Frente com a Estrada BR-174; Fundos com a Rua Monte Roraima; Lado Direito com terras da Suframa e Lado Esquerdo com terras da Firma J. Avelino. Enfitentea: PREUNIDOS - INDÚSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS UNIDOS LTDA, com sede nesta cidade, CGC/MF nº 05.934.757/0001-76.

Localização do Bem: RODOVIA BR-174, Nº 400 - CAUMAÉ - BOA VISTA/RR

Valor: 10.000,00

Fiel Depositário: HERMES DOS SANTOS CHAVES

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Audiência de Praça, esta autorizado o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão do(s) referido(s) bem(ns) pela melhor oferta, podendo o pagamento ser parcelado, mediante proposta pelo interessado, nos termos do Provimento CR-No. 02/2002. Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que devera garantir o lance com o sinal de 20% (Vinte por cento) de seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara Trabalhista, ficando desde já o(as) executado(as) ciente da realização da referida Praça em caso de não recebimento ou devolução da notificação por via postal.

DADO E PASSADO nesta cidade de BOA VISTA - RR, em 12 de

dezembro de 2008. Eu, _____, TERESINHA DE

JESUS MOREIRA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE LEILÃO

No 10019/2008**Processo : 01204-2002-051-11-00-0**

Exequente: WERBERT OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO

Advogado(a): DANIEL JOSÉ SANTOS DOS ANJOS

Executado: F. J. MOREIRA ARAÚJO

Advogado(a): SEBASTIÃO ERNESTO DOS SANTOS ANJOS

O(a) doutor(a) ALBERTO DE CARVALHO ASENSI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, virem ou dele notícia tiverem que, no dia 14/01/2009, às 10:00 hs., na(o) 01a. VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA localizado no(a) AV. AMAZONAS, Nº 146 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 11a. REGIAO, será levado a público o preção de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance o(s) Bem(ns) penhorado(s) nos autos supracitados, bem(ns) este(s) que segue(m) abaixo relacionado(s):

OBS: 3º (TRECEIRO) LEILÃO

Descrição: 01 (UM) VEÍCULO CAMINHONETE GM/S-10 TORNADO D, ANO/MOD 2005/2005, COR PRATA, À DIESEL, PLACA JXR-0378, CHASSI 9BG138HC05C436736, RENAVAL 864304722, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

Localização do Bem: AV. SEBASTIÃO DINIZ Nº 789 - CENTRO

Valor: 55.000,00

Fiel Depositario: FRANCISCO JOSÉ MOREIRA ARAÚJO

DADO E PASSADO nesta cidade de BOA VISTA - RR, em 12 de dezembro de 2008. Eu, _____, TERESINHA DE

JESUS MOREIRA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS****No 10021/2008****Processo : 03312-2007-051-11-00-2**

Reclamante: FRANCISCA DAS CHAGAS SILVA FIGUEIRA

Reclamado: SAN - SERVIÇOS COMERCIO & REPRESENTAÇÕES LTDA

O(a) doutor(a) ALBERTO DE CARVALHO ASENSI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a)

FRANCISCA DAS CHAGAS SILVA FIGUEIRA

, RECLAMANTE nos autos do processo supra, que se encontra

em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: CONTRAMINUTAR, querendo, no prazo de lei, o Agravado de Instrumento interposto pela reclamada nos autos acima referido.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de BOA VISTA - RR, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, TERESINHA DE

JESUS MOREIRA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE PRAÇA**No 10022/2008****Processo : 01622-2006-051-11-00-1**

Exequente: MANOEL OLIVEIRA SANTOS

Executado: SERVIÇOS GERAIS DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO LTDA

O(a) doutor(a) ALBERTO DE CARVALHO ASENSI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA.

Descrição: Dominio útil do lote de terras aforado do Patrimônio Municipal, Bairro São Vicente, nesta cidade, medindo 200,00 metros de frente por 200,00 metros de fundos, com área total de 40.000,00m², limitando-se: Frente com a margem direita do igarapé da (ilegível); Fundos lado de cima e lado de baixo com terras devolutas, sendo titular o Sr. Nestor Eurico Ellwanger, inscrito no CPF sob o nº 105.213.720-20, com registro no Livro de Registro do Cartório de Imóveis de Boa Vista nº 2-H/Registro Geral, à fl. 241, matrícula nº 2336, datada de 05.11.79, lavrado no livro nº 74, fls. 01 e verso, sob o nº 01 da referida Serventia, sendo o referido lote constituído das seguintes benfeitorias: muro em alvenaria com aproximadamente dois metros de altura; duas construções em alvenaria onde outrora funcionara a sede da executada, com aproximadamente 80m² de área construída; uma casa em alvenaria, com aproximadamente 100m² de área construída, onde reside o representante legal da executada e diversas árvores frutíferas.

Localização do Bem: RUA MECEJANA, Nº 128 - MECEJANA - NESTA CIDADE

Valor: 800.000,00

Fiel Depositario: NESTOR EURICO ELLWANGER

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Audiência de Praça, esta autorizado o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão do(s) referido(s) bem(ns) pela melhor oferta, podendo o pagamento ser parcelado, mediante proposta pelo interessado, nos termos do Provimento CR-No. 02/2002. Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que devera garantir o lance com o sinal de 20% (Vinte por cento) de seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara Trabalhista, ficando desde já o(as) executado(as) ciente da realização da referida Praça em caso de não recebimento ou devolução da notificação por via postal.

DADO E PASSADO nesta cidade de BOA VISTA - RR, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, TERESINHA DE

JESUS MOREIRA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE PRAÇA**No 10023/2008****Processo : 01041-2007-051-11-00-0**

Exequente: ALCIR OLIVEIRA DA SILVA

Executado: SÁ ENGENHARIA LTDA

O(a) doutor(a) ALBERTO DE CARVALHO ASENSI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA.

Descrição: 01 (um) lote de terras urbano nº 100, da quadra nº 279, loteamento Parque Rio Branco, Bairro Paraviana, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Rua L-C (atual R. Francisco Paulino), medindo 50,00 metros; Fundos com o lote nº 400, medindo 50,00 metros; Lado Direito com o lote nº 150, medindo 50,00 metros e Lado Esquerdo com o lote nº 50, medindo 50,00 metros, ou seja, uma área total de 2.500m², com registro no Livro de Registros do Cartório de

Imóveis nº 2/Registro Geral, matrícula nº 17392 da referida Serventia, avaliado em R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais).01 (um) lote de terras urbano nº 400, da quadra nº 279, loteamento Parque Rio Branco, Bairro Paraviana, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Rua L-B (atual R. Waldneer Jorge da Silva), medindo 45,00 metros, mais 5,00 metros de canto morto; Fundos com o lote nº 100, medindo 45,00 metros, mais 5,00 metros de canto morto; Lado Direito com a Rua L-B, medindo 45,00 metros e mais 5,00 metros de canto morto e Lado Esquerdo com o lote nº 300, medindo 50,00 metros, ou seja, uma área total de 2.500m², com registro no Livro de Registros do Cartório de Imóveis nº 2/Registro Geral, matrícula nº 17394 da referida Serventia, avaliado em R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais).01 (um) lote de terras aforado do Patrimônio Municipal nº 334 (antigo lote nº 15), da quadra nº 211 (antiga quadra nº 170-29), Bairro 31 de Março, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Travessa A, medindo 15,00 metros; Fundos com o lote nº 09, medindo 15,00 metros; Lado Direito com o lote nº 16, medindo 30,00 metros e Lado Esquerdo com o lote nº 14, medindo 30,00 metros, ou seja, uma área total de 450,00m², com registro no Livro de Registros do Cartório de Imóveis nº 2-X/Registro Geral, matrícula nº 6240 da referida Serventia, avaliado em R\$20.000,00 (vinte mil reais).01 (um) lote de terras aforado do Patrimônio Municipal nº 319 (antigo lote nº 14), da quadra nº 211 (antiga quadra nº 170-29), Bairro 31 de Março, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Travessa A, medindo 15,00 metros; Fundos com o lote nº 11, medindo 15,00 metros; Lado Direito com o lote nº 15, medindo 30,00 metros e Lado Esquerdo com o lote nº 13 e 12, medindo 30,00 metros, ou seja, uma área total de 450m², com registro no Livro de Registros do Cartório de Imóveis nº 2-X/Registro Geral, matrícula nº 6239 da referida Serventia, avaliado em R\$20.000,00 (vinte mil reais).01 (um) lote de terras aforado do Patrimônio Municipal nº 231 (antigo lote nº 11), da quadra nº 211 (antiga quadra nº 170-29), Bairro 31 de Março, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Rua Manoel Dias de Almeida, medindo 16,20 metros; Fundos com parte do lote nº 09, medindo 15,00 metros; Lado Direito com os lotes nº 12 e 14, medindo 40,00 metros e Lado Esquerdo com o lote nº 10, medindo 32,00 metros, ou seja, uma área total de 564m², com registro no Livro de Registros do Cartório de Imóveis nº 2-X/Registro Geral, matrícula nº 6238 da referida Serventia, avaliado em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).01 (um) lote de terras aforado do Patrimônio Municipal nº 215 (antigo lote nº 10), da quadra nº 211 (antiga quadra nº 170-29), Bairro 31 de Março, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Rua Manoel Dias de Almeida, medindo 10,00 metros e mais 5,00 metros de canto morto; Fundos com parte do lote nº 09, medindo 15,00 metros; Lado Direito com o lote nº 11, medindo 32,00 metros e Lado Esquerdo com a Travessa B, medindo 20,00 metros e mais 5,00 metros de canto morto, ou seja, uma área total de 415m², com registro no Livro de Registros do Cartório de Imóveis nº 2-X/Registro Geral, matrícula nº 6237 da referida Serventia, avaliado em R\$18.000,00 (dezoito mil reais).

Localização do Bem: BAIRRO PARAVIANA E 31 DE MARÇO DE MARÇO - NESTA

Valor: 403.000,00

Fiel Depositario: ADMAR SÁ NETO

Descrição: 01 (um) lote de terras aforado do Patrimônio Municipal nº 156 (antigo lote nº 08), da quadra nº 211 (antiga quadra nº 170-29), Bairro 31 de Março, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Travessa B, medindo 15,00 metros; Fundos com o lote nº 16, medindo 15,00 metros; Lado Direito com o lote nº 09, medindo 30,00 metros e Lado Esquerdo com o lote nº 07, medindo 30,00 metros, ou seja, uma área total de 450m², com registro no Livro de Registros do Cartório de Imóveis nº 2-X/Registro Geral, matrícula nº 6235 da referida Serventia, avaliado em R\$20.000,00 (vinte mil reais).01 (um) lote de terras aforado do Patrimônio Municipal nº 171 (antigo lote nº 09), da quadra nº 211 (antiga quadra nº 170-29), Bairro 31 de Março, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Travessa B, medindo 15,00 metros; Fundos com o lote nº 15, medindo 15,00 metros; Lado Direito com os lotes nº 10 e 11, medindo 30,00 metros e Lado Esquerdo com o lote nº 08, medindo 30,00 metros, ou seja, uma área total de 450m², com registro no Livro de Registros do Cartório de Imóveis nº 2-X/Registro Geral, matrícula nº 6236 da referida Serventia, avaliado em R\$20.000,00 (vinte mil reais).01 (um) lote de terras aforado do Patrimônio Municipal nº 11, da quadra nº 170-27, Bairro 31 de Março, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Rua Manoel Dias de Almeida, medindo 19,00 metros; Fundos com parte do lote nº 10, medindo 21,50 metros; Lado Direito com o lote nº 12, medindo 33,50 metros e Lado Esquerdo com a Rua João XXIII, medindo 15,50 metros, ou seja, uma área total de 605,62m², com registro no Livro de Registros do Cartório de Imóveis nº 2-Z/Registro Geral, matrícula nº 6650 da referida Serventia, avaliado em R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Localização do Bem: BAIRRO PARAVIANA E 31 DE MARÇO DE MARÇO - NESTA

Valor: 68.000,00

Fiel Depositario: ADMAR SÁ NETO

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Audiência de Praça, esta autorizado o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão do(s) referido(s) bem(ns) pela melhor oferta, podendo o pagamento ser parcelado, mediante proposta pelo interessado, nos termos do Provimento CR-No. 02/2002. Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que devera garantir o lance com o sinal de 20% (Vinte por cento) de seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara Trabalhista, ficando desde já o(as) executado(as) ciente da realização da referida Praça em caso de não recebimento ou devolução da notificação por via postal.

DADO E PASSADO nesta cidade de BOA VISTA - RR, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, TERESINHA DE

JESUS MOREIRA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE LEILÃO**No 10024/2008****Processo : 01030-2003-051-11-00-7**

Exequente: REGINALDO SILVA DA CONCEIÇÃO

Executado: C. SOKOLOWICZ-PROJETOS-CONSTRUÇOES-TERRAPLANAGEM E SERVICOS

Advogado(a): JOSÉ RIBAMAR ABREU DOS SANTOS

O(a) doutor(a) ALBERTO DE CARVALHO ASENSI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, virem ou dele noticia tiverem que, no dia 28/01/2009, às 10:05 hs., na(o) 01a. VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA localizado no(a) AV. AMAZONAS, Nº 146 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 11a. REGIAO, será levado a público o pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance o(s) Bem(ns) penhorado(s) nos autos supracitados, bem(ns) este(s) que segue(m) abaixo relacionado(s):

OBSERVAÇÃO: 1º LEILÃO - DIA 28.01.2009 e 2º LEILÃO - DIA 11.02.2009

Descrição: Domínio útil do lote de terras urbano nº 113 (antigo lote 77) da quadra 261, zona 04, Bairro Mecejana, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Avenida Venezuela, medindo 14,70 metros; Fundos com a Travessa Mecejana, medindo 14,70 metros; Lado Direito com o lote 91, medindo 33,50 metros e Lado Esquerdo com o lote 63, medindo 30,90 metros, ou seja, a área total de 473,34m², sendo titular o Sr. Clemente Sokolowicz, inscrito no CPF nº 195.109.000-44, com registro no Livro de Registros do Cartório de Imóveis nº 2-H/Registro Geral, matrícula nº 23767, onde está edificado um prédio em alvenaria, faltando parte do acabamento e uma casa em alvenaria.

Localização do Bem: AV. VENEZUELA, Nº 2.020 - MECEJANA/RR
Valor: 200.000,00

Fiel Depositário: CLEMENTE SOKOLOWICZ

DADO E PASSADO nesta cidade de BOA VISTA - RR, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, TERESINHA DE JESUS MOREIRA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10025/2008

Processo : 02412-2005-051-11-00-0

Exequente: JOSÉ SOUZA DOS SANTOS

Advogado(a): DALVA MARIA MACHADO

Executado: ROGÉRIO LUIZ CALEFFI

O(a) doutor(a) ALBERTO DE CARVALHO ASENSI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) ROGÉRIO LUIZ CALEFFI

, EXECUTADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: acerca da PENHORA efetivada na quantia de R\$34.299,96 (trinta e quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), para GARANTIA PARCIAL DA EXECUÇÃO nos referidos autos.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de BOA VISTA - RR, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, TERESINHA DE JESUS MOREIRA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

No 10026/2008

Processo : 01413-2008-051-11-00-0

Reclamante: MARILENE MARIA DO NASCIMENTO

Advogado(a): JOSÉ RIBAMAR ABREU DOS SANTOS

Reclamado: COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS - COORSERV

O(a) doutor(a) ALBERTO DE CARVALHO ASENSI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS - COORSERV

, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: CONTRA-ARRAZOAR, querendo, no prazo de lei, o Recurso Ordinário interposto pelo Município de Boa Vista nos referidos autos.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de BOA VISTA - RR, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, TERESINHA DE JESUS MOREIRA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE PRAÇA

No 10027/2008

Processo : 01626-2004-051-11-00-8

Exequente: PEDRO MORAIS DE OLIVEIRA DA SILVA

Executado: WILSON JOSÉ FELIPE (ATACADÃO FELIPE)

O(a) doutor(a) ALBERTO DE CARVALHO ASENSI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA.

Descrição: 01 (um) lote de terras urbano nº 233, da quadra 18, zona 10, Bairro Asa Branca, nesta capital, cujo número atual é o 999, com os seguintes limites de metragens: Frente com a Rua Horácio Mardel de Magalhães, medindo 12,30 metros; Fundos com o lote 63, medindo 12,30 metros; Lado Direito com o lote 245, medindo 40,50 metros e Lado Esquerdo com o lote 227, medindo 40,30 metros, totalizando uma área de 496,92 metros quadrados, todo murado e com uma casa de padrão simples, com aproximadamente 50 metros quadrados de área construída.

Localização do Bem: RUA HORÁRIO M DE MAGALHÃES, 10528 - ASA BRANCA

Valor: 25.000,00

Fiel Depositário: JOSÉ RIBAMAR ABREU DOS SANTOS

Cinco minutos após o horário acima, em não havendo licitante na Audiência de Praça, esta autorizado o Sr. Leiloeiro Público a proceder ao Leilão do(s) referido(s) bem(ns) pela melhor oferta, podendo o pagamento ser parcelado, mediante proposta pelo interessado, nos termos do Provimento CR-No. 02/2002. Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que devera garantir o lance com o sinal de 20% (Vinte por cento) de seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e

afixado no lugar de costume, na sede desta Vara Trabalhista, ficando desde já o(as) executado(as) ciente da realização da referida Praça em caso de não recebimento ou devolução da notificação por via postal.

DADO E PASSADO nesta cidade de BOA VISTA - RR, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, TERESINHA DE JESUS MOREIRA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO

EDITAL DE LEILÃO

No 10028/2008

Processo : 01562-2001-051-11-00-2

Exequente: ANTÔNIO MARTINS DE SOUZA

Advogado(a): PEDRO DE ALCANTARA DUQUE CAVALCANTE

Executado: CONSULT HAB LTDA

Advogado(a): ABDON FERNANDES DE SOUZA

O(a) doutor(a) ALBERTO DE CARVALHO ASENSI, JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO da 1ª VARA DO TRABALHO de BOA VISTA.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, virem ou dele noticia tiverem que, no dia 14/01/2009, às 10:05 hs., na(o) 01a. VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA localizado no(a) AV. AMAZONAS, Nº 146 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 11a. REGIAO, será levado a público o pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance o(s) Bem(ns) penhorado(s) nos autos supracitados, bem(ns) este(s) que segue(m) abaixo relacionado(s):

OBSERVAÇÃO: 3º (TERCEIRO) LEILÃO

Descrição: . 01 (um) lote de terras aforado do Patrimônio Municipal nº 251, da Quadra nº 53, Centro, Boa Vista-RR, com os seguintes limites e metragens: Frente com a Av. Capitão Júlio Bezerra, medindo 10,50m; Fundos com parte do lote nº 246, medindo 9,90m; Lado Direito com parte do lote nº 266, medindo 13,75 m e Lado Esquerdo com parte do lote nº 246, medindo 13,75m; perfazendo área total de 139,27 m² com registro no Cartório de Registro de Imóveis (1ª Circunscrição Judiciária de Roraima) sob Matrícula nº 11226. No referido lote encontra-se edificada a sede da executada com bom padrão de construção, localizada em área nobre central, predominância comercial, com todas as suas instalações pertencentes, hidráulicas e elétricas, em bom estado de conservação e funcionamento.

Localização do Bem: AV. CAP. JULIO BEZERRA, Nº 621 - CENTRO

Valor: 150.000,00

Fiel Depositário: RICARDO HERCULANO BILHÕES DE MATOS

DADO E PASSADO nesta cidade de BOA VISTA - RR, em 16 de dezembro de 2008. Eu, _____, TERESINHA DE JESUS MOREIRA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ALBERTO DE CARVALHO ASENSI

JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO